

RELATÓRIO
E CONTAS
DEZEMBRO 2017



Toyota Caetano Portugal, S.A.

ÍNDICE

1

GERAL

P.04

2

RELATÓRIO
ÚNICO DE
GESTÃO

P.07

3

CONTAS
INDIVIDUAIS

P.29

4

CONTAS
CONSOLIDADAS

P.81

5

PARECERES

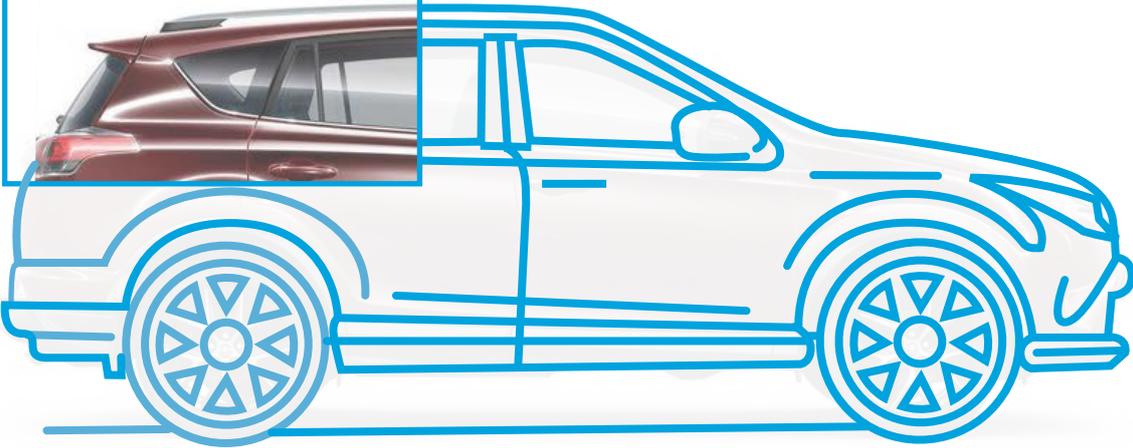
P.145

6

GOVERNO
DA SOCIEDADE

P.159

1
GERAL





CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

José Lourenço Abreu Teixeira

Vice-Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva

Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta

Secretário

Maria Olívia Almeida Madureira

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Domingos da Silva Fernandes

Vogal

Alberto Luis Lema Mandim

Vogal

Daniel Broekhuizen

Suplente

Maria Lívia Fernandes Alves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente & CEO

José Reis da Silva Ramos

Vogal

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano

Vogal

Miguel Pedro Caetano Ramos

Vogal

Matthew Peter Harrison

Vogal

Nobuaki Fujii

Vogal

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

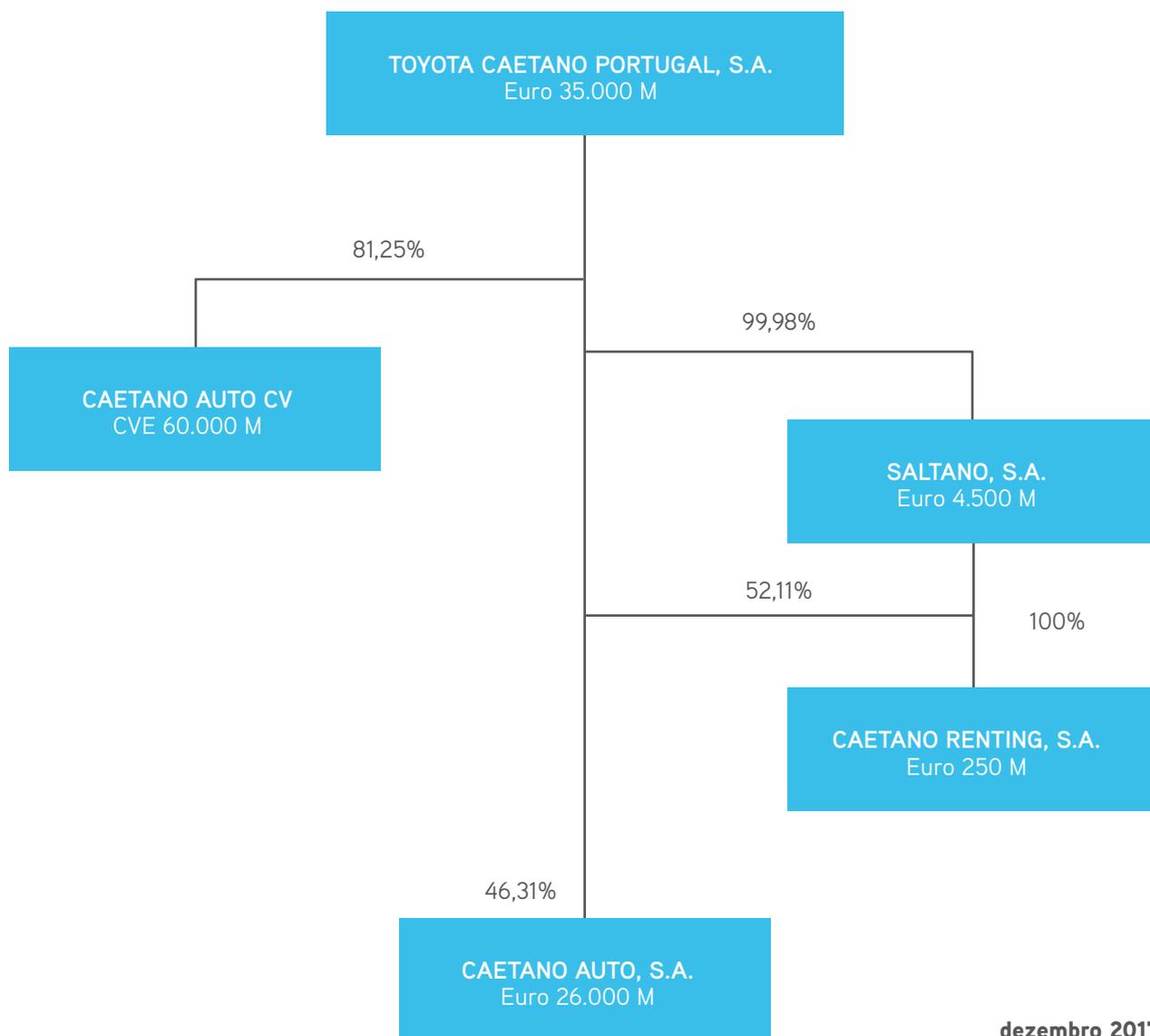
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por José Pereira Alves ou por José Miguel Dantas Maio Marques

Suplente

António Joaquim Brochado Correia

ÁRVORE DO GRUPO



INFORMAÇÃO GERAL

SEDE

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. 22 7867000 – Fax 22 7867215

UNIDADE FABRIL DE OVAR

Estrada Nacional 109 - Nr. 1427 - 3885 - 100 Arada
Telef. 256 790 000 - Fax. 256 790 008

DIREÇÃO REGIONAL SUL

Carregado
Estrada Nacional 3 - Km 1 - 2580-595 Carregado
Telef. 263 857 244 - Fax 263 857 204

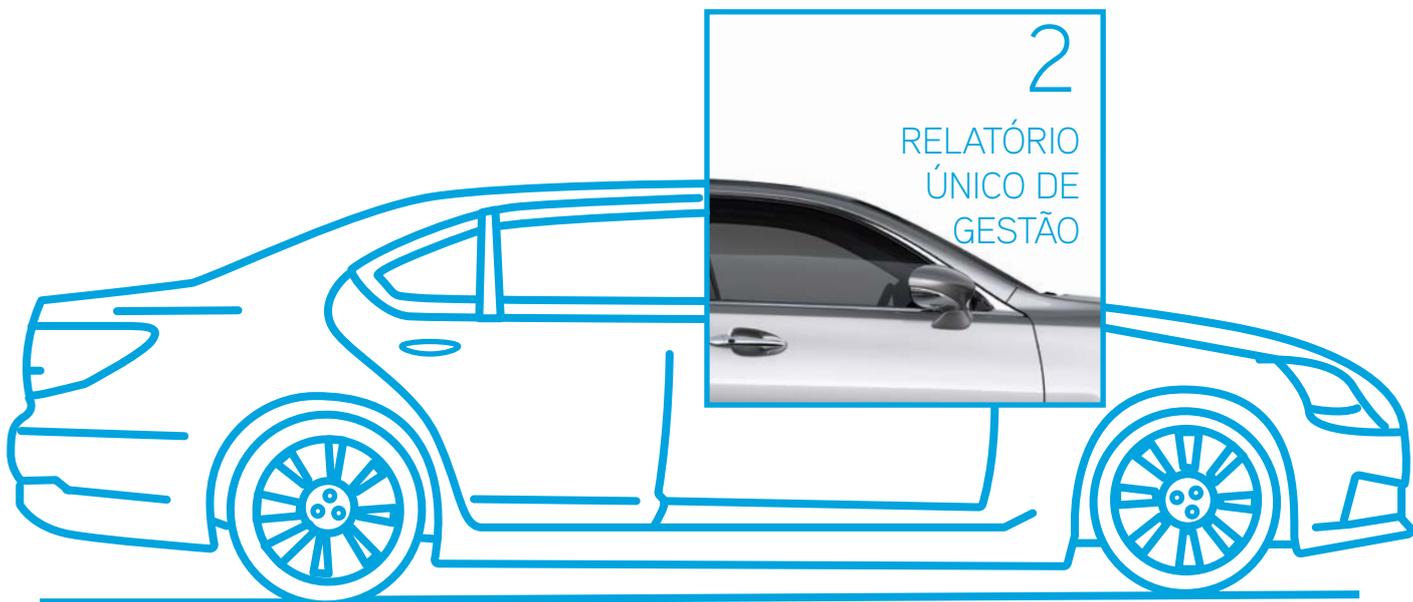
Data de Constituição: 4 de julho de 1946

N.I.P.C. 500 239 037

Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia Nº 500239037

Capital Social: EUR 35 000 000

Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa



2

RELATÓRIO
ÚNICO DE
GESTÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2017, a Toyota Caetano Portugal celebrou o seu 49º aniversário desde que o Grupo Salvador Caetano passou a representar a marca em Portugal. Apesar de todos os desafios que enfrentamos durante esta caminhada, a Toyota veio para ficar e ficou mesmo. Estamos quase a chegar ao meio século de existência, mas sabemos que o nosso percurso ainda nos reserva muitos desafios, novas formas de negócio, novas soluções de mobilidade. Uma mobilidade que se quer limpa em Portugal, na Europa e no Mundo.

Durante este ano ficou claro que o setor automóvel deve redirecionar a sua estratégia para as soluções de mobilidade limpa. As normas de emissões na Europa estão a promover um aumento da produção de veículos com combustíveis alternativos, que abrangem as versões híbridas, híbridas plug-in, elétricas e ainda o fuel cell, na maioria das quais a Toyota e Lexus têm sido precursoras. Face a este cenário, ambas as marcas prometem que a partir de 2050 vão contar na sua oferta apenas com modelos isentos de emissões poluentes.

Mas esta oferta quer-se também cada vez mais acompanhada pela criação de relações próximas com os clientes, seguindo as novas tendências e perfis de consumo, exigindo serviços em tempo real, assim como criatividade para nos diferenciarmos. Para tal, estamos já a utilizar novos canais digitais, que acrescentam valor às nossas operações. Acredito que cada vez mais vamos superar expectativas e deslumbrar os nossos Clientes. Com a tecnologia e com o envolvimento dos nossos profissionais, vamos cada vez mais fazer sorrir os clientes Toyota e Lexus.

Para a Toyota Caetano Portugal, a digitalização não é só capacidade técnica e engenharia. Digitalização é uma questão de atitude, pelo que há que atrair, desenvolver e reter novos profissionais com competências técnicas e transversais associadas às tecnologias do futuro e alinhadas com as expectativas dos clientes.

Este ano foi também marcado por um contexto político e socioeconómico relativamente estável, fundamental para que Portugal e as suas Empresas possam desenvolver o seu trabalho com equilíbrio, incrementando a sua competitividade quer no mercado nacional como internacional. No entanto, é cada vez mais importante que o Governo Português deixe o setor automóvel crescer, sem agravar a carga fiscal, ajustando a tributação e os incentivos à aquisição de veículos limpos.

Relativamente à atividade comercial da Toyota Caetano Portugal, em 2017 assistimos a um crescimento de unidades comercializadas de 5,4% face a 2016, com uma quota de mercado fixada nos 4%. Destaco ainda o fato de continuarmos a ser uma referência nos veículos industriais, cuja atividade apresenta uma quota de mercado que ronda os 25% e contou com 1.024 unidades vendidas neste exercício. Este resultado deve-se sobretudo ao empenho e dedicação de uma equipa comprometida com os objetivos da marca.

No que se refere à atividade industrial, em 2017 produzimos 1913 unidades do Toyota Land Cruiser 70, modelo em produção na nossa Fábrica de Ovar. Um ano em que esta fábrica foi também o ponto escolhido para dar início ao projeto ímpar da Toyota “Five Continents Drive”. Um programa mundial de testes aos veículos Toyota, sendo que em 2017 iniciou-se a “aventura europeia” com partida do local escolhido pela Toyota, há 46 anos, para instalar a sua primeira unidade de produção na Europa. Destaco também o fato de esta mesma fábrica ter sido distinguida pela Toyota Motor Corporation com o prémio 2017 President Awards.

Uma distinção que reconhece a nossa persistência, resiliência e o trabalho que temos vindo a fazer ao longo da nossa existência, superando os muitos desafios e revelando o verdadeiro espírito “Kodawari” - nunca desistir.

Estes números demonstram a capacidade da Toyota Caetano Portugal em responder assertivamente aos desafios com que é confrontada, convertendo os mesmos em oportunidades de valor acrescentado. Resultados só possíveis graças às nossas Pessoas, que, com Paixão e empenho no desenvolvimento de novas soluções, dão provas da enorme capacidade de se fazer sempre, mais e melhor.

Para o novo ano, reafirmo o nosso compromisso em nunca desistir e manter o foco na qualidade, na implementação do Kaizen e no desenvolvimento das competências-chave para a nossa atividade, salvaguardando as relações de confiança que temos vindo a construir com os nossos Parceiros, Colaboradores e Clientes ao longo dos anos.

José Ramos

(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)





INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

UNIDADE FABRIL DE OVAR

A Fábrica de Ovar, no ano de 2017, produziu na sua atividade principal um total de 1.913 viaturas do modelo Land Cruiser 70. Este volume foi superior ao previsto orçamentalmente e confirma a tendência de crescimento dos últimos 2 anos. Durante o 2º Semestre foi efetuado um Takt-time change (projeto de redução de custos) e foram realizadas as alterações de produto (Minor Change).

Na atividade PPO/PDI, foram transformadas/preparadas 3.469 unidades, um resultado ligeiramente inferior a igual período do ano anterior.

PRODUÇÃO	2017	2016	2015	2014	2013
Unidades Físicas Toyota	1.913	1.823	1.629	1.664	1.111
Unidades Físicas Transformadas/Preparadas	3.469	3.773	4.353	3.271	2.339
Total Colaboradores	177	186	206	170	181

Em 2017, a Fábrica alcançou um resultado globalmente positivo. Mantivemos a nossa orientação para a Qualidade, Satisfação do Cliente e Melhoria Contínua, sem deixar de concretizar um rigoroso e exigente Plano de Redução de Custos, no qual foi necessário ajustar a estrutura organizativa às necessidades do momento e manter o foco na redução de custos operacionais.

De referir que a Fábrica de Ovar foi galardoada pelo Sr. Akio Toyoda (Presidente da TMC) pela sua capacidade de encarnar o verdadeiro espírito “Kodawari”, ou seja, nunca desistir.

Destacamos ainda os seguintes acontecimentos ocorridos durante o ano em apreço:

- Novo banco de horas assinado entre Colaboradores e Empresa, permitindo flexibilização do trabalho para responder às necessidades e flutuações do mercado;

- Auditoria da APCER no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 e da Qualidade ISO 9001 (ambas de seguimento);
- Auditoria da Toyota Motor Europe ao nosso Sistema de Gestão Ambiental;
- 5º Facilities Assessment e 1º Risk Assessment, efetuados pela Toyota Motor Europe;
- Evento 5 Continents Drive, promovido pela Toyota Motor Europe;
- Realização de um Open Day em parceria com a AIDA (Associação Industrial do Distrito de Aveiro);
- De salientar ainda a introdução de um novo sistema logístico no envio/receção do CKD através de racks retornáveis.

PERSPETIVAS

Para o ano de 2018 é expectável um aumento do volume de produção (2.488 unidades) o que aliado à não perspetivação de qualquer “minor change” de produto, nos permitirá uma maior fluidez/normalização na produção, com os consequentes impactos positivos na racionalização dos custos e respetivos resultados apurados.

ATIVIDADE COMERCIAL

ENQUADRAMENTO DO MERCADO LIGEIOS

O ano de 2017 trouxe-nos um novo crescimento do mercado de veículos ligeiros face ao verificado em 2016, com um acréscimo de 8% e totalizando 260.653 unidades comercializadas.

As viaturas de passageiros e as viaturas comerciais ligeiras registaram um comportamento positivo face ao período homólogo, com uma variação positiva de 7% e 10%, respetivamente.

De destacar, como fatores justificativos do desempenho do mercado:

- 1) No ano de 2017, Portugal registou uma melhoria nos principais indicadores macroeconómicos, que acabaram por registar valores positivos, salientando-se a evolução dos índices de confiança do consumidor e do PIB.
- 2) Esta melhoria nos indicadores macroeconómicos teve especial impacto no mercado empresarial, resultando num crescimento mais acentuado das viaturas comerciais.
- 3) De salientar também o aumento do mercado de rent-a-car, que contribuiu para a evolução positiva das viaturas de passageiros.

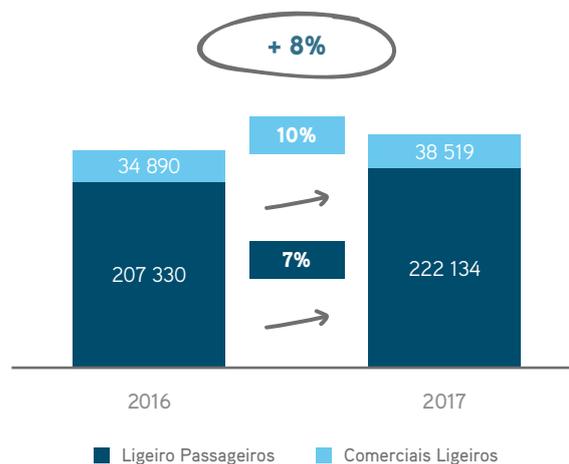
VIATURAS TOYOTA

Em 2017, a Toyota apresentou um total de vendas de 10.397 unidades, traduzindo-se num crescimento superior a 5%, quando comparado com o ano anterior.

O desempenho Toyota foi distinto consoante estejamos a falar de Ligeiros de Passageiros ou de Comerciais Ligeiros:

- 1) Nos Ligeiros de Passageiros, a Toyota apresenta um crescimento de aproximadamente 2%, com uma quota de 3,8%. Este desempenho aparentemente algo comedido, resulta de uma menor presença da marca no segmento de vendas a rent-a-car, que registou um forte crescimento. Salienta-se o aumento substancial de vendas das viaturas híbridas (+74% face a 2016), impulsionado também pelo novo modelo C-HR que completou o primeiro ano de vendas e está inserido num dos segmentos de mercado com maior crescimento – Crossover.

Evolução Mercado

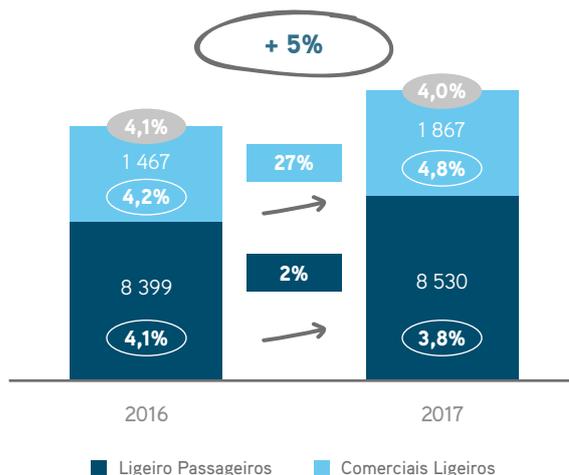


2) Nas Viaturas Comerciais Ligeiras, a Toyota apresenta um forte crescimento de aproximadamente 27%, com uma quota de mercado de 4,8% (+0,6 p.p. face a 2016). Esta recuperação é devida ao bom desempenho dos modelos Hilux e Proace, recentemente lançados no mercado. De salientar a forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B (utilitários) & C (pequenos familiares) - campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano - pressão com a qual nem sempre podemos ou devemos alinhar sob pena de sacrificarmos a nossa rentabilidade global para além do aconselhável.

Para 2018, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - Yaris, Auris e C-HR - baseados nos lançamentos de séries especiais;
- Potenciar as vendas ao cliente empresa (segmento mais representativo do mercado automóvel);
- Continuar a aposta na imagem e valor da Marca, que fará 50 Anos desde a data do acordo de Distribuição Exclusiva para Portugal;
- Potenciar a aposta na venda de viaturas com tecnologia híbrida;
- Potenciar a gama de comerciais, recentemente renovada com as Novas Gerações dos modelos Proace e Hilux.

Evolução Toyota 2016 vs. 2017



ENQUADRAMENTO DO MERCADO PREMIUM

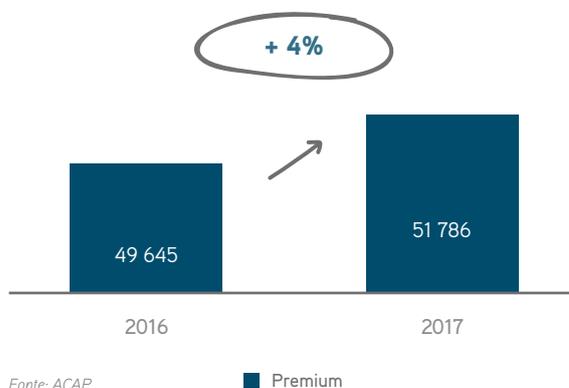
O Mercado Premium registou também uma evolução positiva face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 4% e totalizando 51.786 unidades comercializadas. O Mercado Premium representa cerca de 23% da totalidade do mercado de passageiros.

VIATURAS LEXUS

Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus continua a sua trajetória ascendente, com um assinalável crescimento de 22%. Em 2017, a Lexus registou 453 matrículas, todas elas com tecnologia híbrida, traduzindo-se numa quota de 0,9% no mercado premium (+0,2 p.p.).

Para o acréscimo nas vendas da Lexus em 2017 foi determinante o desempenho do modelo de maior volume, o sedan desportivo IS, renovado no início do ano.

Evolução Mercado Premium



Evolução Lexus 2016 vs. 2017



Para 2018, os objetivos globais definidos passam por:

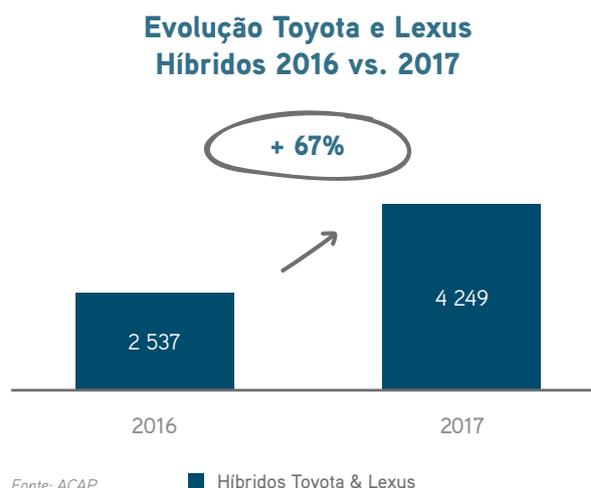
- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas com design avançado;
- Lançamento de novos produtos: novo NX 300h e uma nova variante do SUV RX 450h;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – CT 200h, IS 300h e NX 300h;
- Expansão da rede de concessionários que passará a contar com novos pontos de venda e assistência.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DOS VEÍCULOS HÍBRIDOS TOYOTA E LEXUS

Em 2017, é de destacar uma vez mais o desempenho dos híbridos Toyota e Lexus que registaram um crescimento de 67% face a 2016. As viaturas com esta tecnologia representaram já 47,3% (+18,4 p.p. vs 2016) das vendas de ligeiros de passageiros Toyota e Lexus.

Este desempenho ficou a dever-se a uma ampla e renovada oferta de viaturas híbridas, num total de 16 modelos – 8 Toyota e 8 Lexus – e ao enfoque na divulgação e promoção dos benefícios da tecnologia híbrida.

Perspetiva-se para 2018 a continuação do crescimento das vendas de viaturas híbridas elétricas a um ritmo substancialmente superior ao crescimento do mercado.



PERSPETIVAS

Dada a conjuntura económica atual e atendendo às últimas previsões do Banco de Portugal, o ano de 2018 continuará a apresentar um perfil de crescimento.

É expectável para a totalidade dos indicadores macroeconómicos uma evolução positiva quando comparada com o ano de 2017.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2018 assume um crescimento de 1% face ao ano anterior,



situando-se em torno das 263.000 unidades.

Por sua vez e face às condições descritas, o objetivo Toyota e Lexus para 2018 é a comercialização de 11.500 unidades, representando este valor um acréscimo de 6% comparativamente ao ano de 2017 e resultando numa quota de mercado de 4,4%.

APÓS-VENDA

Durante o ano de 2017, a faturação global da Divisão Após-Venda totalizou 37 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 8,5% face ao sucedido no ano anterior.

Detalhando um pouco mais, poderemos informar que a atividade comercial de peças (genuínas & incorporação nacional), a qual exclui os acessórios, as garantias e os serviços, ascendeu a 27,6 milhões de Euros. Este valor representa um crescimento de 6,1% face ao ano de 2016.

Por sua vez, a faturação de acessórios (que inclui o merchandising) totalizou 3,3 milhões de Euros em 2017. Estas vendas ultrapassaram em 11% os valores obtidos no ano anterior, e implicaram igualmente um crescimento na incorporação por viatura nova vendida.

ESTRATÉGIA COMERCIAL

Ao longo de 2017, a TCAP manteve o foco da sua estratégia orientada para o Cliente (estratégia 360º).

Nesta estratégia, pretende-se satisfazer todas as necessidades do cliente, prestando um serviço de excelência. Os resultados positivos indicam que estamos no caminho certo.

Nesse sentido destacamos algumas das ações realizadas:

- Renovação do desafio anual VCI (Value Chain Index) para o ano de 2017. Esta iniciativa incentiva os concessionários Toyota a atingirem bons desempenhos em indicadores estratégicos para a atividade Após-Venda. São esses indicadores: os programas proativos de aviso ao cliente, o processo de receção ativa à frente do Cliente, os serviços de retenção de Clientes (seguros, contratos de manutenção, ...), a dinamização da venda de acessórios, a implementação do serviço especializado para híbridos, bem como avaliação técnica dos serviços.
- Extensão e nova abordagem de comunicação, para a divulgação do Serviço 5+ (destinado a Clientes possuidores de viaturas Toyota com mais de 5 anos). Este serviço inclui preços fixos e competitivos a nível nacional para as mudanças de óleo e filtro, embraiagens, amortecedores e correias de distribuição. Em 2017, procedeu-se ao alargamento destes “packs”.
- Nova edição do “Toyota Day”, que se destacou em 2017 como a edição com o melhor resultado, a nível de marcação de serviços, venda de viaturas novas e adesão global ao evento.
- Renovação do sistema de Marcação Online para o cliente Toyota, que evoluiu de um pedido de marcação por parte do cliente, para uma marcação efetiva do serviço. Trata-se de uma melhoria significativa para o melhor atendimento do cliente.

Obviamente que muitas outras ações foram levadas a cabo durante 2017, tendo culminado todas elas nos bons resultados acima apresentados.

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

EQUIPAMENTO INDUSTRIAL TOYOTA

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	'16	'17	Variação %	'16		'17		Variação %
				QT	Quota	QT	Quota	
Empilhadores Contrabalançados	1389	1634	18%	280	20,2%	329	20,1%	17,5%
Equipamento de Armazém	1744	2434	40%	333	19,1%	695	28,6%	108,7%
TOTAL MMC	3133	4068	30%	613	19,6%	1024	25,2%	67,0%

Fonte: Wits

Antes de mais, é importante destacar que a fonte estatística mudou. Até 2016, dispúnhamos de dados da ACAP (máquinas entregues a clientes). Por imperativos legais, a divulgação destas estatísticas encontra-se, para já, suspensa. Assim, os dados constantes do quadro acima referem-se às estatísticas WITS, a nível europeu, que disponibilizam a quantidade de encomendas colocadas às respetivas fábricas.

MERCADO

O mercado de Máquinas de Movimentação de Carga registou, em 2017, um crescimento na ordem dos 30%. No que respeita à Toyota, foram colocadas, em 2017, 1.024 encomendas, o que num mercado total de 4.068 unidades, corresponde a uma quota de mercado de 25,2%.

DESEMPENHO DAS VENDAS TOYOTA POR SEGMENTO

Relativamente ao segmento de Empilhadores Contrabalançados registou-se um crescimento de 17,5% comparativamente com igual período do ano anterior, situando a nossa quota de mercado nos 20,1%.

No segmento de Equipamentos Armazém, verificou-se um crescimento de 108,7%, situando a nossa quota de mercado nos 28,6%. Este crescimento é justificado pelo fato de em março de 2017 ter sido fechado, pela Toyota, um grande negócio de frota de aproximadamente 300 unidades, que influenciou quer o mercado, quer a nossa quota.

PERSPETIVAS

Tendo em consideração a atual conjuntura política, bem como, as perspetivas de crescimento económico, prevê-se que em 2018 se possa continuar a verificar um crescimento de mercado, mas a um ritmo mais moderado. Relativamente ao desempenho da Toyota, perspetiva-se um ano desafiante, uma vez que a agressividade das marcas concorrentes se tem intensificado bastante.

No entanto, temos como objetivo a diferenciação da concorrência mantendo um bom serviço de assistência e com ofertas inovadoras para que possamos conquistar novos clientes e assim manter e consolidar a liderança de mercado.

CAETANO AUTO, S.A.

- O Banco Central Europeu projeta para os próximos anos uma expansão económica robusta na zona do euro. O Banco de Portugal, nas suas projeções macroeconómicas prevê igualmente uma trajetória de recuperação em linha com o ritmo de crescimento previsto para a zona euro. Neste cenário prevê-se que o Produto Interno Bruto (PIB) português continue a crescer enquadrado num ciclo económico que já há muitos anos não acontecia.
- 2017 apresentou-se, por isso, como um ano de retoma na economia nacional e a exploração da Caetano Auto acompanha essa tendência, permitindo registar melhorias significativas comparativamente a igual período do ano anterior.
- Assim, o volume de negócios neste exercício ultrapassou os 212 milhões de Euros superando os 185 milhões do ano anterior e registando, portanto, um crescimento de 14,6%.
- Importa aqui realçar o trabalho de melhoria contínua que a Caetano Auto tem vindo concretizar nas várias atividades, permitindo retornos mensuráveis muito interessantes, como os acima referidos relativamente ao volume do negócio, mas também na contenção dos gastos, alavancando assim a rentabilidade da Empresa.
- Relativamente a despesas, a gestão cuidada de todos os gastos da Empresa permitiu que, apesar do crescimento registado nas vendas, as despesas se mantivessem nos níveis do ano anterior.

- Quanto às depreciações e amortizações estas continuam a influenciar de forma significativa os resultados obtidos ao representarem mais de 2 milhões de Euros por força, sobretudo, do património imobiliário detido.
- Desse património imobiliário há que destacar as alterações registadas em 2017 pela alienação dos imóveis de Viana do Castelo e do Parque das Nações e ainda pelo início da atividade nas novas instalações de Santa Maria da Feira.
- Por tudo o atrás exposto, a Caetano Auto encerrou o exercício de 2017 com um resultado antes impostos (RAI) positivo e mais que quadruplicando o registado em 2016.

Por sua vez e face ao exposto no parágrafo inicial, as perspetivas para 2018 apresentam-se risonhas, pois o crescimento estimado do mercado automóvel originará por certo e no mínimo em 2018, resultados tão agradáveis como os obtidos neste exercício.

CAETANO AUTO CV, S.A.

INDICADOR DE CLIMA ECONÓMICO*

A economia cabo-verdiana no final do ano 2017 deverá crescer à volta de 4%. Embora a taxa de desemprego atinja os 15% e a pobreza absoluta os 34%, a economia cabo-verdiana encontra-se em processo de recuperação. Ao nível da inflação, esta deverá manter-se estável entre 1 e 2%.

O turismo em 2017 continuou a ser o motor da economia em Cabo Verde, por consequência direta as grandes cadeias internacionais de hotéis continuam a investir na construção de novas unidades na Ilha do Sal, Ilha da Boa Vista e na Cidade da Praia na Ilha de Santiago, nomeadamente a cadeia Hilton que em outubro inaugurou um Hotel 5 estrelas na Ilha do Sal e iniciou a construção de outro na cidade da Praia, assim como a cadeia Meliá, que além dos 3 hotéis que já detém no Sal, arrancou com a construção de uma nova unidade na Ilha da Boa Vista. É fato que Cabo Verde continua ainda com um perfil de extrema vulnerabilidade, dependente da ajuda pública, sensível aos choques externos e às mudanças climáticas e fortemente dependente do turismo balnear. O crescimento do PIB na proposta de orçamento de Estado para 2018 aponta para 5 a 5,5%.

*Fonte (Proposta orçamento Estado 2018)

ATIVIDADE COMERCIAL

VIATURAS

SEGMENTO	MARCA	2017	2016	VARIACÃO	
				QTD.	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	62	106	-44	-41,5%
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	295	224	+71	+30%
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	27	28	-1	-7,1%
		384	358	+26	+7,3%

Em comparação com o período homólogo de 2016, a Caetano Auto, CV, S.A. vendeu mais 26 unidades (+7,3%), sendo claramente os modelos Hilux e Hiace os que mais contribuíram para o crescimento verificado. Para 2018 e na sequência das projeções macroeconómicas atrás referidas, estima-se um novo incremento nos volumes de comercialização de viaturas, e que deverão atingir as 400 unidades.

APÓS-VENDA

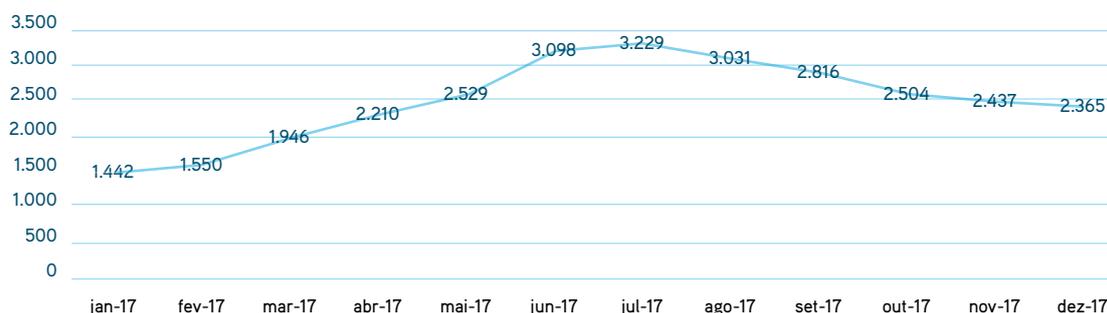
Ao nível do Após-Venda registou-se um crescimento do volume de faturação na casa dos 7,65% ainda que essencialmente impulsionado pela venda de peças e acessórios ao balcão. O esforço de captação e retenção de clientes nas nossas oficinas será por certo um dos principais objetivos para 2018.

Ao nível da avaliação do PGO+ a Caetano Auto CV melhorou o resultado face ao ano anterior passando-o para 88%, o que a mantém ao nível das instalações de referência europeias.

CAETANO RENTING, S.A.

O Volume de Negócios aumentou significativamente, quando comparado com igual período de 2016, tendo ultrapassado os 7 milhões de Euros o que significa um aumento de cerca de 56%. A frota média da Empresa ao longo do ano, situou-se nas 2430 unidades e atingiu o número máximo em julho, com 3229 unidades.

EVOLUÇÃO FROTA

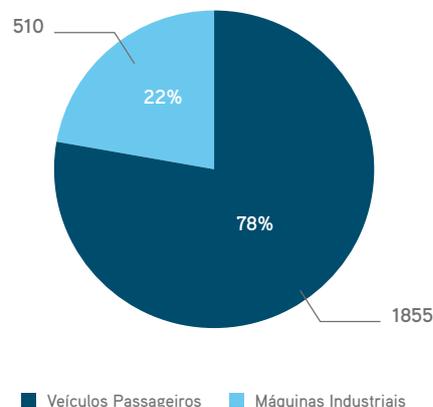


A frota no final do ano de 2017 atingiu as 2365 unidades, das quais 78% são referentes a Veículos de Passageiros e 22% a Máquinas Industriais.

O aumento significativo da frota ficou a dever-se essencialmente às aquisições de veículos destinadas ao segmento de rent-a-car, cujo número neste exercício atingiu as 1913 de um total de 2589 aquisições efetuadas, o que significa que este segmento de rent-a-car tem um peso de cerca de 73,8 % na totalidade da frota.

O aumento dos veículos afetos ao segmento acima referido, resultou num acréscimo dos custos operacionais, os quais apenas terão recuperação integral com a sua alienação, o que ocorrerá em princípio durante o próximo exercício.

Pese embora este acréscimo de custos, a Empresa pôde manter-se em zona positiva de resultados, prevendo-se uma clara melhoria no exercício de 2018.



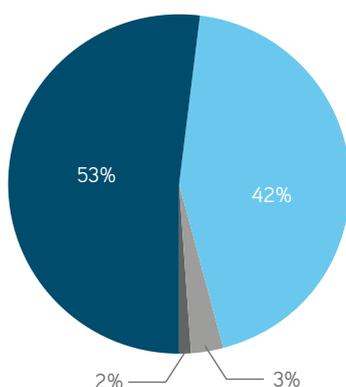
ATIVIDADE FINANCEIRA

ANÁLISE CONSOLIDADA

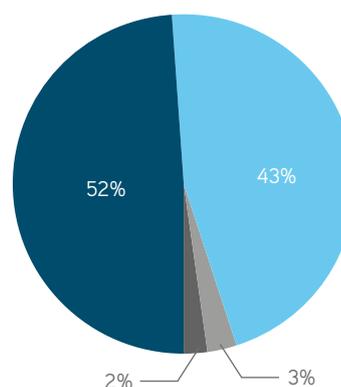
O perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal permaneceu inalterado durante o exercício de 2017, quando comparado com o de 2016.

Em 2017, o Grupo apresenta um volume de faturação de 390 milhões de Euros, superior em cerca de 53 milhões de Euros (+15,8%) face ao obtido no período homólogo de 2016. Este crescimento encontra justificações essencialmente no crescimento verificado no mercado automóvel em Portugal, e que foi acompanhado pelos níveis de atividade registados no Grupo Toyota Caetano, com especial destaque para as viaturas híbridas, Auris, Yaris e Crossover C-HR. Também o crescimento e melhoria de rentabilidade do projeto de montagem de veículos todo terreno para exportação (LC70), na unidade fabril de Ovar, contribuiu para a evolução favorável registada. Desta forma, o contributo da área industrial dos veículos automóveis para o volume de negócios é de cerca de 39 milhões de Euros, face aos cerca de 35 milhões de Euros registados no período homólogo de 2016.

Dezembro de 2016
Volume de Negócios: 337 M€



Dezembro de 2017
Volume de Negócios: 390 M€



■ Toyota Caetano Portugal ■ Caetano Auto ■ Caetano Auto CV ■ Caetano Renting

Tendo sempre como objetivo principal colocar a marca Toyota como uma referência no mercado automóvel nacional, foi possível a implementação de um conjunto de medidas nomeadamente no que concerne aos custos de estrutura e ligeiro aumento de margem de comercialização as quais proporcionaram a obtenção de um E.B.I.T.D.A. de cerca de 34 milhões de Euros, superior ao registado no período homólogo de 2016 em cerca de 8,9 milhões de Euros (+35,6%).

Por sua vez, os resultados financeiros, negativos em cerca de 2,6 milhões de Euros, situam-se a um nível superior aos registados no período homólogo de 2016, em cerca de 300 mil Euros, refletindo, todavia, as necessidades acrescidas de financiamento em que o Grupo Toyota Caetano Portugal incorreu, de forma a fazer face ao crescimento de atividade e nomeadamente no impacto desse crescimento no que aos stocks e crédito concedido respeita.

Derivado do incremento verificado ao nível do investimento afeto à utilização e aluguer de equipamento de transporte, registou-se um aumento de cerca de 3 milhões de Euros, na rubrica de Amortizações e Depreciações, o que, combinado com os fatores anteriormente referidos, gerou um resultado líquido consolidado de cerca de 9,4 milhões de Euros, ou seja mais 57,1% do que o valor alcançado em 2016, o qual se tinha situado na casa dos 6 milhões de Euros.

O grau de autonomia financeira de 44,3% continua a refletir uma gestão da estrutura de capitais perfeitamente adequada.

No sentido de sintetizar a evolução da atividade e desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, segue abaixo quadro de indicadores comparativos na unidade monetária milhares de Euros:

	DEZ/16	DEZ/17	VARIAÇÃO
Volume de negócios	336.956	390.035	15,8%
Lucro bruto	61.693	72.088	16,8%
% (f) vendas	18,3%	18,5%	
Fornecimentos e serviços externos	37.106	43.230	16,5%
% (f) vendas	11,0%	11,1%	
Gastos com o pessoal	39.365	38.635	-1,9%
% (f) vendas	11,7%	9,9%	
E.B.I.T.D.A.	25.106	34.040	35,6%
% (f) vendas	7,5%	8,7%	
Resultado operacional	9.565	15.429	61,3%
% (f) vendas	2,8%	4,0%	
Resultados financeiros	-2.297	-2.575	-12,1%
% (f) vendas	-0,7%	-0,7%	
Resultado líquido consolidado	6.003	9.431	57,1%
% (f) vendas	1,8%	2,4%	
Financiamento bancário líquido	54.665	62.671	14,6%
Grau de autonomia financeira	46,1%	44,3%	

De salientar por fim que, embora as últimas estimativas apontem para um “desacelerar ligeiro” em 2018-19 do crescimento económico em Portugal, entendemos como provável a manutenção da tendência de crescimento do setor automóvel, com destaque óbvio para o segmento dos Híbridos, o que tendo em atenção a panóplia de produtos deste segmento oferecida pelo Grupo Toyota Caetano conduzirá inevitavelmente ao reforço da sua sustentabilidade nos mercados onde opera.

GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- d)** Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- e)** Diversificação de fontes de financiamento;
- f)** Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- g)** Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.
- h)** A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2017, a sociedade não detinha ações próprias.

RELATÓRIO NÃO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL

Alinhada com o diagnóstico realizado às necessidades das suas partes interessadas, a Toyota Caetano Portuga tem vindo a priorizar ao longo dos anos a implementação de uma política de ética e transparência, materializando a sua estratégia de sustentabilidade numa gestão social e ambientalmente responsável.

A - RELATO AMBIENTAL

A Toyota Caetano Portugal e os seus colaboradores estão empenhados na redução dos impactos da sua atividade sobre o ambiente e na promoção da sustentabilidade, em consonância com os princípios constantes da Política de Ambiente.

O setor automóvel tem redirecionado a sua estratégia para as soluções de mobilidade limpa. As normas de emissões na Europa estão a promover um aumento da produção de veículos com combustíveis alternativos, que abrangem as versões híbridas, híbridas plug-in, elétricas e ainda o fuel cell, na maioria das quais a Toyota e Lexus têm sido percursoras. Face a este cenário, ambas as marcas assumem que a partir de 2050 vão contar na sua oferta apenas com modelos isentos de emissões poluentes.

Durante o ano de 2017, a implementação da estratégia definida, encontra-se evidenciada nas principais ações planeadas e nos resultados obtidos:

- No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente, destacou-se a realização de auditorias internas e externa (entidade certificadora - SGS), efetivando-se a transição para as novas normas ISO 9001:2015 (Qualidade) e ISO 14001:2016 (Ambiente), com zero não conformidades.
- Auditoria da Toyota Motor Europe ao nosso Sistema de Gestão Ambiental;
- Integrada no Sistema de Gestão, a Toyota Caetano Portugal tem vindo a reforçar a sua estratégia de melhoria contínua (Kaizen), nomeadamente o Kaizen diário nível 1 (organização da equipa), Kaizen diário nível 2 (5S) e sugestões Kaizen (ideias/projetos implementados pelos colaboradores). Anualmente, os resultados da melhoria contínua, são alvo de reconhecimento por parte da Administração aos colaboradores.
- Pelo quarto ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório anual sobre Desenvolvimento Sustentável “Carbon Disclosure Project” (CDP), promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização. O resultado alcançado em 2017, foi premiado com “nível Management”.

Para este resultado CDP, muito contribuiu a estratégia de massificação de carros híbridos e plug-in Toyota & Lexus no mercado nacional, onde foi atingido um excelente ratio de 47,3 % de venda de viaturas híbridas sobre o total de vendas de ligeiros de passageiros.

As ações de eficiência energética implementadas nos edifícios e processos, também foram alvo de significativas melhorias. No desenvolvimento da nossa atividade, reconhecemos a necessidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos locais onde atuamos e de manter relações de cooperação com as comunidades através do apoio a instituições sociais, culturais e académicas. Os colaboradores têm e devem proteger e assegurar a boa conservação do património das empresas (instalações, equipamentos e outros) e usar os recursos de forma eficiente e responsável, evitando o desperdício.

Para 2018, a Toyota Caetano Portugal assume o compromisso de:

- Continuar o crescimento sustentável na venda de viaturas híbridas, para as quais foi traçado um objetivo de 50% de penetração sobre o total de vendas de viaturas de passageiros;
- Prosseguir com o pensamento diário de todos os colaboradores focado no princípio Kaizen, onde foi definido um objetivo de 1,5 ideias por colaborador;
- Obter a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente. Reforçar o pensamento baseado em risco, de acordo com a metodologia FMEA (Failure Mode and Effects Analysis);
- Continuar a responder à solicitação das partes interessadas, quanto à transparência da economia do baixo carbono da Toyota Caetano Portugal, através do Carbon Disclosure Project (CDP) e manter o “nível Management”.

A Toyota Caetano Portugal assume como objetivo proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro a todos os colaboradores e prestadores de serviços. Todos deverão colaborar no cumprimento das regras de Segurança e Saúde no Trabalho estabelecidas, informando os seus superiores acerca de eventuais desvios observados, de modo a garantir que a segurança de pessoas, instalações, equipamentos e bens da empresa não sejam, nunca, colocados em risco.

B - RELATO DAS QUESTÕES SOCIAIS RELATIVAS AOS TRABALHADORES

Nos últimos anos, a necessidade crescente de atrair e reter atuais e potenciais colaboradores que, conseqüentemente, contribuam para a satisfação dos clientes finais, leva a que as organizações apostem numa estratégia de Employer Branding que entregue a todos os stakeholders benefícios funcionais, emocionais e simbólicos. Este é um caminho que também tem sido desenvolvido pela Toyota Caetano Portugal com a criação da Direção Corporativa de Pessoas, Marca e Comunicação (DPC) em janeiro de 2015, cuja principal missão é tornar a Toyota Caetano Portugal cada vez mais num lugar agradável para se viver e trabalhar, através da gestão integrada de pessoas, em alinhamento com os valores, a cultura organizacional e os objetivos de negócio.

A DPC é constituída por equipas multidisciplinares, orientadas a gestão por projeto, e atua atualmente segundo os seguintes eixos de intervenção:

- 1) Parceiros de Negócio - acompanhar as necessidades da empresa nas diferentes atividades (distribuição, equipamentos industriais e indústria), aliando a estratégia de negócio à estratégia de gestão de talento;
- 2) Assessoria Jurídica e Laboral - orientar e aconselhar os gestores em assuntos da área jurídico-laboral e relações no trabalho;
- 3) Carreiras e Salários - desenvolver e implementar processos Lean para tratamento de payroll, recrutamento e estágios, acolhimento e integração, gestão de desempenho e gestão de carreiras e talento;
- 4) Formação e Desenvolvimento - desenvolver competências (soft e hard skills) de jovens (Centros de Aprendizagem) e ativos;
- 5) Marca e Comunicação - assegurar a comunicação interna e institucional, o reforço dos valores e da cultura corporativa;
- 6) Saúde, Segurança e Bem-estar - gerir serviços de suporte ao bem-estar dos colaboradores na área da segurança e saúde no trabalho, assim como no cuidado com os espaços de convívio e restauração;
- 7) Qualidade, Ambiente e Kaizen - aplicar os sistemas de gestão de qualidade e ambiente e implementar propostas de melhoria continua, através da definição de políticas, práticas e ferramentas eficientes.
- 8) Projetos Especiais - desenvolver projetos a medida das necessidades do negócio, com ligação à gestão de pessoas e ao marketing interno.

Nos oito eixos estão enquadradas as atividades que respondem às diferentes necessidades associadas ao ciclo de desenvolvimento pretendido para um colaborador, desde a sua admissão e desenvolvimento até à sua saída da empresa, e que correspondem ao sistema de gestão integrada de pessoas que compõe o modelo organizacional.

Em 2017, as prioridades de atuação focaram-se na melhoria das políticas, processos e procedimentos de RH e marketing interno e no desenvolvimento de novos processos, tendo em conta as atuais demandas do mercado e os valores/comportamentos da nova geração de trabalhadores empreendedores, movidos pelos desafios, por lideranças que criem novos líderes e por empresas com propostas de valor relevantes para todos os stakeholders. Assim, o foco incidiu num conjunto de áreas:

- Revisão e atualização do modelo corporativo organizacional assente no mapeamento do descritivo de funções.
- Gestão de desempenho e desenvolvimento (GDD), que pressupõe a análise do potencial e do desempenho dos colaboradores, com vista à gestão de carreira e talento, alinhada com os objetivos e valores da Toyota Caetano Portugal.
- Formação Ser Caetano a todas as chefias intermédias com o propósito de reforçar nas equipas da Empresa a Cultura e Valores do seu fundador, promovendo uma liderança de nível superior, alinhada com o Toyota Way.
- Reforço da cultura corporativa através da implementação de um plano estratégico que promove a gestão por Valores, bem como o desenvolvimento de iniciativas internas que potenciam o bem-estar e compromisso dos colaboradores, como é o caso do Clube Ser, Torneio de Futsal, Lanche de Natal, Reunião de Balanço de Atividade, entre outros.
- Digitalização de processos com a instalação dos terminais de informação e desenvolvimento de plataformas interativas no âmbito dos processos, procedimentos e eventos internos.
- Reformulação e lançamento do Portal do Colaborador para disponibilização de conteúdos para o colaborador, através de uma linguagem mais próxima e apelativa e de uma navegação mais intuitiva.
- Realização de iniciativas no âmbito da Responsabilidade Social da TCAP, nomeadamente na área educativa e em ligação à comunidade local, com destaque para a parceria com o Porto de Futuro (programa da Câmara Municipal do Porto) e com o Instituto Politécnico do Porto, entre outras, visando aproximar o mundo académico à vida empresarial. Destaque também para a disponibilização de refeições a instituições de solidariedade social integradas na comunidade local.
- Workshop de Reflexão Estratégica que também envolveu as lideranças de topo da Toyota Caetano Portugal, do qual resultou um plano de ação para o futuro, com resposta às seguintes questões: “Onde estamos?” “Para onde queremos ir?” “Que atitudes queremos desenvolver?” “Que perfil de Liderança e de Profissionais são ajustados ao nosso desafio?”
- Lançamento do Programa para atração e retenção de talento jovem, com o propósito de proporcionar uma experiência profissional diferenciadora.
- Reestruturação do procedimento, do Manual de Acolhimento e outras ferramentas de apoio ao processo, para uniformizar prática no universo Toyota em Portugal e, desde a primeira hora, imbuir os colaboradores na filosofia e práticas da organização.
- Reformulação dos serviços sociais de restauração e de saúde, objetivando aumentar a satisfação e bem-estar dos colaboradores.
- Digitalização dos processos administrativos de gestão de pessoas, com vista à aceleração, simplificação e desmaterialização dos mesmos através de ferramentas informáticas como o “Business Project Management” e o Portal do Colaborador.
- Implementação da metodologia Kaizen no trabalho diário das diversas equipas de atuação, através da organização de espaços e gestão visual, criação de procedimentos, normalização de tarefas, realização de reuniões sistemáticas e desenvolvimento de projetos motivacionais, com vista à melhoria contínua e à promoção do intra-empresendedorismo e aceleração da inovação incremental e transformacional.

Prevê-se para 2018 a continuidade do trabalho desenvolvido desde 2015, destacando-se algumas prioridades provenientes do alinhamento da estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas com a estratégia de negócio, nomeadamente:

- Continuação do desenvolvimento de modelos de gestão de carreira e talento na TCAP, através da Formação de jovens e ativos, do rejuvenescimento e requalificação das equipas para responderem à sucessão funcional nas áreas críticas, bem como promoção de novas lideranças.

- Comunicação e reforço da estratégia de Employer Branding para a atração e retenção de talento na organização e maior comprometimento com a satisfação dos clientes externos.
- Reforço e comunicação da cultura da digitalização orientada para a eficiência e qualidade dos processos, promovendo a lealdade dos clientes externos e internos.
- Desenvolvimento do estudo de clima organizacional, tendo por base os Valores da Organização, com o objetivo de aferir a satisfação dos colaboradores e, conseqüentemente, promover planos responsivos às expectativas dos mesmos.

Esperamos, assim, continuar a alcançar resultados válidos, agindo com respeito pelas pessoas, preocupação com o seu bem-estar e justiça perante o seu desenvolvimento, assim, continuar a alcançar resultados válidos, agindo com respeito pelas pessoas, preocupação com o seu bem-estar e justiça perante o seu desenvolvimento, fatores promotores da satisfação no trabalho. A Toyota Caetano Portugal compromete-se a promover a existência de um ambiente cordial na empresa, essencial para o bem-estar e bom desempenho dos seus colaboradores. Do mesmo modo, todos os colaboradores deverão contribuir para a construção de um bom ambiente de trabalho, assente em critérios de lealdade, respeito mútuo, educação e justiça. Espera-se ainda que os colaboradores adotem princípios de cooperação, trabalho em equipa e responsabilização na busca de excelência e de realização.

C – IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

A Toyota Caetano Portugal promove a igualdade entre homens e mulheres, numa política de trabalho igual – salário igual, sendo que cerca de 30% da sua população laboral é do sexo feminino.

D – NÃO DISCRIMINAÇÃO

A Toyota Caetano Portugal está e estará sempre no mercado com integridade, honestidade e respeito por todos com quem se relaciona, repudiando práticas de discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades para todos, bem como o direito a integridade moral e dignidade no local de trabalho.

E - RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS

A Empresa, bebendo dos princípios do Toyota Way, tem como um dos pilares centrais o Respeito pelas Pessoas e a salvaguarda dos Direitos Humanos. Nesse sentido, não são admitidos comportamentos discriminatórios em razão da raça, etnia, nacionalidade, origem social, idade, sexo, ideologia, opinião política, religião ou qualquer outra condição física ou social dos seus Colaboradores. Para além de ser uma prática da Empresa, procuramos inculcar esta atitude no quotidiano das relações com os vários stakeholders e, inclusive, sensibilizamos os nossos Colaboradores para que apliquem estes princípios fora da Empresa e os exponenciem nas suas redes pessoais.

F - COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO

A Toyota Caetano Portugal exige uma ponderação cuidada e responsável de todas as matérias que possam refletir os Valores e a Ética Profissional assumidas pelo Grupo. Em todas as nossas empresas reconhecemos a importância de ter sempre presente os princípios pelos quais se rege e orienta a nossa estratégia e a forma como estes devem ser interiorizados e efetivamente praticados por todos os colaboradores. Estas regras contribuem para a consolidação da imagem e do papel da Toyota Caetano Portugal e para o aprofundamento de relações de confiança com todos os stakeholders, quais sejam, os acionistas, colaboradores, prestadores de serviços, órgãos governamentais, entidades reguladoras, comunidades locais, clientes, fornecedores, concorrentes e meios de comunicação social. A Toyota Caetano Portugal sempre esteve, está e estará no mercado com integridade, honestidade e respeito por todos com quem se relaciona. Todos os colaboradores do Grupo, sejam quais forem as funções que exercem, para além do seu dever de observância das leis em vigor, pautam a sua conduta tendo sempre presente estes princípios fundamentais. De igual forma, os colaboradores devem abster-se de utilizar os bens do Grupo em proveito próprio ou de terceiros. Todos os colaboradores pautam a sua atuação pelo rigoroso cumprimento das responsabilidades que lhe estão atribuídas, executando as suas funções no estrito cumprimento do que constituir a descrição das

mesmas, com a observância das instruções que legitimamente lhes sejam dadas pelas suas chefias, assumindo as consequências das suas ações ou omissões, no desenvolvimento da atividade a que estão adstritos.

Os colaboradores usam o poder que lhes foi delegado de forma ponderada e não abusiva, tendo sempre em consideração os interesses da empresa e a prossecução dos seus objetivos, nomeadamente a salvaguarda do património da Toyota. Por outro lado, os colaboradores deverão motivar o espírito de equipa, solidarizar-se com as decisões que vierem a ser tomadas, agir sem discricionariedade, com transparência, rigor e verdade, evitando quaisquer conflitos de interesses e atitudes que possam afetar a imagem da empresa em que se inserem e da Toyota. As práticas empresariais da Toyota Caetano Portugal são transparentes e equitativas, não sendo tolerada nenhuma forma ativa ou passiva de suborno, corrupção ou tráfico de influências. Os colaboradores do Grupo deverão recusar quaisquer ofertas que possam ser consideradas ou interpretadas como uma tentativa de influenciar a empresa ou o colaborador. Em caso de dúvida, o colaborador deverá comunicar a situação, por escrito, à respetiva hierarquia. Da mesma forma, nenhum colaborador poderá oferecer qualquer presente ou outro benefício que possa ser entendido como tentativa de influência num processo de decisão atual ou futuro, ou como prémio em relação a uma decisão já tomada. Em caso de dúvida, o colaborador deverá comunicar a situação, por escrito, à respetiva hierarquia.

Os colaboradores deverão atuar com independência, imparcialidade e com lealdade ao Grupo e a margem de interesses - sejam eles próprios ou alheios. Neste âmbito:

- a) Os colaboradores devem abster-se de intervir ou influenciar a tomada de decisões que possam ter relação com pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco ou afinidade ou entidades com que colaborem ou tenham colaborado.
- b) O envolvimento em atividades que possam entrar em concorrência ou que possam interferir com as atividades das empresas do Grupo e, em caso de um potencial conflito de interesses, os colaboradores e prestadores de serviços devem comunicá-lo, de imediato, por escrito, ao seu superior hierárquico. Os colaboradores estão obrigados a proteger a confidencialidade da informação de negócio a que têm acesso no âmbito das funções que ocupam, nomeadamente a que respeita ao Grupo Toyota Caetano Portugal e aos seus clientes e fornecedores, não devendo utilizar qualquer tipo de conhecimento interno para obter benefícios pessoais. O cumprimento do dever de confidencialidade, assim como o próprio sigilo profissional, deverá persistir mesmo para além do termo do mandato, da extinção da relação laboral ou de prestação de serviços.

G – DIVERSIDADE

Nesta linha de ação, a Toyota Caetano Portugal promove a diversidade em vários níveis, estendendo-a à sua gestão e corpos sociais. A Empresa está atenta à renovação dos seus quadros diretivos, privilegiando a idade enquanto sinónimo de conhecimento adquirido e as qualificações necessárias ao exercício da função. Consideramos ambas as dimensões fundamentais para o desenvolvimento de uma estratégia sustentável. Nesta política de diversidade, cada vez mais as mulheres estão também a ocupar cargos de liderança na Organização, numa correlação direta com o aumento de gestoras na estrutura. Nas práticas de recrutamento e na promoção da formação é incentivada a participação ativa de mulheres e jovens, acreditando que é na partilha geracional e na diversidade de género e cultura que a Toyota Caetano Portugal estará cada vez mais preparada para atuar num mundo global e inclusivo.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2017, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 9.338.304,78 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- | | | |
|---|-----|--------------|
| a) Para a conta de reservas não distribuíveis por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial. | Eur | 2.330.889,90 |
| b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,20 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz | Eur | 7.000.000,00 |
| c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados | Eur | 7.414,88 |

OUTROS ASSUNTOS / AGRADECIMENTOS

Desde a conclusão do ano de 2017 e até à presente data, não se observaram quaisquer fatos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

Este relatório não ficaria concluído, sem expressarmos o nosso reconhecimento às pessoas ou entidades que, de algum modo, tenham contribuído para o desenvolvimento da atividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados em 2017, designadamente:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pelo estímulo que nos transmitiram através da confiança depositada nos nossos produtos e pela distinção da sua preferência;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração demonstrada ao par da evolução da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela cooperação mantida em todos os momentos;
- A todos os Colaboradores pela dedicação com que se envolveram na concretização dos objetivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 21 de março de 2018

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Nobuaki Fujii
Matthew Peter Harrison
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea b) do artigo 8.º e do número 7 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2017, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se ainda que durante o exercício de 2017 ocorreu a alienação da titularidade do número de ações representativas do capital social da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. por parte dos respetivos membros do Conselho de Administração:

José Reis da Silva Ramos:

- não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;
- o cônjuge Maria Angelina Martins Caetano Ramos, por execução do acordo de partilhas da Herança Indivisa de Salvador Fernandes Caetano e de Ana Pereira Martins, no dia 10 de julho de 2017, passou a deter 699.628 ações, tendo alienado em 25 de julho de 2017, 699.628 ações ao preço de 3,694 € cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2017 não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;

Maria Angelina Martins Caetano Ramos:

- por execução do acordo de partilhas da Herança Indivisa de Salvador Fernandes Caetano e de Ana Pereira Martins, no dia 10 de julho de 2017, passou a deter 699.628 ações, tendo alienado em 25 de julho de 2017, 699.628 ações ao preço de 3,694 € cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2017 não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;

Salvador Acácio Martins Caetano:

- por execução do acordo de partilhas da Herança Indivisa de Salvador Fernandes Caetano e de Ana Pereira Martins, no dia 10 de julho de 2017, passou a deter 699.627 ações tendo alienado em 25 de julho de 2017, 699.627 ações ao preço de 3,694 € cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2017 não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;

Miguel Pedro Caetano Ramos: não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;

Matthew Peter Harrison: não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;

Nobuaki Fujii: não é titular de ações nem obrigações da Sociedade;

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes: não é titular de ações nem obrigações da Sociedade.

Mais se declara de seguida, os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- a acionista Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A. (da qual Salvador Acácio Martins Caetano é Presidente do Conselho de Administração, Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Miguel Pedro Caetano Ramos é Vogal do Conselho de Administração), adquiriu em 25 de julho de 2017, 699.628 ações ao preço de 3,694 € cada uma; em 26 de julho de 2017, 699.627 ações ao preço de 3,694 € cada uma; em 26 de setembro de 2017, 3.665 ações ao preço de 1,97 € cada uma; em 29 de setembro de 2017, 2.639 ações ao preço de 1,97 € cada uma; em 18 de outubro de 2017, 8.769 ações ao preço de 2,10 € cada uma; em 19 de outubro de 2017, 8.971 ações ao preço de 2,10 € cada uma; em 31 de outubro de 2017, 1.010 ações ao preço de 2,07 € cada uma; em 10 de novembro de 2017, 24.925 ações ao preço de 2,08 € cada uma; em 15 de novembro de 2017, 7.501 ações ao preço de 2,20 € cada uma; em 16 de novembro de 2017, 1.050 ações ao preço de 2,19 € cada uma; em 20 de novembro de 2017, 7.400 ações ao preço de 2,28 € cada uma; em 21 de novembro

de 2017, 4.990 ações ao preço de 2,30 € cada uma; em 8 de dezembro de 2017, 862 ações ao preço de 2,56 € cada uma; em 13 de dezembro de 2017, 7.303 ações ao preço de 2,66 € cada uma; em 14 de dezembro de 2017, 3.970 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 18 de dezembro de 2017, 1.950 ações ao preço de 2,77 € cada uma; em 20 de dezembro de 2017, 1.200 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 27 de dezembro de 2017, 3.500 ações ao preço de 2,75 € cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2017 detinha 22.777.241 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

- a acionista FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO não teve movimentos (da qual José Reis da Silva Ramos é Presidente do Conselho de Administração, Maria Angelina Martins Caetano Ramos é cônjuge do Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano e Rui Manuel Machado de Noronha Mendes são Vogais do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2017 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada.
- a acionista COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração), pelo que em 31 de Dezembro de 2017 detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada.
- a acionista COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. não teve movimentos (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano é Vogal do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2017 detinha 290 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Salvador Acácio Martins Caetano, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Miguel Pedro Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2017, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social desta sociedade, bem como dos acionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas percentagens de capital:

ACIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS 10%	AÇÕES			
	DETIDAS ¹ 31.12.2016	ADQUIRIDAS 2017	ALIENADAS 2017	DETIDAS ² 31.12.2017
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000			9.450.000

¹ Capital social em 31.12.2016: €35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 31.12.2017: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

ACIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS 50%	AÇÕES			
	DETIDAS ¹ 31.12.2016	ADQUIRIDAS 2017	ALIENADAS 2017	DETIDAS ² 31.12.2017
Salvador Caetano – Auto, S.G.P.S., S.A.	21.288.281	1.488.960		22.777.241

¹ Capital social em 31.12.2016: €35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

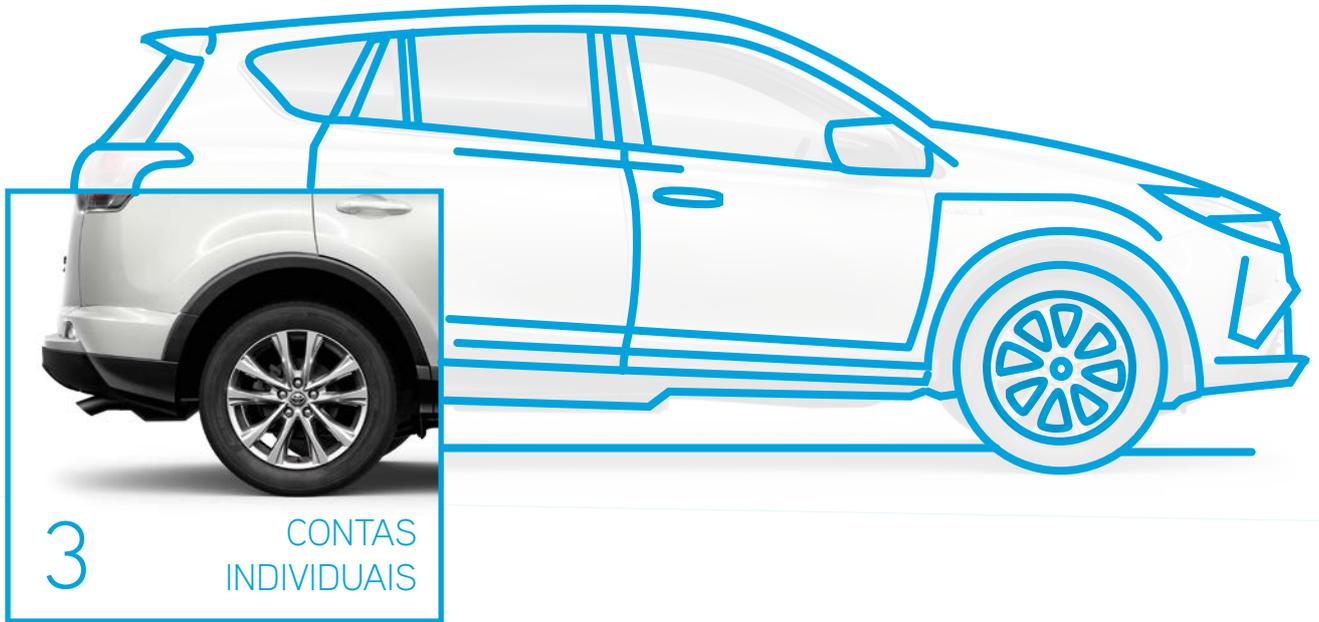
² Capital social em 31.12.2017: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de em 31 de dezembro de 2017, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
Salvador Caetano - Auto - S.G.P.S., S.A.	22.777.241	65,078
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000



3

CONTAS
INDIVIDUAIS

INDICADORES FINANCEIROS

(Euros)

	DEZ/17	DEZ/16
VOLUME DE NEGÓCIOS	313 210 999	274 422 481
CASH-FLOW BRUTO	17 928 987	15 547 936
RESULTADO LÍQUIDO	9 338 305	5 950 756
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDOS	2 003 235	2 192 636
GASTOS COM O PESSOAL	15 614 797	16 347 273
INVESTIMENTO LÍQUIDO	8 366 063	9 116 941
FUNDO DE MANEIO BRUTO	73 438 926	83 579 339
VAB	23 482 573	40 105 224
UNIDADES VENDIDAS	16 895	15 750
VOLUME DE EMPREGO	507	525

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	DEZ/17	DEZ/16
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	8	89 528	629 129
Ativos fixos tangíveis	5	30 212 204	29 041 382
Propriedades de investimento	6	14 555 076	15 122 686
Goodwill	7	611 997	611 997
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	9	40 836 444	37 196 156
Outros ativos financeiros	10	59 504	59 504
Ativos por impostos diferidos	15	1 320 835	1 511 801
TOTAL DE ATIVOS NÃO CORRENTES		87 685 588	84 172 655
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	61 045 015	52 135 449
Clientes	12	106 694 935	101 960 592
Outras dívidas de terceiros	13	2 454 538	1 288 272
Imposto sobre o rendimento	15		52 316
Outros ativos correntes	14	2 449 484	1 454 032
Outros ativos financeiros	10	3 432 799	3 432 799
Caixa e equivalentes a caixa	4	14 225 420	8 654 980
TOTAL DE ATIVOS CORRENTES		190 302 191	168 978 439
TOTAL DO ATIVO		277 987 779	253 151 094
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	DEZ/17	DEZ/16
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35 000 000	35 000 000
Reserva legal		7 498 903	7 498 903
Ajustamentos em ativos financeiros		3 579 095	2 705 421
Reservas de reavaliação		6 195 184	6 195 184
Outras reservas		67 319 346	67 319 346
Resultados transitados		1 781 402	1 707 102
Resultado líquido do exercício		9 338 304,78	5 950 756
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	16	130 712 235,26	126 376 712
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	24 951 241	30 350 204
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	21	5 655 000	5 108 420
Passivos por impostos diferidos	15	158 398	214 348
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES		30 764 639	35 672 972
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	51 559 955	32 986 922
Fornecedores	18	33 491 227	30 179 049
Outras dívidas a terceiros	19	10 373 165	10 135 303
Imposto sobre o rendimento a pagar	15	1 648 715	
Outros passivos correntes	20	19 437 842	17 080 130
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	21		691 580
Instrumentos financeiros derivados	23		28 425
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES		116 510 905	91 101 410
TOTAL DO PASSIVO		147 275 544	126 774 382
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		277 987 779	253 151 094

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	DEZ/17	DEZ/16
RENDIMENTOS OPERACIONAIS:			
Vendas e Prestações de serviços	24 e 25	313 210 999	274 422 481
Outros rendimentos operacionais	28	37 369 167	36 201 733
Variação da produção	11	3 170 060	-367 778
TOTAL DE RENDIMENTOS OPERACIONAIS		353 750 226	310 256 437
GASTOS OPERACIONAIS:			
Custo das vendas	11	-264 702 751	-231 161 973
Fornecimentos e serviços externos	26	-44 740 211	-36 105 468
Gastos com o pessoal	27	-15 614 797	-16 347 273
Amortizações e depreciações	5, 6 e 8	-8 302 452	-8 351 894
Perdas por imparidade	22	-22 903	-15 253
Outros gastos operacionais	28	-9 042 893	-9 017 567
TOTAL DE GASTOS OPERACIONAIS		-342 426 007	-300 999 428
RESULTADOS OPERACIONAIS			
		11 324 219	9 257 009
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	9	2 330 889,90	626 455
Juros e outros custos financeiros	29	-2 313 065	-2 458 924
Outros rendimentos financeiros	29	309 830	266 288
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		11 651 874	7 690 828
Impostos sobre o rendimento do exercício	15	-2 313 569	-1 740 072
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9 338 304,78	5 950 756

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	DEZ/17	DEZ/16
Resultado líquido do exercício	9 338 305	5.950.756
Componentes de rendimento integral do exercício, não recicláveis por resultados:		
Remensurações (Perdas atuariais Valor Bruto) (Nota 21)		-1 574 421
Imposto diferido Perdas atuariais (Nota 15)		354 245
MEP Efeito em Capital Próprio		-1 110 105
Rendimento integral do período	9 338 305	3 620 475

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	OUTRAS RESERVAS	TOTAL RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo em 1 de janeiro de 2016	35 000 000	7 498 903	6 195 184	4 297 753	68 539 522	86 531 362	0	6 474 875	128 006 237
Alterações no período									0
MEP				-1 110 105		-1 110 105			-1 110 105
Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior				1 142 682		1 142 682	82 193	-1 224 875	0
Remensurações (Perdas atuariais)					-1 220 176	-1 220 176			-1 220 176
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0	0	-1 624 908	-1 624 908	-1 624 908	1 624 908		0
Resultado líquido do período				-1 592 332	-1 220 176	-2 812 507	1 707 102	-1 224 875	-2 330 281
Rendimento integral								5 950 756	5 950 756
Operações com detentores de capital no período								3 620 475	3 620 475
Dividendos distribuídos									0
Outras operações	0	0	0	0	0	0	0	-5 250 000	-5 250 000
Saldos em 31 de dezembro de 2016	35 000 000	7 498 903	6 195 184	2 705 421	67 319 346	83 718 855	1 707 102	5 950 756	126 376 712
Saldo em 1 de janeiro de 2017	35 000 000	7 498 903	6 195 184	2 705 421	67 319 346	83 718 855	1 707 102	5 950 756	126 376 712
Alterações no período									0
MEP						0			0
Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior				626 455		626 455	74 301	-700 756	0
Remensurações (Perdas atuariais)						0			0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0	0	873 674	0	873 674	74 301	-700 756	247 218
Resultado líquido do período								9 338 305	247 218
Rendimento integral								9 338 305	9 338 305
Operações com detentores de capital no período								9 338 305	9 338 305
Dividendos distribuídos									0
Outras operações	0	0	0	0	0	0	0	-5 250 000	-5 250 000
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35 000 000	7 498 903	6 195 184	3 579 095	67 319 346	84 592 528	1 781 402	9 338 305	130 712 235

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXO DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	DEZ/17		DEZ/16	
Recebimentos de Clientes		397 868 482		350 471 366	
Pagamentos a Fornecedores		-364 976 999		-316 734 582	
Pagamentos ao Pessoal		-8 144 486		-8 285 675	
Fluxo gerado pelas Operações			24 746 997		25 451 110
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento			-1 646 620		-456 559
Outros Recebimentos/Pagamentos			-27 837 307		-24 356 486
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			-4 736 931		638 066
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos Financeiros					
Ativos Fixos Tangíveis	5	4 813 440		3 830 105	
Subsídios ao Investimento					
Juros e Rendimentos Similares					
Dividendos	9		4 813 440	1 624 908	5 455 013
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos Financeiros	9			-171	
Ativos Fixos Tangíveis	5	-361 408		-90 014	
Ativos Fixos Intangíveis	8		-361 408	-175 871	-266 057
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			4 452 032		5 188 957
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Locação Financeira	17	7 022 706		6 352 620	
Financiamentos Obtidos	17	49 500 000	56 522 706	24 298 957	30 651 577
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos Obtidos	17	-39 041 062		-25 110 526	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	17	-4 307 574		-3 421 170	
Juros e Gastos Similares		-2 042 650		-2 053 741	
Dividendos	16	-5 276 080	-50 667 367	-5 262 611	-35 848 047
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			-5 855 339		-5 196 470
CAIXA E EQUIVALENTES					
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	4		8 654 980		8 024 428
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	4		14 225 420		8 654 980
Variação de Caixa e Seus Equivalentes			5 570 440		630 552

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2017:

EMPRESAS COM SEDE EM PORTUGAL:	SEDE
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
EMPRESAS COM SEDE NOUTROS PAÍSES:	SEDE
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, tomando por base o princípio do custo histórico com a exceção de alguns instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

A adoção das IFRS na elaboração das demonstrações financeiras ocorreu pela primeira vez em 2016, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“Sistema de Normalização Contabilística” ou “SNC”)

para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de janeiro de 2015, de acordo com o disposto na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”).

2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

a) Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

(i) Normas:

- IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Não teve impacto da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não teve impacto da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Entidade.

b) Normas que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, ou em data posterior, que a União Europeia já endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas:

- IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto da adoção futura destas normas nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 15 (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas normas nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 16 (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. Estima-se impacto na adoção futura destas normas nas demonstrações financeiras da Entidade.

- IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se estima impacto significativo da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Entidade.

c) Normas, alterações a normas e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, ou em data posterior, que a União Europeia ainda não endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas:

- Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- IAS 40 (alteração), ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista a evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se estima impacto significativo da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima impacto significativo da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 9 (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não se estima impacto significativo da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

- IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Não se estima impacto significativo da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras da Entidade.

(ii) Interpretações:

- IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 – "Os efeitos de alterações em taxas de câmbio" e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima impacto da adoção futura desta interpretação nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas usadas pela Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de

aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	7-16
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-14
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam o ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 6).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) ou internamente.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 26).

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são reconhecidas, no momento inicial das respetivas aquisições ao custo. Posteriormente as mesmas são valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para desvalorização de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, o qual corresponde à cotação evidenciada em estatísticas de mercado.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos

- Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Provisões e perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- *Goodwill*

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que

são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registrados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Toyota Caetano não detinha ativos financeiros para venda.

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex.: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) (Nível 2). Para os restantes casos são utilizadas técnicas de valorização não baseada em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registrados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" e os "investimentos registrados ao justo valor através de resultados" são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registrados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração da Empresa que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registrados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido,

recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), a Empresa regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade.

A Empresa efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos financeiros disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

ii) Clientes e Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor recuperável. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Evidência de existência de imparidade nas dívidas de terceiros surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, a Empresa utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Fornecedores e Dívidas a terceiros

As dívidas a Fornecedores e a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo para que as mesmas reflitam o seu valor presente líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira, respetivamente.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais e mensurados subseqüentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

A 31 de dezembro de 2016, a Toyota Caetano apenas tem negociados derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa já não utiliza instrumentos financeiros derivados.

Os instrumentos derivados que a empresa não designou como cobertura embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem a Empresa celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados contratados a 31 de dezembro de 2016 é apresentado na Nota 23.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

j) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subseqüentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Current Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzidos do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 21). As remensurações são reconhecidas na rubrica de Outras Reservas. A contribuição para o Plano de Contribuição Definida é registada em gastos do exercício.

k) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

l) Impostos sobre o rendimento

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da posição financeira.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *Goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

m) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração da Empresa.

n) Rédito

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

o) Classificação de ativos e passivos na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

p) Resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias emitíveis na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

q) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à Empresa.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 25.

Na referida nota é ainda dada informação por subsegmento. Para o subsegmento de veículos automóveis é apresentado por comércio e indústria. Para o subsegmento de equipamento industrial é apresentado por máquinas, serviços e aluguer.

r) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non-adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *goodwill* e respetivos testes de sensibilidade (Nota 7);
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 21).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8. Os pressupostos com maior impacto nas estimativas acima referidas são os da taxa de desconto utilizada para efeito do cálculo da responsabilidade por reformas e da imparidade do *Goodwill*, e das tábuas de mortalidade utilizadas para o efeito do cálculo da responsabilidade por pensões.

As principais estimativas e julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro do Grupo Salvador Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

ii) Risco de taxa de juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

iii) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito na Toyota Caetano resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

A seguinte tabela apresenta um resumo em 31 de dezembro de 2017 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

RATING DEPÓSITOS LP	AGÊNCIA DE RATING	DEPÓSITOS À ORDEM
A1	Moody's	97 528
A3	Moody's	97 726
Aa2	Moody's	3 944
Aa3	Moody's	7 038
B1	Moody's	8 497 688
B3	Moody's	115 293
Baa3	Moody's	4 646 248
Caa1	Moody's	456 043
	Outros sem rating atribuído	218 145
Total		14 139 653

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram outras alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o detalhe de Caixa e depósitos bancários era o seguinte:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Numerário	85 767	85 032
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	14 139 653	8 569 948
Meios Financeiros Líquidos	14 225 420	8 654 980

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ/17	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	3 946 027	32 532 697	52 466 703	46 580 487	6 131 880	2 942 475	9 400	144 609 667
Adições		44 036	220 363	10 313 500	76 336	26 819	23 056	10 704 110
Alienações			(4 684)	(7 826 678)				(7 831 363)
Transferências e abates								
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	3 946 027	32 576 733	52 682 382	49 067 308	6 208 216	2 969 294	32 456	147 482 415
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	-	29 587 661	49 519 987	27 540 038	6 055 999	2 864 599	-	115 568 285
Depreciações do exercício		396 032	774 725	6 041 565	55 277	24 641		7 292 239
Transferências, alienações e abates			(4 684)	(5 585 629)				(5 590 313)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	29 983 693	50 290 028	27 995 974	6 111 276	2 889 240	-	117 270 211
Valor líquido	3 946 027	2 593 040	2 392 354	21 071 334	96 940	80 054	32 456	30 212 204

DEZ/16	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	3 946 027	32 482 677	52 089 751	42 176 138	6 067 444	2 909 440	397 459	140 068 937
Adições			111 822	10 328 384	64 435	33 035	9 400	10 547 075
Alienações				(5 924 035)				(5 924 035)
Transferências e abates		50 019	265 130				(397 459)	(82 310)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	3 946 027	32 532 697	52 466 703	46 580 487	6 131 880	2 942 475	9 400	144 609 667
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	-	29 156 443	48 578 059	25 976 858	6 016 608	2 839 761		112 567 729
Depreciações do exercício		431 218	941 928	5 902 436	39 391	24 839		7 339 812
Transferências, alienações e abates				(4 339 255)				(4 339 255)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	29 587 661	49 519 987	27 540 038	6 055 999	2 864 599	-	115 568 285
Valor líquido	3 946 027	2 945 035	2 946 716	19 040 449	75 880	77 875	9 400	29 041 382

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	DEZ/17		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis Equipamentos Industriais	32 794 866	(14 631 521)	18 163 346

	DEZ/16		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis Equipamentos Industriais	26 322 631	(10 040 184)	16 282 447

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 3.338.592 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2017 (3.400.831 Euros em 2016) (Nota 28).

De acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017, por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (Modelos do Método de mercado, Método do rendimento e Método do uso), o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 56,8 milhões de Euros (56,9 milhões de Euros em 2016).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro do cenário da normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, não originará perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCAL	DEZ/17			DEZ/16		
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO
Instalações Fabris	V.N. Gaia	3 019 591	8 692 000	Interna	3 236 940	8 692 000	Externa
Instalações Fabris	V.N. Gaia	249 386	788 000	Interna	261 219	788 000	Interna
Instalações Fabris	Carregado	5 038 392	19 218 000	Interna	5 086 938	19 218 000	Externa
Armazém Industrial	V.N. Gaia	841 109	6 077 000	Interna	942 873	6 077 000	Externa
Instalações Comerciais	Lisboa	1 141 201	1 300 000	Interna	1 170 590	1 247 000	Interna
Terreno	Leiria	355 125	797 000	Interna	355 125	797 000	Interna
Instalações Comerciais	Cascais	108 640	834 000	Interna	116 985	834 000	Interna
	Cascais	251 205	950 000	Interna	264 592	950 000	Interna
	Prior Velho	2 943 103	15 717 000	Externa	2 943 103	15 550 000	Interna
	Loures	193 024	849 000	Interna	197 073	849 000	Interna
	Vila Franca Xira	414 300	1 648 000	Interna	436 378	1 648 000	Interna
	Benavente				110 868	302 000	Interna
Total		14 555 076	56 870 000		15 122 686	56 952 000	

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como se segue:

DEZ/17	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
Ativo bruto:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	9 782 682	32 006 384	41 789 066
Adições			
Alienações	(69 293)	(207 878)	(277 170)
Transferências e abates			
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	9 713 389	31 798 505	41 511 895
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	-	26 666 380	26 666 380
Depreciações do exercício		456 742	456 742
Transferências, alienações e abates		(166 302)	(166 302)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	26 956 819	26 956 819
Valor líquido	9 713 389	4 841 686	14 555 076

DEZ/16	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
Ativo bruto:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	9 782 682	32 006 384	41 789 066
Adições			-
Alienações			-
Transferências e abates			-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	9 782 682	32 006 384	41 789 066
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	-	26 204 441	26 204 441
Depreciações do exercício		461 939	461 939
Transferências, alienações e abates			
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	26 666 380	26 666 380
Valor líquido	9 782 682	5 340 004	15 122 686

Os movimentos ocorridos no período findo em 31 de dezembro de 2017 devem-se a alienação do edifício comercial localizado em Porto Alto, Benavente, com artigo matricial U-005843-A.

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*. A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da subsidiária Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2017, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	2%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	8,68%

¹Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no business plan.

²Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o *goodwill* (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável (18 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ/17	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
Ativo bruto:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	1 477 217	1 164 919	2 642 136
Adições		21 645	21 645
Alienações		(11 662)	(11 662)
Transferências e abates			-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1 477 217	1 174 902	2 652 119
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	957 375	1 055 632	2 013 007
Amortização do exercício	492 406	61 065	553 471
Transferências, alienações e abates		(3 887)	(3 887)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1 449 781	1 112 810	2 562 591
Valor líquido	27 437	62 092	89 528

DEZ/16	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
Ativo bruto:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	1 394 907	1 010 272	2 405 179
Adições		154 647	154 647
Alienações			-
Transferências e abates	82 310		82 310
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	1 477 217	1 164 919	2 642 136
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	464 969	997 894	1 462 863
Amortização do exercício	492 406	57 738	550 144
Transferências, alienações e abates			-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	957 375	1 055 632	2 013 007
Valor líquido	519 842	109 287	629 129

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

O detalhe das participações financeiras a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro 2015	15 496 930	4 726 369	18 735 625	64 418	39 023 342
Aquisições durante o exercício	171				171
Alienações durante o exercício					
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício	384 551	107 472	672 913	(257 280)	907 656
Dividendos recebidos		(1 624 908)			(1 624 908)
Outras movimentações no capital	1 837	145	2	17 694	19 678
Outras (perdas atuariais)	(872 868)		(981 938)	725 024	(1 129 782)
Saldo em 31 de dezembro 2016	15 010 621	3 209 077	18 426 602	549 856	37 196 156
Aquisições durante o exercício					
Alienações durante o exercício					
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício	1 545 584	289 093	1 704 816	(146 423)	3 393 070
Dividendos recebidos					
Outras movimentações no capital				247 218	247 218
Saldo em 31 de dezembro 2017	16 556 205	3 498 170	20 131 418	650 651	40 836 444

Os ganhos e perdas atribuíveis às empresas subsidiárias evidenciados na demonstração de resultados (2 330 890 Euros) incluem:

Resultados apropriados das empresas subsidiárias	3 393 070
Varição de margem intra-grupo (Nota 20)	-1 062 180
Total	2 330 890

Apresenta-se de seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV		SALTANO	
	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Capital Próprio	35 753 909	32 416 147	4 305 942	3 950 120	20 135 482	18 430 288
Resultado Líquido	3 337 762	830 457	355 851	132 290	1 705 195	673 048
% Direta	46,31%	46,31%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indireta	98,40%	98,41%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

O resumo da informação financeira das principais subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos significativos, encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

DEZ/17	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
Ativos			
Corrente	79 643 872	6 255 499	2 041 338
Não Corrente	46 825 112	1 326 277	21 673 269
Passivos			
Corrente	83 620 907	3 176 956	3 579 125
Não Corrente	7 094 168	98 878	
Capital Próprio	35 753 909	4 305 942	20 135 482
Volume negócios	212 093 511	12 649 730	
Resultado operacional	4 519 938	548 386	-5 608
Resultados financeiros	-11 567	-43 973	
Resultado líquido	3 337 762	355 851	1 705 195

DEZ/16	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
Ativos			
Corrente	66 644 229	8 973 708	2 049 100
Não Corrente	47 781 219	1 442 634	19 961 574
Passivos			
Corrente	74 398 428	6 383 839	3 580 387
Não Corrente	7 610 873	82 383	
Capital Próprio	32 416 147	3 950 120	18 430 288
Volume negócios	185 940 532	10 757 901	
Resultado operacional	976 265	225 194	671 997
Resultados financeiros	-316 697	-21 983	
Resultado líquido	830 457	132 290	673 048

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Ativos Financeiros” foi como se segue:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	DEZ/17	DEZ/16
Saldo em 1 de janeiro	3 492 302	3 492 302
Aquisições durante o exercício		
Outras regularizações		
Saldo em 31 de dezembro	3 492 302	3 492 302

Os “Outros Ativos Financeiros” podem ser discriminados da seguinte forma:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	DEZ/17	DEZ/16
Não corrente Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	59 504	59 504
Corrente Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 31)	3 432 799	3 432 799
Total	3 492 302	3 492 302

A rubrica Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas deve-se a pequenos investimentos da Caetano Components transferidos aquando da dissolução da referida Empresa.

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Mercadorias	45 144 905	40 511 618
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10 413 228	9 307 008
Produtos acabados e intermédios	4 432 510	1 466 863
Produtos e trabalhos em curso	1 054 373	849 960
Total	61 045 015	52 135 449
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	61 045 015	52 135 449

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi apurado como se segue:

RUBRICAS	DEZ/17			DEZ/16		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventários Iniciais	40 511 618	9 307 008	49 818 626	45 952 257	10 080 953	56 033 209
Compras Líquidas	236 996 229	33 446 028	270 442 257	194 777 814	30 169 577	224 947 390
Inventários Finais	45 144 905	10 413 228	55 558 132	40 511 618	9 307 008	49 818 626
Total	232 362 942	32 339 809	264 702 751	200 218 452	30 943 521	231 161 973

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi apurada como se segue:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
Inventários Finais	5 486 883	2 316 823
Inventários Iniciais	2 316 823	2 684 601
Total	3 170 060	(367 778)

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ/17	DEZ/16
Clientes, conta corrente	106 649 580	101 938 955
Clientes cobrança duvidosa	5 458 117	5 723 947
	112 107 697	107 662 902
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(5 412 762)	(5 702 310)
Total	106 694 935	101 960 592

ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade:

DEZ/17	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	65 956 762	9 047 351	4 649 109	20 520 712	100 173 934
Funcionários	338			36 658	36 995
Concessionários Independentes	6 318 241	77 652		42 758	6 438 651
Total	72 275 340	9 125 002	4 649 109	20 600 128	106 649 580

DEZ/16	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	60 446 229	9 257 712	5 211 200	20 067 198	94 982 339
Funcionários	12	1 117	13 000	42 372	56 502
Concessionários Independentes	6 636 689	256 228	(571)	7 769	6 900 115
Total	67 082 930	9 515 057	5 223 629	20 117 339	101 938 955

Maturidade das dívidas já vencidas:

DEZ/17	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	9 807 482	1 026 141	278 462	4 970 584	16 082 670
Clientes Entidades Relacionadas	27 260 362	8 293 227	4 379 884	15 393 735	55 327 207
Total	37 067 844	9 319 368	4 658 346	20 364 319	71 409 877

DEZ/16	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	11 596 685	1 001 415	400 747	12 345 800	25 344 647
Clientes Entidades Relacionadas	24 211 955	8 491 207	5 071 126	13 169 796	50 944 084
Total	35 808 640	9 492 622	5 471 873	25 515 596	76 288 731

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade:

DEZ/17	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cob. Duvidosa	10 760	3 587	3 587	5 440 184	5 458 117

DEZ/16	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cob. Duvidosa	7 173			5 716 773	5 723 946

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ/17	DEZ/16
Adiantamentos a fornecedores	352 181	392 062
Acionistas (Nota 31)	2 102 357	896 210
	2 454 538	1 288 272

14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Frotas, Campanhas, Bónus, Rappel e Comparticipações a receber das marcas	1 447 500	932 100
Recuperação de encargos	242 733	40 523
Aluguer de equipamentos	15 296	14 585
Outros	42 924	24 370
	1 748 452	1 011 579
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	370 226	106 937
Encargos de Papel Comercial	100 358	75 058
Outros	230 449	260 457
	701 033	442 453
Total	2 449 484	1 454 032

15. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Impostos sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 milhões de Euros e até 35 milhões acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 7%.

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de imposto sobre o rendimento é como se segue:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Estimativa de imposto	-2 178 552	-1 311 145
Pagamentos por conta / Pagamento especial por conta	599 661	728 060
RETGS	-69 824	635 401
	-1 648 715	52 316

Sendo que o imposto corrente pode ser decomposto da seguinte forma:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Imposto corrente	2 178 552	1 311 145
Imposto diferido	135 017	428 927
	2 313 569	1 740 072

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser analisada como se segue:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Resultado antes de imposto	11 651 874	7 690 828
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (Coleta + Derrama)	2 621 672	1 730 436
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	149 040	173 447
Multas e Juros Compensatórios	34 431	
Reversão de provisões tributadas	(16 004)	
Método de Equivalência Patrimonial	(2 330 890)	(626 455)
Rendimentos não sujeitos a imposto	(28 425)	(66 107)
Mais-Valias contabilísticas	(1 591 234)	(1 299 761)
50% Mais/Menos valias fiscais	829 692	649 881
Mais/Menos valias fiscais	16 499	
Benefícios fiscais	(76 113)	(76 668)
Imposto Corrente	1 814 163	1 353 485
Tributação Autónoma	109 209	126 681
Derrama Municipal	129 583	96 677
Derrama Estadual	214 166	148 355
Imposto Diferido no Período	(88 569)	14 874
Encargos de Imposto Efetivo	2 178 552	1 740 072

Imposto Diferido

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, podem ser resumidos como se segue:

DEZ/17	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		SALDO FINAL
		AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	
Ativos por impostos diferidos:						
Por Provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	287 442		96 002			191 440
Prejuízos fiscais reportáveis	88 569		88 569			0
Responsabilidade por planos benefícios definidos	1 129 395					1 129 395
Valorização de Instrumentos Financeiros Derivados	6 396		6 396			-
	1 511 801	-	190 967	-	-	1 320 835
Passivos por impostos diferidos:						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	48 576		(7 093)			41 483
Geradas com alienações de imobilizações	165 772		(48 857)			116 916
	214 348	-	(55 950)	-	-	158 398

DEZ/16	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		SALDO FINAL
		AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	
Ativos por impostos diferidos:						
Por Provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	287 442					287 442
Prejuízos fiscais reportáveis	502 621		414 053			88 568
Responsabilidade por planos benefícios definidos	775 150			354 245		1 129 395
Valorização de Instrumentos Financeiros Derivados	21 270		14 874			6 396
	1 586 482	-	428 927	354 245	-	1 511 801
Passivos por impostos diferidos:						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	48 576					48 576
Geradas com alienações de imobilizações	165 772					165 772
	214 348	-	-	-	-	214 348

Nos termos da legislação em vigor, para os prejuízos fiscais obtidos em Portugal, o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados em 2013: 5 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados entre 2014 e 2016: 12 anos

16. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano Auto S.G.P.S., S.A.	65,08%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

DIVIDENDOS

Durante 2017 foram distribuídos dividendos no valor total de 5.250.000 Euros a título de aplicação de resultado de 2016. O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 7.000.000 Euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

RESERVA LEGAL

A Reserva Legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que um mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

O valor considerado em "Ajustamentos em ativos financeiros" refere-se aos resultados apropriados pelo Método de Equivalência Patrimonial ainda não distribuídos e aos ajustamentos de transição da aplicação inicial do Método de Equivalência Patrimonial.

EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados. Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período apresentam um total de 69.100.748 Euros nas rubricas Reservas Livres e Resultados Transitados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2017

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 9.338.304,78 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- | | |
|--|------------------|
| a) Para a conta de reservas não distribuídas por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial. | Eur 2.330.889,90 |
| b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,20 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz | Eur 7.000.000 |
| c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados | Eur 7.414,88 |

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os financiamentos tinham o seguinte detalhe:

RUBRICAS	DEZ/17			DEZ/16		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Contas correntes caucionadas	5 000 000		5 000 000			-
Empréstimo bancário	7 000 000	10 000 000	17 000 000	6 210 526	17 000 000	23 210 526
Confirming				9 930 536		9 930 536
Papel comercial	34 400 000		34 400 000	12 800 000		12 800 000
Locações financeiras	5 159 955	14 951 241	20 111 196	4 045 860	13 350 204	17 396 064
	51 559 955	24 951 241	76 511 196	32 986 922	30 350 204	63 337 126

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Contas correntes caucionadas	-	5 000 000		5 000 000
Empréstimo bancário	23 210 526		6 210 526	17 000 000
Confirming	9 930 536		9 930 536	-
Papel comercial	12 800 000	44 500 000	22 900 000	34 400 000
Locações financeiras	17 396 064	7 022 706	4 307 574	20 111 196
	63 337 126	56 522 706	43 348 636	76 511 196

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial é como se segue:

DEZ/17	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE
Corrente		
Conta corrente caucionada	5 000 000,00	5 000 000
Descoberto bancário		4 000 000
Empréstimo - Mútuo	7 000 000	7 000 000
Papel comercial	34 400 000	39 400 000
Locações financeiras	5 159 955	5 159 955
	51 559 955	60 559 955
Não corrente		
Empréstimo - Mútuo	10 000 000	10 000 000
Locações financeiras	14 951 241	14 951 241
	24 951 241	24 951 241
	76 511 196	85 511 196

DEZ/16	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE
Corrente		
Conta corrente caucionada		3 000 000
Descoberto bancário		4 000 000
Confirming	9 930 536	10 000 000
Empréstimo - Mútuo	6 210 526	6 210 527
Papel comercial	12 800 000	27 800 000
Locações financeiras	4 045 860	4 045 860
	32 986 922	55 056 386
Não corrente		
Empréstimo - Mútuo	17 000 000	17 000 000
Locações financeiras	13 350 204	13 350 204
	30 350 204	30 350 204
	63 337 126	85 406 590

Apesar do prazo superior a 1 ano, os contratos de Papel Comercial são considerados no curto prazo já que para o efeito consideram-se que estes contratos vencem nas datas de denúncia.

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades da Empresa como locatário relativos à aquisição de bens de equipamento.

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CORRENTE	NÃO CORRENTE				TOTAL	
			2019	2020	2021	> 2021		
Diversos	Equipamento industrial	5 159 955	5 458 210	4 204 281	3 231 596	2 057 154	14 951 241	20 111 196

MATURIDADE DA DÍVIDA

As maturidades dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

DEZ/17	< 1 ANO	1 - 3 ANOS	3 - 5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
Contas correntes caucionadas	5 000 000	-	-	-	5 000 000
Empréstimo bancário	7 000 000	-	10 000 000	-	17 000 000
Papel comercial	34 400 000	-	-	-	34 400 000
Locações financeiras	5 159 955	12 894 087	2 057 154	-	20 111 196
Total de financiamentos	51 559 955	12 894 087	12 057 154	-	76 511 196

O plano de pagamento de juros são os seguintes:

ETÁRIA JUROS	2018	2019	2020	2021	> 2021	TOTAL
Empréstimos - mútuos	396.188	220.521	221.125	54.375	0	892.208
Locações financeiras	611 976	411 082	225 045	107 447	34 015	1.389.564

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

O detalhe de Outras dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é como se segue:

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ/17	DEZ/16
Adiantamentos de clientes	295 026	92 758
Estado e outros entes públicos	9 886 665	9 936 592
Acionistas	10 618	12 052
Outras dívidas a terceiros	180 856	93 902
Total	10 373 165	10 135 303

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	153 509	160 573
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7 392 891	8 033 189
Contribuições para a Segurança Social	239 568	250 628
Tributo das Autarquias Locais	233 680	230 717
Outros	1 867 017	1 261 486
Total	9 886 665	9 936 592

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	1 962 660	2 012 709
Comparticipações na promoção de vendas	4 526 941	3 670 380
Juros a liquidar	126 409	120 885
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	1 209 909	689 185
Seguros a liquidar	392 790	134 194
Impostos s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	451 103	743 009
Reclamações de garantia	48 249	53 338
Pessoal	599 657	601 136
Publicidade	47 701	151 824
Antecipação de encargos com FSE's	423 167	583 455
Royalties	69 579	71 284
Valores a pagar já repercutidos para terceiros		667 807
Outros	12 000	
	9 870 166	9 499 205
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de manutenção de veículos	6 128 021	4 969 360
Subsídio ao investimento	501 360	501 360
Juros debitados a clientes	3 715	5 827
Recuperação de sinalética	37 657	35 301
Diferimento da margem intra-grupo	2 776 125	1 713 945
Outros	120 798	355 132
	9 567 676	7 580 925
Total	19 437 842	17 080 130

21. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 23 de dezembro de 2002, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários da Empresa com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros da Empresa com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço da Empresa.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora do Fundo de Pensões incluem, o método de cálculo “Current Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 1%, 0% e 1,6%, respetivamente (1%, 0% e 1,6% em 2016).

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2017 e 2016 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro de 2016	20 126 920
Custo dos serviços correntes	39 172
Custo dos juros	739 415
(Ganhos) e perdas atuariais	1 574 421
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	-1 541 830
Transferências	596 767
Outros	-571 451
Responsabilidades em 31 dezembro de 2016	20 963 414
Responsabilidades em 1 janeiro de 2017	20 963 414
Custo dos serviços correntes	37 921
Custo dos juros	335 415
(Ganhos) e perdas atuariais	217 819
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	-1 555 367
Transferências	
Outros	
Responsabilidades em 31 dezembro de 2017	19 999 202

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2017 e 2016, foi como se segue:

	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
Valor do Fundo em 1 de janeiro de 2016	16 593 166	4 438 036	21 031 202
Contribuições	641 808	213 897	855 705
Retorno Real dos ativos do plano	188 670	73 923	262 593
Pagamento de Pensões (Benefícios pagos)	-1 541 830	-27 960	-1 569 790
Transferências entre associados	489 176	48 719	537 895
Montantes usados da conta CD (Conta Reserva)	8 643	-8 643	0
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2016	16 379 632	4 737 972	21 117 604
Valor do Fundo em 1 de janeiro de 2017	16 379 632	4 737 972	21 117 604
Contribuições	188 200	128 751	316 951
Retorno Real dos ativos do plano	1 203 268	370 141	1 573 409
Pagamento de Pensões (Benefícios pagos)	-1 555 367	-9 716	-1 565 083
Transferências entre associados		-14 894	-14 894
Montantes usados da conta CD (Conta Reserva)			0
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2017	16 215 733	5 212 254	21 427 987

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos individuais do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	DEZ/17		DEZ/16	
	PESO DA CARTEIRA	VALOR	PESO DA CARTEIRA	VALOR
Ações	9,6%	1 556 710	9,6%	1 572 445
Obrigações	38,2%	6 196 032	38,2%	6 258 657
Imobiliário	38,2%	6 194 410	38,2%	6 257 019
Liquidez	11,7%	1 890 754	11,7%	1 909 865
Outros Ativos	2,3%	376 205	2,3%	381 645
Total	100,0%	16 215 733	100,0%	16 379 632

A evolução das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de Pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	DEZ/17	DEZ/16
Valor da Responsabilidade	19 999 202	20 963 414
Valor do Fundo	16 215 733	16 379 632

A responsabilidade líquida da Empresa acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 5,6 milhões (5,8 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2016), refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por planos de benefícios definidos.

22. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

DEZ/17	SALDO INICIAL	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
Imparidade de dívidas a receber	5 702 310	38 907	(312 450)	(16 004)	5 412 762

DEZ/16	SALDO INICIAL	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
Imparidade de dívidas a receber	5 767 873	21 737	(80 816)	(6 484)	5 702 310

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano Portugal existentes em 31 de dezembro de 2016 respeitam a:

SWAP TAXA DE JURO

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro associado a um contrato de mútuo (*cash flow hedge*), que contribui para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designado para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor do referido instrumento financeiro derivado em 31 de dezembro de 2016 era negativo em 28.425 Euros e compreende à data de 31 de dezembro de 2016 uma exposição de 4.210.526 Euros desde 22 de dezembro de 2016 pelo prazo remanescente de 3 meses.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2016 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados (conforme parágrafo 93 da IFRS13).

A Toyota Caetano Portugal deteve este instrumento até à sua maturidade que ocorreu em junho de 2017.

24. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos e atividades, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi como se segue:

RUBRICAS	2017	2016	VAR (%)	2017	2016	VAR (%)	2017	2016	VAR (%)
	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO			TOTAL		
Viaturas Ligeiras	207 449 592	180 177 699	15%	45 512 562	40 871 133	11%	252 962 154	221 048 831	14%
Veículos Pesados				593 433	505 885	17%	593 433	505 885	17%
Máquinas Industriais	16 440 743	13 978 593	18%	668 803	95 305	602%	17 109 546	14 073 898	22%
Peças e Acessórios	37 829 771	34 413 789	10%	599 767	557 584	8%	38 429 537	34 971 372	10%
Outros	4 112 393	3 822 124	8%	3 937	371	962%	4 116 330	3 822 494	8%
	265 832 498	232 392 204	14%	47 378 501	42 030 277	13%	313 210 999	274 422 481	14%

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Subcontratos	71 077	63 177
Serviços especializados	27 342 318	21 955 306
Trabalhos especializados	3 318 486	3 192 095
Publicidade e propaganda	18 901 545	14 035 925
Vigilância e segurança	391 617	293 076
Honorários	708 036	663 951
Comissões	43 943	81 208
Conservação e reparação	970 623	822 717
Outros	3 008 067	2 866 334
Materiais	11 251 552	8 646 302
Energia e fluidos	1 020 033	955 890
Deslocações, estadas e transportes	2 556 213	2 338 275
Deslocações e estadas	1 259 263	1 137 104
Transportes de pessoal	92 895	90 386
Transportes de mercadorias	1 204 055	1 110 784
Serviços diversos	2 499 018	2 146 518
Rendas e alugueres	420 398	415 019
Comunicação	469 332	449 960
Seguros	793 711	571 669
Royalties	420 680	334 109
Contencioso e notariado	10 671	16 296
Limpeza, higiene e conforto	384 225	359 466
Total	44 740 211	36 105 468

27. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	DEZ/17	DEZ/16
Remunerações dos órgãos sociais	371 368	357 349
Remunerações do pessoal	9 133 635	9 524 331
Pensões	797 652	885 001
Indemnizações	508 886	118 937
Encargos sobre remunerações	3 020 705	3 130 626
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	211 685	288 513
Outros gastos com o pessoal	1 570 866	2 042 515
Total	15 614 797	16 347 273

Durante os exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ/17	DEZ/16
Empregados	364	382
Assalariados	154	157
Total	518	539

28. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	DEZ/17	DEZ/16
Aluguer de equipamento	12 226 743	11 894 847
Rendimentos de imóveis	3 338 592	3 400 831
Subsídios à exploração	2 006 972	2 503 662
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	2 793 801	2 303 720
Ganhos em inventários	107 270	117 893
Ganhos nos restantes investimentos não financeiros	1 837 961	1 418 693
Descontos pronto pagamento obtidos	8 765	15 773
Outros não especificados	15 049 063	14 546 313
Total	37 369 167	36 201 733

A rubrica de Outros refere-se a serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias), contratos de manutenção e serviços sociais.

Os Outros Gastos Operacionais decompõem-se da seguinte forma a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	DEZ/17	DEZ/16
Impostos	606 532	709 360
Perdas em inventários	37 372	136 202
Descontos pronto pagamento concedidos	1 677	3 338
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	43 443	87 449
Donativos	10 525	2 050
Outros não especificados	8 343 343	8 079 168
Total	9 042 893	9 017 567

A rubrica de Outros inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

29. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	DEZ/17	DEZ/16
Depósitos bancários	70	889
Perdas por reduções de Justo valor	28 425	66 107
Outros	281 335	199 292
Total	309 830	266 288

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTOS	DEZ/17	DEZ/16
Empréstimos bancários	1 701 186	1 814 985
Outros	611 879	643 939
Total	2 313 065	2 458 924

30. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros da Empresa a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Instrumentos financeiros derivados	23				28 425
Outros ativos financeiros	10	3 492 302	3 492 302		
Clientes	12	106 694 935	101 960 592		
Outras dívidas de terceiros	13	2 454 538	1 288 272		
Financiamentos obtidos	17			76 511 196	63 337 126
Outras dívidas a terceiros	19			486 500	198 711
Fornecedores	18			33 491 227	30 179 049
Outros passivos correntes	20			17 475 182	15 067 421
Caixa e equivalentes a caixa	4	14 225 420	8 654 980		

Instrumentos financeiros ao justo valor

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Instrumentos financeiros derivados	23				28 425
Outros ativos financeiros	10	3 492 302	3 492 302		
Total		3 492 302	3 492 302	-	28 425

31. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se encontram refletidas nas rubricas do balanço “Clientes”, “Fornecedores”, “Acionistas” e “Outros Ativos Financeiros”, podem ser resumidos como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Contas a Receber	78 169 268	68 016 608
Contas a Pagar	-157 033	-1 074 161
Outras dívidas de Terceiros-Acionistas Empresas do Grupo inseridas no “RETGS” (Nota14)		
Saltano, S.G.P.S., S.A.	145 081	146.343
Caetano Renting, S.A.	-494 919	-568 117
Caetano Auto, S.A.	2 452 195	1 317 984
	2 102 357	896 210
Outros Ativos Financeiros (Nota 11)		
Suprimentos Concedidos Saltano, S.G.P.S., S.A.	3 432 799	3 432 799

CLIENTES E FORNECEDORES (NOTAS 12 E 18)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

2017	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
CAETANO AUTO, S.A.	63 513 662	-156 926	-138 188 796	505 586	0	-3 248 816		6 813 184	13 565 308	-4 565 839
CAETANO RENTING, S.A.	12 375 241	-107	-16 937 350	11 972 485	0	-89 361		46 524	722 580	-547 503
CAETANO AUTO CV, S.A.	2 280 365	0	-7 540 267	2 000	0	0		0	0	-728 870

2016	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
CAETANO AUTO, S.A.	55 817 668	-962 786	-125 233 185	463 821	0	-2 418 481		5 743 719	9 900 794	-4 973 180
CAETANO RENTING, S.A.	8 639 773	-111 374	-13 449 962	12 222 486	0			45 474	158 041	-464 217
CAETANO AUTO CV, S.A.	3 559 167	0	-6 961 360		0	0		0	0	-758 202

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMEN- TOS
Amorim, Brito & Sardenha, Lda	530	0	0	0	0	0		0	0	-2 103
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5 152	0	0	0	0	0		0	0	-17
Caetano Active, S.A.	251	0	-616	0	0	0		0	0	-879
Caetano Aeronautic, S.A.	200 711	0	-796	0	0	0		134 145	84 713	-427 328
Caetano Baviera - Comércio Automóveis, S.A.	547 053	-10 768	-3 392 120	4 085	0	0		129 176	273 727	-512 325
Caetano City E Active (Norte), S.A.	397 421	-185	-3 149 778	1 756	0	-57 284		98 275	199 117	-21 120
Caetano Drive, Sport E Urban, S.A.	4 042	0	-3 379	0	0	0		0	0	-8 750
Caetano Energy, S.A.	276	0	-182	0	0	0		0	0	-7 713
Caetano Equipamentos, S.A.	135	0	0	0	0	0		0	0	-135
Caetano Fórmula, S.A.	1 836	0	-1 694	0	0	0		451	0	-9 658
Caetano Motors, S.A.	2 869	0	-3 993	0	0	0		0	0	-3 299
Caetano Move África, S.A.	10	0	0	0	0	0		0	0	-51
Caetano Parts, Lda.	1 023	-266	-2 910	54	0	0		1 149	0	-4 825
Caetano Power, S.A.	1 336	0	-3 388	0	0	0		0	0	-3 466
Caetano Technik, S.A.	-1 749	0	-1 331	0	0	0		0	0	-4 272
Caetano Formula East África, S.A.	10	0	0	0	0	0		0	0	-9
Caetano Fórmula Moçambique S.A	942	0	0	0	0	0		0	0	-942
Caetanolyrsa, S.A.	26	0	0	0	0	0		0	0	-21
Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	101 965	0	0	0	0	0		0	0	-144 701
Caetano Squadra África, S.A.	0	0	0	0	0	0		0	0	-42
Caetano Star, S.A.	1 342	-117	-1 183	0	0	0		95	0	-12 792
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	5 648 827	-15 420	-31 228	0	0	0		51 229	4 053	-2 506 055
Caetsu Publicidade, S.A.	7 515	-889 160	0	340	0	0		2 985 379	0	-7 165
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	1 063	0	-1 254	0	0	0		0	0	-17 039
Choice Car, S.A.	234	0	0	0	0	0		340	3 792	-7 552
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	292	-200 218	0	0	33 033	0		98 400	0	-2 945
Covim - Soc. Agrícola, Silvícola E Imobiliária, S.A.	34	0	0	0	0	0		6 424	0	-28
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	1 980	-40 367	-306 044	3 004	0	0		473 674	475 011	-29 918
Fundação Salvador Caetano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	103
Globalwatt, (S.G.P.S.), S.A.	0	0	0	0	0	0		0	0	-9
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	42	0	0	0	0	0		0	0	-217
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	31 756	-64 356	-32 148	64 790	0	0		0	0	-13 595
Hyundai Portugal, S.A.	2 733	0	0	0	0	0		0	0	-23 278
Ibericar - Sociedad Iberica del Automovil, S.A.	54 031	0	0	0	0	0		0	0	-45 093
Ibericar Barcelona Premium, S.L.	0	0	0	0	0	0		0	0	583
Ibericar Formula Campo de Gibraltar, S.L.	0	0	0	0	0	0		0	0	-264
Ibericar Gestoso, S.L.	0	0	0	0	0	0		0	0	583
Ibericar Motors Cádiz, S.L.	0	0	0	0	0	0		0	0	-648

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMEN- TOS
Ibericar Movil, S.L.	0	0	0	0	0	0		0	0	-1009
Ibericar Reicomsa, S.A.	0	0	0	0	0	0		0	0	-644
Lidera Soluciones, S.L.	2 841	0	0	0	0	0		2 379	0	-2 310
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	8 880	-24 986	-94 489	14 373	12 320	0		168 441	5 025	-68 552
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	3 216	0	450	0	0	0		0	-6 243	-8 650
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	1 847	-451 933	0	704 367	0	0		40 501	8 273	-3 227
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17 806	0	0	0	0	0		0	0	0
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	0	-205 026	-3 372	0	0	0		207 615	192 560	-76 662
PV Loiral- Produção de Energia, Lda.	0	0	0	0	0	0		0	0	-21
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	0	-14 722	0	0	0	0		75 890	0	-47
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	53 361	-567 236	-20 216	0	73 126	0		2 511 496	8 010	-289 114
Robert Hudson, LTD	1 530	0	-1 482	0	0	0		0	0	-404
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	26	0	0	0	0	0		0	83	-47
Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A.	0	0	0	0	0	0		0	0	-403
Salvador Caetano Capital, S.G.P.S., S.A.	0	0	0	0	0	0		0	0	-9
Salvador Caetano Indústria (S.G.P.S.), S.A.	26	0	0	0	0	0		0	0	-21
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1 374	0	0	0	0	0		0	0	-337
Sol Green Watt, S.L.	812	0	0	0	0	0		0	0	-660
Sózó Portugal, S.A.	3 491	0	0	0	0	0		0	0	-5 270
Toyota Motor Corporation	0	-6 099 966	0	38 725 038	0	0		77 293	330 865	-100 857
Toyota Motor Europe, NV/SA	3 006 093	-16 590 254	-39 052 013	188 177 973	0	0		447 511	37 989	-7 957 573
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	271	0	0	0	0	0		0	0	-1 210
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	0	0	0	0	0	0		0	0	-153

32. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Posição Financeira:

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ/17	DEZ/16
Por Fianças Prestadas		1 500 000
Caução	4 000 000	4 000 000
Outras Garantias Financeiras	1 394 118	1 168 684
	5 394 118	6 668 684

O montante apresentado Caução refere-se a caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 16 milhões de Euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 23,4 milhões de Euros.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A reclamação judicial apresentada por um anterior agente, que se encontrava pendente de decisão de recurso apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, foi concluído, não tendo resultado, como era convicção da Administração, qualquer tipo de responsabilidade para a Empresa.

VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

33. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ/17	DEZ/16
Resultado	9 338 305	5 950 756
Número de ações	35 000 000	35 000 000
Resultado por ação (básico e diluído)	0,27	0,17
Rendimento integral	9 338 305	3 620 475
Número de ações	35 000 000	35 000 000
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	0,27	0,10

34. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	DEZ/17	DEZ/16
Conselho de Administração	352 608	347 183
Conselho Fiscal	8 400	8 400

35. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2017 e 2016 foi como segue:

HONORÁRIOS	DEZ/17	DEZ/16
Honorários totais referentes revisão legal de contas	28 000	29 500
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	1.000	3 500
TOTAL	29 000	33 000

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2017, e até à presente data, não se observaram quaisquer fatos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2018.

Tendo em conta o previsto no Código das Sociedades Comerciais, existe a possibilidade das presentes Demonstrações Financeiras serem alteradas após a respetiva aprovação pela emissão para Conselho de Administração.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

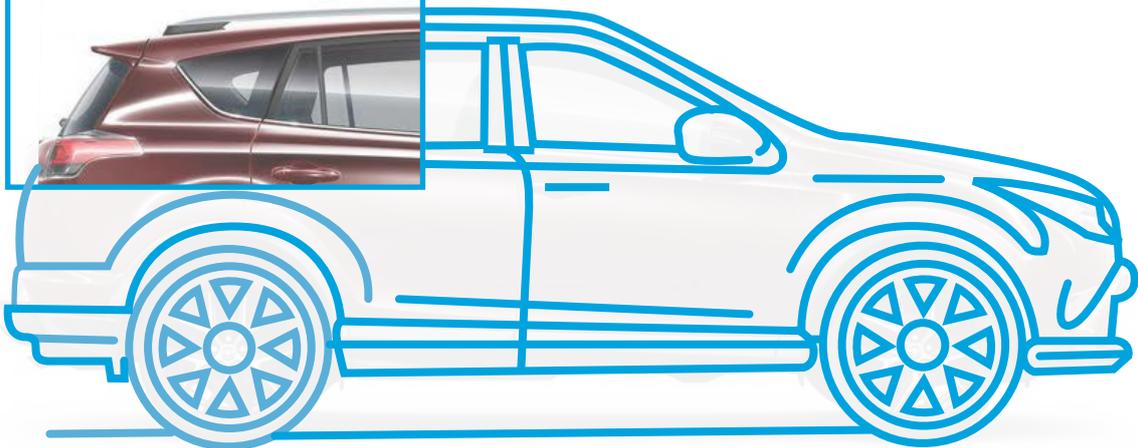
Matthew Peter Harrison

Nobuaki Fujii

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

4

CONTAS
CONSOLIDADAS



INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(Euros)

	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/15
VENDAS	390 034 712	336 956 422	319 307 542
CASH-FLOW BRUTO	31 139 333	22 814 263	20 569 096
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	2 575 406	2 296 755	2 105 152
GASTOS COM O PESSOAL	38 634 544	39 365 006	38 673 292
INVESTIMENTO LÍQUIDO	28 213 296	19 090 702	22 915 693
VOLUME DE EMPREGO	1 530	1 505	1 567
RESULTADO LÍQUIDO COM INT MINORITÁRIOS	9 431 461	6 003 186	6 166 789
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT MINORITÁRIOS	9 338 305	5 950 756	6 134 247
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	44,26%	46,29%	48,76%

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	DEZ/17	DEZ/16
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	8	611 997	611 997
Ativos intangíveis	5	412 847	1 077 832
Ativos fixos tangíveis	6	97 821 610	86 264 400
Propriedades de investimento	7	16 363 198	17 903 011
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	3 732 500	3 483 128
Ativos por impostos diferidos	14	2 313 378	2 194 438
Clientes	11	169 252	26 048
TOTAL DE ATIVOS NÃO CORRENTES		121 424 782	111 560 854
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10	96 002 214	82 791 897
Clientes	11	52 022 943	57 894 408
Outras dívidas de terceiros	12	6 541 709	4 151 819
Imposto sobre o rendimento a recuperar	21	-	99 372
Outros ativos correntes	13	5 221 453	4 723 329
Caixa e equivalentes a caixa	15	17 267 570	14 556 190
TOTAL DE ATIVOS CORRENTES		177 055 889	164 217 015
TOTAL DO ATIVO		298 480 671	275 777 869
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	DEZ/17	DEZ/16
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35 000 000	35 000 000
Reserva legal		7 498 903	7 498 903
Reservas de reavaliação		6 195 184	6 195 184
Reservas de conversão - Cambial		(1 695 238)	(1 695 238)
Reservas de justo valor - Ativos financeiros disponíveis para venda		651 818	402 446
Outras reservas		73 723 263	73 024 661
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9 338 305	5 950 756
	16	130 712 235	126 376 712
Interesses que não controlam	17	1 387 418	1 294 261
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		132 099 653	127 670 973
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	26 914 001	32 894 408
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	8 981 000	8 434 420
Provisões	24	514 525	407 105
Passivos por impostos diferidos	14	1 635 144	1 717 275
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES		38 044 670	43 453 208
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	53 024 793	36 326 297
Fornecedores	19	40 256 759	35 509 231
Outras dívidas a terceiros	20	13 207 610	11 417 744
Imposto sobre o rendimento a pagar	21	1 716 581	-
Outros passivos correntes	22	20 130 605	20 680 411
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	-	691 580
Instrumentos financeiros derivados	25	-	28 425
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES		128 336 348	104 653 688
TOTAL DO PASSIVO		166 381 018	148 106 896
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		298 480 671	275 777 869

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	DEZ/17	DEZ/16
RENDIMENTOS OPERACIONAIS:			
Vendas	29	365 763 558	316 199 986
Prestações de serviços	29	24 271 153	20 756 436
Outros rendimentos operacionais	32	46 543 561	43 214 520
Variação da produção	10	3 164 485	(340 128)
Total de rendimentos operacionais		439 742 757	379 830 814
GASTOS OPERACIONAIS:			
Custo das vendas	10	(321 111 526)	(274 923 739)
Fornecimentos e serviços externos	30	(43 229 565)	(37 106 246)
Gastos com o pessoal	31	(38 634 544)	(39 365 006)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(18 611 512)	(15 540 732)
Provisões	24	(212 991)	(257 706)
Perdas por imparidade	24	27 128	(113 831)
Outros gastos operacionais	32	(2 541 205)	(2 958 588)
Total de gastos operacionais		(424 314 215)	(370 265 848)
Resultados operacionais		15 428 542	9 564 966
Gastos e perdas financeiros	33	(2 608 769)	(2 643 285)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	33 363	346 531
Resultados antes de impostos		12 853 136	7 268 212
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	26	(3 421 674)	(1 265 026)
		9 431 462	6 003 186
Resultado líquido consolidado do exercício		9 431 462	6 003 186
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL:			
ao Grupo		9 338 305	5 950 756
a interesses que não controlam		93 157	52 430
		9 431 462	6 003 186
RESULTADOS POR AÇÃO			
de operações continuadas	27	0,267	0,170
Básico		0,267	0,170
de operações continuadas	27	0,267	0,170
Diluído		0,267	0,170

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35 000 000	7 498 903	6 195 184	(1 695 238)	382 767	74 490 374	86 871 990	6 134 247	128 006 237	1 647 295	129 653 532
Alterações no período:											
Aplicação do resultado consolidado de 2015	-	-	-	-	-	6 134 247	6 134 247	(6 134 247)	-	-	-
Outros - Dividendos distribuídos a interesses não controlados	-	-	-	-	19 679	-	19 679	-	19 679	(375 248)	(375 248)
Alteração do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(2 349 960)	(2 349 960)	-	(2 349 960)	(30 216)	(2 380 176)
Outros	-	-	-	-	19 679	3 784 287	3 803 966	(6 134 247)	(2 330 281)	(405 464)	(2 735 745)
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	5 950 756	5 950 756	52 430	6 003 186
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	19 679	(2 349 960)	(2 330 281)	5 950 756	3 620 475	52 430	3 672 905
Operações com detentores de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(5 250 000)	(5 250 000)	-	(5 250 000)	-	(5 250 000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	35 000 000	7 498 903	6 195 184	(1 695 238)	402 446	73 024 661	85 425 956	5 950 756	126 376 712	1 294 261	127 670 973
Saldos em 31 de dezembro de 2016	35 000 000	7 498 903	6 195 184	(1 695 238)	402 446	73 024 661	85 425 956	5 950 756	126 376 712	1 294 261	127 670 973
Alterações no período:									0		
Aplicação do resultado consolidado de 2016	-	-	-	-	-	5 950 756	5 950 756	(5 950 756)	-	-	-
Alteração do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	249 372	-	249 372	-	249 372	-	249 372
Outros	-	-	-	-	-	(2 154)	(2 154)	-	(2 154)	-	(2 154)
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	249 372	5 948 602	6 197 974	(5 950 756)	247 218	-	247 218
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	9 338 305	9 338 305	93 157	9 431 462
Operações com detentores de capital próprio	-	-	-	-	249 372	-	249 372	9 338 305	9 587 677	93 157	9 680 834
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(5 250 000)	(5 250 000)	-	(5 250 000)	-	(5 250 000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35 000 000	7 498 903	6 195 184	(1 695 238)	651 818	73 723 263	86 373 930	9 338 305	130 712 235	1 387 418	132 099 653

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	DEZ/17	DEZ/16
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses que não controlam	9 431 462	6 003 186
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	249 372	19 679
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, não recicláveis por resultados:		
Remensurações (Perdas Atuariais brutas de imposto) (Nota 23)	-	(2 704 205)
Imposto diferido das perdas atuariais (Nota 14)	-	354 245
Rendimento integral consolidado do período	9 680 834	3 672 905
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	9 587 677	3 620 475
Interesses que não controlam	93 157	52 430

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	DEZ/17		DEZ/16	
Recebimentos de Clientes	396 385 262		335 629 628	
Pagamentos a Fornecedores	(373 591 503)		(311 678 339)	
Pagamentos ao Pessoal	(30 393 187)		(30 916 744)	
Fluxo gerado pelas Operações		(7 599 428)		(6 965 455)
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(1 732 358)		225 691
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		5 327 277		29 538 422
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		(4 004 509)		22 798 658
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:				
Propriedade de Investimento	935 000		-	
Ativos Fixos Tangíveis	1 792 530		5 158 890	
Juros e Proveitos Similares	-	2 727 530	397 242	5 556 132
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:				
Investimentos Financeiros	(2 154)		(234)	
Propriedade de Investimento	(8 095)		-	
Ativos Fixos Tangíveis	(3 095 119)		(14 064 333)	
Ativos Intangíveis	(61 875)	(3 167 243)	(284 726)	(14 349 293)
Fluxo das Atividades de Investimento		(439 713)		(8 793 161)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:				
Financiamentos Obtidos	50 029 851		26 298 944	
Locação Financeira	7 650 092	57 679 943	-	26 298 944
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:				
Financiamentos Obtidos	(42 042 299)		(25 110 526)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(611 981)		(3 752 429)	
Juros e Custos Similares	(2 593 981)		(2 612 560)	
Dividendos	(5 276 080)	(50 524 341)	(5 637 690)	(37 113 205)
Fluxo das Atividades de Financiamento		7 155 602		(10 814 261)
CAIXA E EQUIVALENTES				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 15)		14 556 190		11 364 954
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 15)		17 267 570		14 556 190
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		2 711 380		3 191 236

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., desde finais do ano de 2016.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.c).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

a) Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

(i) Normas:

- IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta

informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Esta alteração teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 18).

- IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

b) Normas que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, ou em data posterior, que a União Europeia já endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas:

- IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima impacto significativo da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Estima-se impacto da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se estima impacto significativo da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras do Grupo.
- Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras do Grupo.

c) Normas, alterações a normas e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, ou em data posterior, que a União Europeia ainda não endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas:.

- Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IAS 40 (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 9 (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IAS 28 (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Esta alteração não é aplicável às demonstrações financeiras do Grupo.
- Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 17 (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS

4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) Interpretações:

- IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 – “Os efeitos de alterações em taxas de câmbio” e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima impacto da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRIC 23 (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não se estima impacto da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4. Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas que não controlam excedem os interesses que não controlam no capital próprio da filial, os interesses que não controlam absorvem esse excesso na proporção da percentagem detida.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária

adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

(i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

(ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2017 e 2016, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

2017	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2017	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2017	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2016
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2016	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2016	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2016	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2015
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 14
Equipamento administrativo	3 - 14
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam o ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são reconhecidas no momento inicial das respectivas aquisições ao custo. Posteriormente as mesmas encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior. As perdas de imparidade acumuladas para desvalorização de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, o qual corresponde à cotação evidenciada em estatísticas de mercado.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos

- Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e

regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “ativos financeiros disponíveis para venda”, são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ativos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

ii) Clientes e Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor recuperável. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Fornecedores e Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Current Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzidos do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23).

As remensurações são reconhecidas na rubrica de “Outras reservas”, não sendo recicláveis por resultado.

As contribuições para o Plano de benefício definido, são registados como gasto do exercício.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de

fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Saltano e Caetano Auto.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *Goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

o) Rédito

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios

inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;

- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito do Grupo Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

p) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

q) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

r) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias emitíveis na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis ao Grupo. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional do grupo, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 28.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos, indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non-adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *Goodwill* e respetivas análises de sensibilidade (Nota 8);
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 23).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Os pressupostos com maior impacto nas estimativas referidas acima são os da taxa de desconto, para efeitos de cálculo da responsabilidade por pensões de reformas e imparidade de *goodwill* e das tábuas de mortalidade para efeitos do cálculo de responsabilidade por pensões.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

A empresa procede a testes de sensibilidade, por forma a aferir, o risco inerente a estes julgamentos e estimativas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo). O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Escudo de Cabo Verde (CVE)	7 581 776	10 416 262	3 275 834	6 383 793
Libra Esterlina (GBP)	-	-	31	-
Yene Japonês (JPY)	-	-	617 636	408 216
Kwanza Angolano (AOA)	-	-	-	778

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ/17		DEZ/16	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	17 793	215 297	6 615	197 505
Yene Japonês (JPY)	5%	(30 882)	-	(20 411)	-
Kwanza Angolano (AOA)	5%	-	-	(39)	-

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente dos componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2017 e 2016, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Ativos financeiros disponíveis para venda”. Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2017 e 2016 unicamente por Unidades de Participação do C imóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Ativos financeiros disponíveis para venda”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos “Ativos financeiros disponíveis para venda” pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIAÇÃO	DEZ/17		DEZ/16	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMÓVEL	10%	-	366 576	-	341 639
FUNDO CIMÓVEL	-10%	-	(366 576)	-	(341 639)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 0,5 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIACÃO	DEZ/17		DEZ/16	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimos - mútuo	0,5 p.p.	35 000	-	21 053	-
Contas correntes caucionadas	0,5 p.p.	25 000	-	10 000	-
Descobertos Bancários	0,5 p.p.	2 649	-	5 006	-
Papel Comercial	0,5 p.p.	172 000	-	64 000	-
Empréstimo de MLP	0,5 p.p.	50 000	-	95 000	-
Confirming	0,5 p.p.	-	-	49 653	-
Total		284 649		244 712	
Empréstimos - mútuo	(0,5 p.p.)	(35 000)	-	(21 053)	-
Contas correntes caucionadas	(0,5 p.p.)	(25 000)	-	(10 000)	-
Descobertos Bancários	(0,5 p.p.)	(2 649)	-	(5 006)	-
Papel Comercial	(0,5 p.p.)	(172 000)	-	(64 000)	-
Empréstimo de MLP	(0,5 p.p.)	(50 000)	-	(95 000)	-
Confirming	(0,5 p.p.)	-	-	(49 653)	-
Total		(284 649)		(244 712)	

A análise em 2016 acima, não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 25).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;
- e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

2017	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	53 024 793	5 773 821	8 111 293	13 028 887	79 938 794
Fornecedores	40 256 759	-	-	-	40 256 759
Outras dívidas a terceiros	13 207 611	-	-	-	13 207 611
	106 489 163	5 773 821	8 111 293	13 028 887	133 403 164
2016					
Financiamentos obtidos	36 326 297	11 340 707	8 039 008	13 514 693	69 220 705
Fornecedores	35 509 231	-	-	-	35 509 231
Outras dívidas a terceiros	11 417 744	-	-	-	11 417 744
Total	83 253 272	11 340 707	8 039 008	13 514 693	116 147 680

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 62.671.224 Euros e 54.664.515 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	DEZ/17	DEZ/16
Financiamento obtido	79 938 794	69 220 705
Caixa e Equivalentes a Caixa	(17 267 570)	(14 556 190)
Endividamento líquido	62 671 224	54 664 515
Capital Próprio	132 099 652	127 670 973
Rácio de alavancagem financeira	32,18%	29,98%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional.

Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de dezembro de 2017 era de, aproximadamente, 8.020.667 Euros (8.020.667 Euros em 31 de dezembro de 2016), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontram-se divulgados na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

A seguinte tabela apresenta um resumo em 31 de dezembro de 2017 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

RATING DEPÓSITOS NÃO-CORRENTE	AGÊNCIA DE RATING	VALOR
A1	Moody's	86 851
A3	Moody's	105 394
B1	Moody's	10 088 591
B3	Moody's	171 762
Ba1	Moody's	136 859
Ba3	Moody's	545 101
Baa1	Moody's	156 589
Baa3	Moody's	4 215 962
Caa1	Moody's	489 776
	Outros sem rating atribuído	1 147 700
Total		17 144 585

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	DEZ/17	DEZ/16
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,40%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pela IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto e exposição aos retornos das atividades relevantes).

Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não se verificou qualquer alteração da composição do perímetro de consolidação.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ/17	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	1 477 217	312 774	81 485	2 139 437	160 840	4 171 753
Adições	-	61 875	-	22 395	-	84 270
Alienações e abates	-	(136 111)	-	(11 662)	-	(147 773)
Transferências	-	160 840	-	-	(160 840)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1 477 217	399 378	81 485	2 150 170	-	4 108 250
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	957 375	184 337	81 485	1 870 724	-	3 093 921
Amortização do exercício	492 406	28 332	-	220 743	-	741 481
Alienações e abates	-	(136 111)	-	(3 888)	-	(139 999)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1 449 781	76 558	81 485	2 087 579	-	3 695 403
Valor líquido	27 436	322 820	-	62 591	-	412 847

DEZ/16	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	1 394 907	284 179	81 485	2 003 979	60 760	3 825 310
Adições	-	30 000	-	154 646	100 080	284 726
Alienações e abates	-	(1 405)	-	(19 188)	-	(20 593)
Transferências	82 310	-	-	-	-	82 310
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	1 477 217	312 774	81 485	2 139 437	160 840	4 171 753
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	464 969	163 243	81 485	1 655 087	-	2 364 784
Amortização do exercício	492 406	22 499	-	234 825	-	749 730
Alienações e abates	-	(1 405)	-	(19 188)	-	(20 593)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	957 375	184 337	81 485	1 870 724	-	3 093 921
Valor líquido	519 842	128 437	-	268 713	160 840	1 077 832

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ/17	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	16 471 765	91 068 416	60 432 512	64 700 926	8 124 372	4 370 111	9 400	245 177 502
Adições	387 033	1 817 873	711 139	49 425 531	285 336	81 322	328 696	53 036 930
Alienações e abates	(414 993)	(3 218 492)	(5 238)	(33 451 100)	-	-	-	(37 089 823)
Transferências	-	17 959	18 800	-	-	-	(46 354)	(9 595)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	16 443 805	89 685 756	61 157 213	80 675 537	8 409 708	4 451 433	291 742	261 115 014
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	-	61 185 509	55 591 865	30 504 452	7 512 127	4 119 149	-	158 913 102
Depreciações do exercício	-	2 129 483	1 045 563	13 822 988	166 205	64 073	-	17 228 312
Alienações e abates	-	(2 116 654)	(4 685)	(10 725 583)	-	-	-	(12 846 923)
Transferências	-	(1 088)	(578)	-	71	507	-	(1 088)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	61 197 250	56 632 165	33 601 857	7 678 403	4 183 729	-	163 293 404
Valor líquido	16 443 805	28 488 506	4 525 048	47 073 500	731 305	267 704	291 742	97 821 610

DEZ/16	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	16 842 823	93 538 551	60 117 299	55 526 355	7 880 877	4 318 806	397 459	238 622 170
Adições	-	567 891	372 209	34 798 555	395 634	97 337	121 931	36 353 557
Alienações e abates	-	(240 645)	(322 126)	(25 623 984)	(152 139)	(46 032)	(112 531)	(26 497 457)
Transferências	(371 058)	(2 797 381)	265 130	-	-	-	(397 459)	(3 300 768)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	16 471 765	91 068 416	60 432 512	64 700 926	8 124 372	4 370 111	9 400	245 177 502
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	-	60 281 003	54 610 829	28 543 554	7 514 630	4 082 927	-	155 032 943
Depreciações do exercício	-	2 357 289	1 248 210	10 330 551	125 054	75 971	-	14 137 075
Alienações e abates	-	(56 278)	(267 174)	(8 369 653)	(127 557)	(39 749)	-	(8 860 411)
Transferências	-	(1 396 505)	-	-	-	-	-	(1 396 505)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	61 185 509	55 591 865	30 504 452	7 512 127	4 119 149	-	158 913 102
Valor líquido	16 471 765	29 882 907	4 840 647	34 196 474	612 245	250 962	9 400	86 264 400

Em 2017, os aumentos em Terrenos e Edifícios incluem a aquisição edifícios em Santa Maria da Feira e Caldas da Rainha.

Os aumentos registados em 2016, em Edifícios e Equipamento Básico e Ferramentas, devem-se essencialmente ao investimento efetuado na Fábrica de Ovar, para a produção do modelo Land Cruiser Série 70, LC70, para o mercado de África do Sul.

Em 2016, as transferências registadas em “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” estão relacionadas com a transferência para Propriedades de Investimento dos Stands de Castelo Branco e Viana do Castelo, assim como as alienações e abates de vários equipamentos básico e administrativo afetos às mesmas instalações.

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

DEZ/17	VALOR BRUTO	D. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	38 347 047	15 416 229	22 930 819

DEZ/16	VALOR BRUTO	D. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	32 586 491	10 939 539	21 646 952

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição. Os rendimentos de imóveis ascenderam a 3.550.376 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2017 (4.010.010 Euros em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, de acordo com avaliações reportadas a 31 de dezembro de 2017, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 49 milhões de Euros. A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	DEZ/17			DEZ/16		
	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO
Vila Nova de Gaia - Av. da República	84 202	1 192 400	Interna	84 202	1 192 400	Interna
Braga - Av. da Liberdade	201	1 355 000	Interna	406	1 355 000	Interna
Porto - Rua do Campo Alegre	818 315	2 984 000	Externa	887 680	2 877 000	Interna
Viseu - Teivas	813 132	896 000	Interna	846 876	896 000	Externa
Óbidos - Casal do Lameiro	57 867	1 400 000	Interna	58 712	1 400 000	Interna
Castro Daire - Av. João Rodrigues Cabrilho	25 512	58 000	Interna	26 610	58 000	Interna
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17 531	85 000	Interna	17 531	85 000	Interna
Viseu - Quinta do Cano	1 726 300	1 625 750	Interna/ Externa	1 742 162	2 461 740	Interna / Externa
Amadora - Rua Elias Garcia	181 017	149 000	Interna	184 476	149 000	Interna
Portalegre - Zona Industrial	183 816	173 000	Interna	188 958	173 000	Interna
Portimão - Cabeço do Mocho	424 781	550 000	Externa	424 781	550 000	Externa
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	23 911	83 000	Interna	24 628	83 000	Interna
Rio Maior	107 000	107 000	Interna	107 000	107 000	Interna
S João de Lourosa - Viseu	456 272	487 030	Interna	460 072	487 030	Interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	3 019 591	8 692 000	Interna	3 236 940	8 692 000	Externa
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	841 109	6 077 000	Interna	942 873	6 077 000	Externa
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	5 038 392	19 218 000	Interna	5 086 939	19 218 000	Externa
Lisboa - Av. Infante Santo	1 141 201	1 300 000	Interna	1 170 590	1 247 000	Interna
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereiras	249 386	788 000	Interna	261 219	788 000	Interna
Leiria - Azóia	355 125	797 000	Interna	355 125	797 000	Interna
Castelo Branco - Oficinas	798 537	1 450 000	Interna	839 678	1 450 000	Interna
Viana do Castelo - Stand e Oficinas	-	-	-	955 553	975 000	Interna
Total	16 363 198	49 467 180		17 903 011	51 118 170	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (justo valor determinado pela média das avaliações efetuadas pelos Métodos de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se da seguinte forma:

- Método de mercado: Nível 2 (justo valor determinado com base em inputs observáveis no mercado).
- Métodos do custo e do rendimento: Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pelo Grupo para os demais imóveis, à inexistência generalizada de grandes obras em 2017, à inexistência de sinistros relevantes em 2017 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2017 acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012, 2013, 2014 e 2016.

As rendas obtidas, referentes aos imóveis acima mencionados, encontram-se divulgadas na Nota 32.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como se segue:

VALOR BRUTO	DEZ/17		
	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	10 268 017	39 133 728	49 401 745
Aumentos	-	8 095	8 095
Alienações e abates	(132 053)	(2 224 976)	(2 357 029)
Transferências	-	9 595	9 595
Saldo final	10 135 964	36 926 442	47 062 406

DEPRECIÇÕES E PERDAS IMPARIDADE ACUMULADAS	DEZ/17		
	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	31 498 734	31 498 734
Aumentos	-	641 719	641 719
Alienações e abates	-	(1 442 333)	(1 442 333)
Transferências	-	1 088	1 088
Saldo final	-	30 699 208	30 699 208
Valor Líquido	10 135 964	6 227 234	16 363 198

VALOR BRUTO	DEZ/16		
	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9 916 943	36 133 435	46 050 378
Aumentos	-	69 182	69 182
Transferências	351 074	2 931 111	3 282 185
Saldo final	10 268 017	39 133 728	49 401 745

DEPRECIÇÕES E PERDAS IMPARIDADE ACUMULADAS	DEZ/16		
	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	29 385 179	29 385 179
Aumentos	-	653 927	653 927
Transferências	-	1 459 628	1 450 970
Saldo final	-	31 498 734	31 498 734
Valor Líquido	10 268 017	7 634 994	17 903 011

Em 2017, as alienações e abates referem-se essencialmente a Terrenos e edifícios em Viana de Castelo. Os movimentos ocorridos em 2016, estão relacionados com a transferência de ativo fixo tangível para propriedades de investimento dos Stands de Castelo Branco e Viana de Castelo.

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 2017 e 2016, ascende a 2.628.814 euros.

8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2017, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT - SUL
<i>Goodwill</i>	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	2%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	8,68%

⁽¹⁾ Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no business plan.

⁽²⁾ Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (0,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (18 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

9. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” foi como se segue:

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	DEZ/17	DEZ/16
Justo valor em 1 de janeiro	3 483 128	3 463 450
Aumento/(diminuição) no justo valor	249 372	19 678
Saldo em 31 de dezembro	3 732 500	3 483 128

A 31 de dezembro de 2017, os “Ativos financeiros disponíveis para venda” incluem o montante de 3.665.764 Euros (2016: 3.416.391 Euros) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2017 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 651.817 Euros. Os restantes “Ativos financeiros disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 do registo dos “Ativos financeiros disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Varição no justo valor	249 372	19 678
Efeito no capital próprio	249 372	19 678

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ/17	DEZ/16
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	10 413 228	9 307 008
Produtos e Trabalhos em Curso	1 135 391	937 645
Produtos Acabados e Intermédios	4 432 510	1 466 863
Mercadorias	81 473 495	72 612 904
	97 454 624	84 324 420
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(1 452 410)	(1 532 523)
TOTAL	96 002 214	82 791 897

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi apurado como se segue:

	DEZ/17			DEZ/16		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS- -PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS- -PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	72 612 904	9 307 008	81 919 912	70 642 162	10 080 953	80 723 115
Compras Líquidas	294 478 045	36 600 292	331 078 337	245 920 555	30 199 981	276 120 536
Existências Finais	(81 473 495)	(10 413 228)	(91 886 723)	(72 612 904)	(9 307 008)	(81 919 912)
Total	285 617 454	35 494 072	321 111 526	243 949 813	30 973 926	274 923 739

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ/17	DEZ/16
Existências finais	5 567 901	2 404 508
Regularização de existências	1 092	7 229
Existências iniciais	(2 404 508)	(2 751 865)
Total	3 164 485	(340 128)

11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Clientes, conta corrente	51 998 006	57 872 820	169 252	26 048
Clientes cobrança duvidosa	9 209 269	9 465 385	-	-
	61 207 275	67 338 205	169 252	26 048
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	(9 184 332)	(9 443 797)	-	-
	52 022 943	57 894 408	169 252	26 048

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER

DEZ/17	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	32 869 819	2 953 707	934 365	8 414 656	45 172 547
Funcionários	123 793	7 277	2 449	422 541	556 060
Concessionários Independentes	6 318 241	77 652	-	42 758	6 438 651
Total	39 311 853	3 038 636	936 814	8 879 955	52 167 258

DEZ/16	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	32 787 221	1 177 256	1 163 134	16 234 201	51 361 812
Funcionários	14 873	-	4 012	526 996	545 881
Concessionários Independentes	5 649 284	333 953	1 074	6 864	5 991 175
Total	38 451 378	1 511 209	1 168 220	16 768 061	57 898 868

MATURIDADE DAS DÍVIDAS COM RECONHECIMENTO DE PERDA DE IMPARIDADE

DEZ/17	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cob. Duvidosa	14 610	6 337	3 607	9 184 715	9 209 269
Total	14 610	6 337	3 607	9 184 715	9 209 269

DEZ/16	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cob. Duvidosa	12 780	7 463	4 986	9 440 156	9 465 385
Total	12 780	7 463	4 986	9 440 156	9 465 385

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

MATURIDADE DAS DÍVIDAS FACE AO PRAZO DE VENCIMENTO

DEZ/17	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	24 921 627	3 164 621	893 172	7 925 693	36 905 113
Total	24 921 627	3 164 621	893 172	7 925 693	36 905 113

DEZ/16	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	27 319 238	1 365 201	1 218 907	19 134 153	49 037 499
Total	27 319 238	1 365 201	1 218 907	19 134 153	49 037 499

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ATIVOS CORRENTES	DEZ/17	DEZ/16
Adiantamentos a fornecedores	352 475	441 391
Estado e outros entes públicos (IVA)	3 364 036	1 151 938
Outras dívidas de terceiros	2 825 198	2 558 490
Total	6 541 709	4 151 819

A rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui, em 31 de dezembro de 2017, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2016).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 618.000 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (618.000 Euros em 31 de dezembro de 2016).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ATIVOS CORRENTES	DEZ/17	DEZ/16
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comparticipação em Frotas e Campanhas e Bónus de fornecedores	1 697 298	1 475 076
Rappel	1 065 782	1 135 857
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	544 385	369 029
Reclamações de Garantia	317 245	300 251
Fee's a debitar	67 828	76 017
Cedência de Pessoal	31 828	121 742
Outros	413 534	483 113
	4 137 900	3 961 085
Gastos a reconhecer		
Seguros	410 233	144 176
Rendas	142 534	20 642
Juros	100 358	75 058
Outros	430 428	522 368
	1 083 553	762 244
Total	5 221 453	4 723 329

14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, podem ser resumidos como se segue:

DEZ/17	2016	OUTRAS VARIações	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	2017
Impostos diferidos ativos:					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	294 573	-	(82 238)	-	212 335
Prejuízos fiscais reportáveis	88 569	-	(88 569)	-	-
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1 611 745	-	-	-	1 611 745
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	193 155	-	296 143	-	489 298
Valorização de instrumentos derivados	6 396	-	(6 396)	-	-
RETGS - IRC	-	710 552	(710 552)	-	-
	2 194 438	710 552	(591 612)	-	2 313 378
Impostos diferidos passivos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(652 772)	-	33 274	-	(619 498)
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienações de imobilizações	(165 771)	-	48 857	-	(116 914)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898 732)	-	-	-	(898 732)
	(1 717 275)	-	82 131	-	(1 635 144)
Efeito Líquido (Nota 25)			(509 481)		

DEZ/16	2015	OUTRAS VARIações	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	2016
Impostos diferidos ativos:					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	287 440	-	7 133	-	294 573
Prejuízos fiscais reportáveis	502 622	-	(414 053)	-	88 569
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1 257 500	-	-	354 245	1 611 745
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	164 460	-	28 695	-	193 155
Valorização de instrumentos derivados	36 020	-	(29 624)	-	6 396
	2 248 042	-	(407 849)	354 245	2 194 438
Impostos diferidos passivos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(659 109)	-	6 338	-	(652 771)
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienações de imobilizações	(165 772)	-	-	-	(165 772)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898 732)	-	-	-	(898 732)
	(1 723 613)	-	6 338	-	(1 717 275)
Efeito Líquido (Nota 25)			(401 511)		

Em 31 de dezembro de 2017 a empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis. Em 2016, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	DEZ/17		DEZ/16		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	
Gerados em 2012					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	-	-	368 233	77 329	2017
Gerados em 2013					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	-	-	53 524	11 240	2018
Total	-	-	421 757	88 569	

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

TAXA DE IMPOSTO	DEZ/17	DEZ/16
País origem da filial:		
Portugal	22,5% - 21%	22,5% - 21%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	DEZ/17	DEZ/16
Numerário	122 985	121 286
Depósitos bancários	17 144 585	14 434 904
Total	17 267 570	14 556 190

16. CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A.	65,08%
Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Em 23 de dezembro de 2016, o Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. alienou à Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. 21.288.281 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 60,82% do capital social. Em 2017, a Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. adquiriu 1.488.960 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 4,25% do capital social.

DIVIDENDOS

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 7.000.000 Euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

RESERVAS DE REAVLIAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

RESERVAS DE CONVERSÃO

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

RESERVAS DE JUSTO VALOR

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 9).

OUTRAS RESERVAS

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

17. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Saldo inicial em 1 de janeiro	1 294 261	1 647 295
Dividendos	-	(375 248)
Outros	-	(30 216)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	93 157	52 430
Saldo final em 31 de dezembro	1 387 418	1 294 261

A decomposição do valor por empresa subsidiária, consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas, é como se segue em 2017 e 2016:

DEZ/17	% IQNC	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM
Saltano S.G.P.S.	0,02%	4 035	-
Caetano Auto CV	18,76%	812 252	67 276
Caetano Renting	0,02%	563	(4)
Caetano Auto	1,60%	570 568	25 885
Total		1 387 418	93 157

DEZ/16	% IQNC	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM
Saltano S.G.P.S.	0,02%	4 036	(1)
Caetano Auto CV	18,76%	744 975	17 800
Caetano Renting	0,02%	567	34
Caetano Auto	1,60%	544 683	34 597
Total		1 294 261	52 430

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV	
	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Ativo Não Corrente	46 825 112	47 781 219	1 326 277	1 442 626
Ativo Corrente	79 643 872	66 644 229	6 255 499	8 973 636
Total Ativo	126 468 984	114 425 448	7 581 776	10 416 262
Passivo Não Corrente	7 094 168	7 610 873	98 878	82 378
Passivo Corrente	83 620 907	74 398 428	3 176 956	6 383 793
Capital Próprio	35 753 909	32 416 147	4 305 942	3 950 091
Vendas e Prestações de Serviços	212 093 511	185 330 101	12 649 730	10 757 825
Resultados Operacionais	4 519 938	976 265	548 386	225 194
Resultados Financeiros	(11 567)	40 721	(43 973)	(21 979)
Impostos	(1 170 609)	(186 529)	(148 562)	(70 923)
Resultado Líquido	3 337 762	830 457	355 851	132 293

RUBRICA	CAETANO RENTING		SALTANO	
	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Ativo Não Corrente	27 429 048	14 805 645	21 673 269	19 961 574
Ativo Corrente	7 238 681	4 255 748	2 041 338	2 049 100
Total Ativo	34 667 729	19 061 393	23 714 607	22 010 674
Passivo Não Corrente	200 014	200 014	-	-
Passivo Corrente	31 425 093	15 789 454	3 579 125	3 580 386
Capital Próprio	3 042 622	3 071 925	20 135 482	18 430 288
Vendas e Prestações de Serviços	7 195 384	4 532 916	-	-
Resultados Operacionais	337 232	391 278	1 703 933	671 997
Resultados Financeiros	(293 332)	(176 928)	-	-
Impostos	(73 202)	29 962	1 262	1 051
Resultado Líquido	(29 303)	244 312	1 705 195	673 048

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	DEZ/17			DEZ/16		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bancários	46 400 000	10 000 000	56 400 000	30 941 048	17 000 000	47 941 048
Descobertos bancários	529 851	-	529 851	1 001 251	-	1 001 251
Locação financeira	6 094 942	16 914 001	23 008 943	4 383 998	15 894 408	20 278 406
Total	53 024 793	26 914 001	79 938 794	36 326 297	32 894 408	69 220 705

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Empréstimos bancários	23 210 526	-	6 210 526	17 000 000
Descobertos bancários	1 001 251	529 851	1 001 251	529 851
Contas correntes caucionadas	1 999 986	5 000 000	1 999 986	5 000 000
Confirming	9 930 536	-	9 930 536	-
Papel comercial	12 800 000	44 500 000	22 900 000	34 400 000
Locação financeira	20 278 406	7 650 092	611 981	27 316 517
Total	69 220 705	57 679 943	42 654 280	84 246 368

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como se segue:

DEZ/17				
DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10 000 000	10 000 000	11/03/2016	5 anos
Corrente				
Contas correntes caucionadas	5 000 000	7 000 000	15/10/2014	4 anos
Empréstimos - mútuo	7 000 000	7 000 000		
Descobertos bancários	529 851	5 500 000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	16 400 000	16 400 000	27/02/2017(*)	3 anos
Toyota Caetano Portugal	10 000 000	10 000 000	18/08/2015	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4 000 000	4 000 000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4 000 000	4 000 000	24/02/2017	1 ano
Toyota Caetano Portugal	-	5 000 000	10/11/2016	5 anos
	46 929 851	58 900 000		
	56 929 851	68 900 000		

(*) Com amortização anual de 2 milhões de Euros.

DEZ/16				
DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10 000 000	10 000 000	11/03/2016	5 anos
Toyota Caetano Portugal	7 000 000	7 000 000	15/10/2014	4 anos
	17 000 000	10 000 000		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	1 999 986	5 000 000		
Empréstimos - mútuo	4 210 526	4 210 526	22/06/2012	5 anos
Empréstimos - mútuo	2 000 000	2 000 000	15/10/2014	4 anos
Descobertos bancários	1 001 251	5 500 000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	9 930 536	10 000 000	24/05/2016	
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	9 200 000	9 200 000	27/11/2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	3 600 000	3 600 000	26/11/2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10 000 000		
Toyota Caetano Portugal	-	5 000 000	10/11/2016	5 anos
	31 942 299	54 510 526		
	48 942 299	71 510 526		

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 37):

- Papel Comercial: 16.400.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (floor zero), acrescidos de um “spread” que varia entre 1% e 2%.

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2017 no montante de, aproximadamente, 68,9 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativas à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO 12M	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			12 - 24 M	24 - 36 M	36 - 48 M	>48 M		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	97 164	97 895	98 632	119 048	-	315 575	412 739
	Juros	2 762	2 031	1 294	551	-	3 876	6 638
5653	Instalações comerciais							
	Capital	24 232	24 610	24 610	24 995	369 530	443 745	467 977
	Juros	7 082	6 704	6 704	6 320	36 802	56 530	63 612
626064	Instalações comerciais							
	Capital	166 358	172 274	178 402	184 747	534 557	1 069 980	1 236 338
	Juros	40 018	34 101	27 974	21 629	24 684	108 388	148 406
2032103	Instalações comerciais							
	Capital	19 847	20 832	21 930	23 052	67 646	133 460	153 307
	Juros	7 215	6 199	5 132	4 010	927	16 268	23 483
Diversos	Viaturas							
	Capital	627 386	-	-	-	-	-	627 386
	Juros	11 237	-	-	-	-	-	11 237
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	5 159 955	5 458 210	4 204 281	3 231 596	2 057 154	14 951 241	20 111 196
	Juros	611 976	411 082	225 045	107 447	34 015	777 588	1 389 564
	Total Capital	6 094 942	5 773 821	4 527 855	3 583 438	3 028 887	16 914 001	23 008 943
	Total Juros	680 289	460 117	266 149	139 957	96 428	962 650	1 642 940

RESPONSABILIDADES POR INTERVALOS DE MATURIDADE:

Financiamentos

	12 M	12 - 24 M	24 - 36 M	36 - 48 M	>48 M	TOTAL
Empréstimos - mútuo	7 000 000	-			10 000 000	17 000 000
Conta corrente caucionada	5 000 000					5 000 000
Descobertos bancários	529 851	-	-	-	-	529 851
Papel comercial	34 400 000	-	-	-	-	34 400 000
Locações financeiras	6 094 942	5 773 821	4 527 855	3 583 438	3 028 887	23 008 943
Total financiamentos	53 024 793	5 773 821	4 527 855	3 583 438	13 028 887	79 938 794

Juros

	12 M	12 - 24 M	24 - 36 M	36 - 48 M	>48 M	TOTAL
Empréstimos - mútuo	396 188	220 521	221 125	54 375	-	892 208
Locações financeiras	680 289	460 117	266 149	139 957	96 428	1 642 940
Total juros	1 076 477	680 637	487 274	194 332	96 428	2 535 148

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

PASSIVOS CORRENTES	DEZ/17	DEZ/16
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	371 448	349 174
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8 367 662	7 826 684
Imposto automóvel	1 863 835	1 084 948
Direitos aduaneiros	3 182	181 991
Contribuições para a Segurança Social	675 338	646 318
Tributos das autarquias locais	233 680	230 717
Outros	4 954	2 077
Estado e outros entes públicos - Subtotal	11 520 099	10 321 909
Acionistas	10 618	12 052
Adiantamentos de Clientes	996 238	735 115
Outras dívidas a terceiros	680 655	348 668
Outras dívidas a terceiros - Subtotal	1 687 511	1 095 825
Total	13 207 610	11 417 744

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (Demonstração da posição financeira)

A decomposição da rubrica de Imposto sobre o rendimento a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

PASSIVOS CORRENTES	DEZ/17	DEZ/16
Saldos devedores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto sobre o rendimento a recuperar		99 372
	-	99 372
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto sobre o rendimento a pagar	1 716 581	
Total	1 716 581	-

Do valor acima mencionado, cerca de 1,6 milhões de Euros respeitam o RETGS.

Apresenta-se em seguida a decomposição do imposto corrente do período (ver informação adicional na Nota 26):

TOTAL IMPOSTO CORRENTE	DEZ/17	DEZ/16
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 26)	8 586	68 834
Restituição de impostos (Nota 26)	4 552	(756 374)
Estimativa de imposto do período (Nota 26)	2 899 055	1 551 055
Imposto diferido (Nota 14)	509 481	401 511
	3 421 674	1 265 026

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	5 032 601	4 840 885
Campanhas publicitárias e promoção vendas	4 526 941	3 670 380
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	1 209 909	689 185
Comissões a liquidar	834 344	662 110
Gastos de aprovisionamento	639 876	614 402
Encargos com FSE's a liquidar	544 552	728 634
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	451 103	743 009
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	402 399	1 360 601
Seguros a liquidar	367 337	170 418
Contribuição Autárquica/IMI	128 970	124 990
Juros a liquidar	126 409	123 885
Royalties	69 579	71 284
Valores a pagar repercutidos a terceiros	-	667 807
Outros	1 314 075	1 292 539
	15 648 095	15 760 129
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência	3 757 400	3 976 908
Subsídio ao investimento	501 360	501 360
Recuperação de encargos com publicidade noutros meios	37 657	35 301
Juros debitados a clientes	18 091	5 827
Outros	168 002	400 886
	4 482 510	4 920 282
Total	20 130 605	20 680 411

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2017, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 1%, 0% e 1,6%, respetivamente. Em 2016 as taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto eram de 1%, 0% e 1,6%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2017 e 2016 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1/1/2016	33 997 681
Custos dos serviços correntes	91 157
Custos dos juros	1 232 405
(Ganhos) e perdas atuariais	2 704 205
Pagamentos de pensões	(2 517 413)
Transferências (Caetano Components)	596 767
Outros	(736 838)
Responsabilidades em 31/12/2016	35 367 967
Responsabilidades em 1/1/2017	35 367 964
Custos dos serviços correntes	84 381
Custos dos juros	565 887
(Ganhos) e perdas atuariais	1 505 591
Pagamentos de pensões	(2 498 993)
Responsabilidades em 31/12/2017	35 024 830

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2017 e de 2016, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2015	28 297 093	11 496 388	39 793 481
Contribuições	875 115	216 205	1 091 320
Retorno real dos ativos do plano	317 840	155 309	473 149
Pagamentos de Pensões	(2 517 413)	(83 980)	(2 601 393)
Transferências da quota-parte de outro associado	489 176	72 539	561 715
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(63 678)	(63 678)
Utilizações de Conta Reserva	79 821	(79 821)	-
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2016	27 541 632	11 712 962	39 254 594
Contribuições	440 756	191 554	632 310
Retorno real dos ativos do plano	2 026 392	888 813	2 915 505
Pagamentos de Pensões	(2 498 993)	(52 771)	(2 551 764)
Transferências da quota-parte de outro associado	-	38 520	38 520
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(33 969)	(33 969)
Utilizações de Conta Reserva	-	-	-
Outros	-	-	-
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2017	27 510 086	12 745 110	40 255 196

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR DEZ/17	PESO CARTEIRA	VALOR DEZ/16
Ações	11,69%	3 215 929	9,60%	2 643 997
Obrigações	35,88%	9 870 620	38,21%	10 523 657
Imobiliário	39,43%	10 847 228	38,20%	10 520 903
Liquidez	10,67%	2 935 326	11,66%	3 211 354
Outros Ativos	2,33%	640 983	2,33%	641 721
Total	100%	27 510 086	100%	27 541 632

A 31 de dezembro de 2017, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, apresentam-se como se segue:

ATIVO	PESO CARTEIRA	VALOR
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	39,4%	10 847 228

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de Pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Valor da responsabilidade	35 024 830	35 367 964	33 997 681	33 574 520	29 059 458	29 650 534	29 686 944
Valor do fundo	27 510 086	27 541 632	28 297 093	29 075 997	28 855 219	28 444 454	26 541 223

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 8.981.000 de Euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Pensões.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

RUBRICAS	DEZ/17				
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	2 780 809	-	-	-	2 780 809
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	9 443 797	70 466	(17 481)	(312 450)	9 184 332
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1 532 523	99 504	(179 617)	-	1 452 410
Provisões	407 105	212 991	-	(105 571)	514 525

DEZ/16					
RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	2 780 809	-	-	-	2 780 809
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	9 710 649	46 306	(153 221)	(159 937)	9 443 797
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1 311 777	220 746	-	-	1 532 523
Provisões	303 252	257 706	-	(153 853)	407 105

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber refere-se essencialmente ao write-off de imparidades de clientes.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 30 de junho de 2017 respeitam a:

SWAPS TAXA DE JURO

Trata-se de instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2016 era negativo em 28.425 Euros. O referido instrumento financeiro derivado terminou em 22 de junho de 2017.

Apresenta-se, em seguida, um quadro-resumo com as principais características do referido contrato:

DERIVADO	JV2017	JV2016	TIPO	TAXA SWAP	TAXA A RECEBER
Swap taxa de juro BBVA	-	(28 425)	Negociação	1,10%	Euribor 3M
Total	-	(28 425)			

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (Demonstração de resultados)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados como se segue:

ATIVO	DEZ/17	DEZ/16
Prejuízo fiscal (RETGS)	710 552	-
Outros	(201 071)	401 151
Imposto diferido (Nota 14)	509 481	401 511
Imposto corrente (Nota 21)	2 912 193	863 515
Total	3 421 674	1 265 026

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser analisada como se segue:

	DEZ/17	DEZ/16
Resultados antes de impostos	12 853 136	7 268 212
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (Coleta + Derrama)	2 891 956	1 635 348
Mais-valias contabilísticas	(723 463)	(471 532)
Mais-valias fiscais	327 179	234 989
Ajustamentos do Justo Valor	(52 368)	(4 132)
Derrama (ajustamentos fiscais)	(6 730)	(3 610)
Outros	145 907	267 455
Prejuízos utilizados	-	(414 053)
Imposto efetivo (Coleta + Derrama)	2 582 481	1 244 465
Tributação Autónoma	316 574	314 358
Excesso/Insuficiência estimativa de imposto	8 586	68 834
Restituição de impostos	4 552	(756 374)
Outros	-	(7 768)
Imposto efetivo corrente	2 912 193	863 515
Imposto diferido do período	509 481	401 511
Imposto efetivo	3 421 674	1 265 026

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

RESULTADO	DEZ/17	DEZ/16
Básico	9 338 305	5 950 756
Diluído	9 338 305	5 950 756
Número de ações	35 000 000	35 000 000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,267	0,170

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

DEZ/17	NACIONAL											CONSO- LIDA- DO						
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS				EXTERNO					
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER		MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER		INDÚSTRIA	COMÉRCIO		MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	ELIMI- NAÇÕES		
RÉDITO																		
Volume de negócios	20 232	440 334 110	16 047 231	6 037 408	17 697 317	4 702 864	13 710 647	-	-	39 348 115	20 363 767	668 804	28 375	9 980	(156 707 396)			402 261 454
RESULTADOS																		
Resultados operacionais	3 471	9 702 678	359 580	264 376	1 121 037	2 757 623	1 066 709	(4 336)	(4 336)	1 036 192	619 946	8 518	7 562	4 109	(1 518 923)			15 428 542
Resultados financeiros	(63)	(1 983 225)	(19 673)	(229 591)	(38 515)	(16 964)	(105 022)	(70)	(70)	(133 482)	(46 482)	(2 175)	(104)	(38)	-			(2 575 406)
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	2 561	5 507 251	251 648	(23 219)	813 677	2 060 012	709 917	(3 456)	(3 456)	678 521	407 660	4 768	5 606	3 059	(986 544)			9 431 462
OUTRAS INFORMAÇÕES																		
Ativos	34 460 907	316 129 620	9 535 050	30 358 679	10 865 055	1 919 348	32 138 323	22 038 800	-	-	7 808 861	-	-	-	(166 773 971)			298 480 671
Passivos	7 736 010	193 465 866	6 839 406	25 059 198	2 043 834	313 210	33 297 371	3 603 322	3 603 322	-	3 438 720	-	-	-	(109 415 917)			166 381 019
Dispendios de cap. fixo ⁽¹⁾	194 884	2 836 698	136 590	19 456 039	-	117 514	8 084 301	483	483	-	47 951	-	-	-	(2 060 303)			28 814 157
Depreciações ⁽²⁾	1 218 162	3 349 993	151 796	7 247 595	72 020	69 214	5 663 887	537	537	-	164 662	-	-	-	31 927			17 969 793
DEZ/16																		
RÉDITO																		
Volume de negócios	285 115	384 283 601	15 147 469	3 405 180	15 826 773	3 657 449	13 022 584	-	-	35 053 246	18 009 258	77 265	371	-	(139 917 042)			348 851 269
RESULTADOS																		
Resultados operacionais	(48)	7 447 164	274 697	292 897	2 068 493	1 647 438	1 135 793	(4 639)	(4 639)	(2 454 943)	455 430	4 279	258	10 781	(1 312 634)			9 564 966
Resultados financeiros	(667)	(1 836 560)	5 804	(131 874)	(43 205)	(7 728)	(90 958)	8	8	(144 320)	(46 990)	(194)	-	(70)	-			(2 296 754)
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	(714)	4 445 952	229 053	183 530	1 660 634	1 344 479	873 768	(3 648)	(3 648)	(2 599 263)	300 558	3 350	211	8 783	(443 507)			6 003 186
OUTRAS INFORMAÇÕES																		
Ativos	37 074 388	257 824 224	31 293 247	12 130 874	11 746 848	1 741 701	33 885 015	22 357 583	-	-	10 733 652	-	-	-	(143 009 663)			275 777 869
Passivos	5 884 359	153 172 363	22 352 351	12 011 473	2 043 221	294 601	27 508 506	3 610 228	3 610 228	-	6 692 879	-	-	-	(85 463 085)			148 106 896
Dispendios de cap. fixo ⁽¹⁾	41 492	1 349 225	(222 660)	7 652 462	-	24 412	8 047 901	(297)	(297)	-	107 720	-	-	-	179 028			17 179 283
Depreciações ⁽²⁾	1 304 240	3 276 514	618 782	3 819 785	67 544	43 557	5 326 523	826	826	-	167 457	-	-	-	261 576			14 886 804

⁽¹⁾ Investimento: (Variação do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Amortizações e Reintegrações do Exercício).

⁽²⁾ Do Exercício.

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 12.226.743 Euros (11.894.847 Euros em 2016) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (Nota 32). A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

Não existem rólidos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi como se segue:

MERCADO	DEZ/17		DEZ/16	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	337 229 617	86,46%	290 818 846	86,31%
Bélgica	39 060 407	10,01%	34 807 547	10,33%
PALOP's	12 972 473	3,33%	11 063 775	3,28%
Espanha	100 516	0,03%	55 542	0,02%
Alemanha	5 814	0,00%	10 306	0,00%
Reino Unido	5 283	0,00%	5 705	0,00%
Outros Mercados	660 602	0,17%	194 701	0,06%
Total	390 034 711	100,00%	336 956 422	100,00%

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

RESULTADO	DEZ/17	DEZ/16
Subcontratos	1 891 529	1 795 240
Serviços especializados	20 293 999	16 601 974
Trabalhos especializados	5 732 349	5 405 855
Publicidade e propaganda	11 039 464	8 196 141
Vigilância e segurança	503 179	407 709
Honorários	815 716	776 689
Comissões	219 528	169 784
Conservação e reparação	1 983 763	1 645 796
Materiais	897 476	825 519
Energia e fluidos	3 038 170	2 995 753
Deslocações, estadas e transportes	3 035 556	2 822 848
Deslocações e estadas	1 589 693	1 482 225
Transportes de pessoal	93 692	91 275
Transportes de mercadorias	1 352 171	1 249 348
Serviços diversos	14 072 835	12 064 912
Rendas e alugueres	2 615 226	2 620 551
Comunicação	757 750	754 456
Seguros	1 306 961	1 067 100
Royalties	420 680	334 109
Contencioso e notariado	28 307	30 404
Limpeza, higiene e conforto	757 706	680 326
Outros serviços	8 186 205	6 577 966
Total	43 229 565	37 106 246

31. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

RESULTADO	DEZ/17	DEZ/16
Remunerações dos órgãos sociais	559 153	550 505
Remunerações do pessoal	25 687 992	25 799 158
Pensões	1 287 735	1 163 199
Indemnizações	884 175	843 701
Encargos sobre remunerações	6 896 479	7 021 499
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	321 748	437 571
Outros gastos com o pessoal	2 997 262	3 549 373
Total	38 634 544	39 365 006

Durante os exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ/17	DEZ/16
Empregados	1 068	1 033
Assalariados	462	472
Total	1 530	1 505

32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ/17	DEZ/16
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	14 861 331	10 999 079
Aluguer de equipamento	12 220 743	11 888 847
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	3 998 119	3 613 056
Rendas cobradas	3 550 376	4 010 010
Trabalhos para a própria entidade	2 702 708	3 254 219
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	2 649 639	2 102 453
Subsídios à exploração	2 074 972	2 588 603
Recuperação de despesas	2 042 402	2 722 771
Serviços prestados	1 768 985	1 499 843
Mais-valias na alienação de ativo fixo tangível	582 384	452 495
Indemnização de sinistros	47 562	50 914
Correções relativas a exercícios anteriores	44 340	32 230
Total	46 543 561	43 214 520

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica “Serviços Prestados” refere-se essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	DEZ/17	DEZ/16
Impostos	1 037 204	1 027 802
Dívidas incobráveis	41 276	214 491
Perdas em Inventários	-	59 651
Descontos pronto pagamento concedidos	1 158	3 541
Perdas nos restantes investimentos financeiros	-	63
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	36 874	70 212
Correções relativas a exercícios anteriores	342 943	98 066
Donativos	29 722	257 650
Quotizações	28 297	23 766
Multas e penalidades	40 438	197 735
Outros não especificados	983 293	1 005 611
Total	2 541 205	2 958 588

33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS	DEZ/17	DEZ/16
Juros Suportados	1 860 607	1 885 467
Outros gastos e perdas financeiros	748 162	757 818
Total	2 608 769	2 643 285

RENDIMENTOS E GANHOS	DEZ/17	DEZ/16
Juros Obtidos	4 938	280 424
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	28 425	66 107
Total	33 363	346 531

A rubrica de outros ganhos e rendimentos financeiros inclui, em 31 de dezembro de 2017, variações de justo valor de derivados no valor de 28.425 Euros.

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	-	28 425
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3 732 500	3 483 128	-	-
Clientes	11	52 192 195	57 920 456	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - Corrente	12	3 177 673	2 999 881	-	-
Empréstimos Bancários	18	-	-	56 400 000	47 941 048
Locações Financeiras	18	-	-	23 008 943	20 278 406
Descobertos Bancários	18	-	-	529 851	1 001 251
Dívidas a Terceiros	20	-	-	1 687 511	1 095 835
Fornecedores	19	-	-	40 256 759	35 509 231
Outros Passivos Correntes	22	-	-	15 098 004	15 839 526
Caixa e Equivalentes a Caixa	15	17 267 570	14 556 190	-	-
Total		76 369 938	78 959 655	136 981 068	121 693 722

Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	-	(28 425)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3 732 500	3 483 128	-	-
Total		3 732 500	3 483 128	-	(28 425)

Classificação e Mensuração

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		INSTRUMENTOS DERIVADOS		NÍVEL
	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO	COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	NEGOCIAÇÃO	
Fundo Cimóvel	3 665 764	-	-	-	1)
Diversos	-	66 736	-	-	3)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 93 da IFRS 13, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) Nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.665.764 Euros (3.416.391 Euros em 2016);
- b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivado de negociação (swap): - 28.425 Euros em 2016;
- c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

Impacto na Demonstração de Resultados Consolidada e no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO		IMPACTO EM RESULTADOS	
	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	DEZ/16
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	(28 425)	66 107
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	249 372	19 678	-	-
Total	249 372	19 678	(28 425)	66 107

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante o período de 2017, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 5,2 milhões de Euros (2016: 5,7 milhões de Euros). Do referido montante, 2 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 3 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre um a cinco anos e 141 milhares de Euros referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	DEZ/17	DEZ/16
Não mais de um ano	1 976 856	2 149 610
Mais de um ano e não mais de cinco	3 045 611	3 409 638
Mais de cinco	141 425	118 370
Total	5 163 892	5 677 618

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas (por via do Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), pode ser resumido como se segue

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	530	-	-	-	-	-	-	-	-	1 182
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5 152	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Auto Partner Imobiliária, S.A.	-	13 788	-	-	-	-	-	122 016	-	-
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	-	23 730	56 029	-	-	-	163	194 065	-	-
Caetano Active, S.A.	2 223	1 985	(2 171)	-	-	-	1 661	6 252	-	879
Caetano Aeronautic, S.A.	207 006	-	796	-	-	-	24 603	134 145	84 713	428 108
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	595 628	135 295	3 404 146	459 247	-	-	10 922	229 053	273 727	590 277
Caetano City e Active (Norte), S.A.	398 033	(3 783)	3 149 808	2 731	-	57 284	85	95 389	199 117	39 233
Caetano Drive ,Sport e Urban, S.A.	1 950	52 809	12 752	1 933	-	81 463	68 560	304 273	-	215 441
Caetano Energy, S.A.	34 514	10 028	5 523	4 604	-	-	5 560	2 277	-	136 277
Caetano Equipamentos, S.A.	135	-	-	-	-	-	-	-	-	135
Caetano Fórmula , S.A.	33 464	158 009	13 291	787 733	-	38 528	28 017	(23 622)	-	143 003
Caetano Formula East África, S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Caetano Fórmula Moçambique S.A.	942	-	-	-	-	-	-	-	-	942
Caetano Lyrsa, S.A.	26	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Caetano Motors, S.A.	143 704	65 219	(22 252)	35	-	-	(17 776)	37 192	-	196 419
Caetano Move África, S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	51
Caetano One CV, Lda.	93 856	-	39 683	4 772	-	-	51 112	496	-	36 196
Caetano Parts, Lda.	3 607	1 462 417	1 797 942	5 937 053	-	-	1 645	19 499	-	203 380
Caetano Power, S.A.	214 493	216 731	(22 074)	20 416	23 152	38 892	8 677	(6 785)	-	206 783
Caetano Retail (S.G.P.S.), S.A.	102 773	3 825	413	-	-	-	244	3 194	-	144 701
Caetano Squadra África, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Caetano Star, S.A.	15 941	703	1 281	1 847	-	-	-	1 406	-	13 244
Caetano Technik, Lda.	19 587	27 118	(20 481)	2 292	22 987	13 944	(8 339)	1	-	(11 538)
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	5 679 318	40 021	35 198	50 918	-	-	3 222	82 610	4 053	2 508 312
Caetsu Publicidade, S.A.	8 201	932 662	62 052	33 790	-	-	7 442	3 108 206	-	7 165
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	21 027	-	88 909	-	-	-	117 900	267	-	229 237
Choice Car, S.A.	234	-	-	-	-	-	-	340	3 792	7 552
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	4 917	200 218	-	-	448 254	-	1 748	98 400	-	2 945
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	204 458	110 161	1 143 100	17 851	-	-	324 331	1 225 804	475 183	30 369
Fundação Salvador Caetano	617 686	-	-	-	-	-	-	-	-	(103)
Globalwatt, (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	42	-	-	-	-	-	-	-	-	217

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	572 487	262 855	74 033	206 741	-	-	1 491 790	18 002	-	71 584
Hyundai Portugal, S.A.	16 038	-	1 478	-	20 648	-	9 339	-	-	23 278
Ibericar - Sociedad Iberica del Automovil, S.A.	54 031	-	-	-	-	-	-	-	-	45 093
Ibericar Auto Nipon, S.A.	775	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibericar Barcelona Premium, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	583	-
Ibericar Formula Campo de Gibraltar, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	264
Ibericar Gestoso, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	583	-
Ibericar Motors Cádiz, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	648
Ibericar MOVIL, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 009
Ibericar Reicomsa, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	644
Lidera Soluciones, S.L.	2 841	-	-	-	-	-	-	107 047	-	2 310
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	32 437	199 105	105 925	26 947	431 036	-	79 002	446 503	5 025	70 846
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	109 355	-	-	-	-	-	308	-	-	2 407
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	2 514	451 933	330	718 375	-	-	4 945	40 501	8 273	3 227
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17 806	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	26 139	205 026	3 939	60 750	-	-	53 078	291 603	192 560	78 022
PV Loiral- Produção de Energia, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	-	14 722	-	-	-	-	-	75 890	-	47
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	89 939	1 004 886	23 117	412	151 455	-	154 169	4 327 420	8 024	229 252
Robert Hudson, LTD.	3 530	263	1 482	-	-	-	-	-	-	404
Salvador Caetano - Auto - (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	811 948	-	-	-	-	-	-	-	83	47
Salvador Caetano Capital, (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Salvador Caetano Indústria (S.G.P.S.), S.A.	26	-	-	-	-	-	-	-	-	21
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1 374	-	-	-	-	-	-	-	-	337
Sol Green Watt, S.L.	812	-	-	-	-	-	-	-	-	660
Sózó Portugal, S.A.	3 491	-	-	-	-	-	-	-	-	5 270
Turispaiwa - Sociedade Turística Paivense, S.A.	271	-	-	-	-	-	-	-	-	1 210
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	64 845	-	59 321	6 724	-	-	73 819	3 060	-	124 052
Total	10 220 129	5 589 726	10 013 570	8 345 171	1 097 532	230 112	2 496 226	10 944 504	1 255 718	5 791 720

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ/17	DEZ/16
Por Créditos Abertos	96 391	105 190
Por Fianças Prestadas	4 000 000	5 500 000
Total	4 096 391	5 605 190

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à A.T. (Autoridade Tributária e Aduaneira).

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 16 milhões de Euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 23,4 milhões de Euros.

LIQUIDAÇÕES DE IMPOSTOS:

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Processos Judiciais em Curso

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência

A reclamação judicial apresentada por um anterior agente, que se encontrava pendente de decisão de recurso apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, foi concluído, não tendo resultado, como era convicção da Administração, qualquer tipo de responsabilidade para a Empresa.

Impugnação Judicial de despedimento coletivo

A impugnação judicial de despedimento coletivo, ficou concluída em 2016, com a existência de acordos. O Conselho de Administração e os seus consultores legais entenderam que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontrava sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não esperavam que houvesse quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo, tal como veio a acontecer.

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2017.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	DEZ/17	DEZ/16
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	559 153	550 505

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

HONORÁRIOS	DEZ/17	DEZ/16
Honorários totais referentes a revisão legal de contas	59 575	59 670
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	1 000	3 500
Total	60 575	63 170

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2017 e até à presente data, não se observaram quaisquer fatos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2018.

Tendo em conta o previsto no Código das Sociedades Comerciais, existe a possibilidade das presentes Demonstrações Financeiras serem alteradas após a respetiva aprovação pelo Conselho de Administração.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

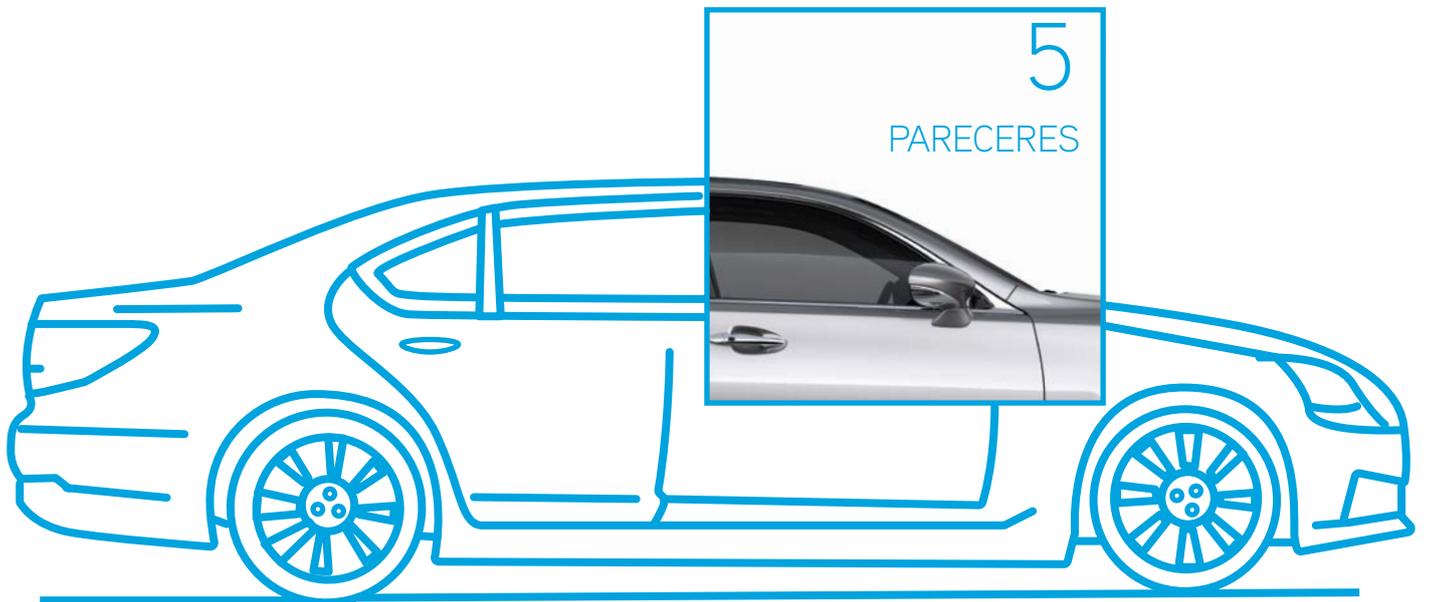
Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Matthew Peter Harrison

Nobuaki Fujii

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



5

PARECERES

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

- 1) De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2017 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
- 2) No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e das políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados pela sociedade.
- 3) Apreciamos e aprovamos a prestação de serviços adicionais por parte da PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda. referente ao exercício de 2017.
- 4) Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
- 5) Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

- 6) Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
- 7) E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários.
- 8) Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
 - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 21 de março de 2018

José Domingos da Silva Fernandes
Alberto Luis Lema Mandim
Daniel Broekhuizen

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 21 de março de 2018

José Domingos da Silva Fernandes
Alberto Luis Lema Mandim
Daniel Broekhuizen

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 277.987.779 Euros e um total de capital próprio de 130.712.235 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.338.305 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA**Especialização do rédit**

Divulgações relacionadas com o rédit nas notas 2.3.n), 24 e 25 das demonstrações financeiras.

O volume de negócios da Empresa ascende a 313 milhões de Euros. Deste montante 33,3 milhões dizem respeito a vendas ocorridas em dezembro.

De acordo com o IAS 18, o rédit da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O reconhecimento automático do rédit da venda é efetuado no momento da faturação, sendo posteriormente efetuado um ajustamento manual para as viaturas que, na data do reporte das Demonstrações Financeiras, estejam pendentes de entrega aos clientes.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante uma vez que existe um desfasamento temporal entre o momento da faturação e o momento da transferência de todos os riscos e benefícios para o cliente, assim como o fato deste ajustamento resultar de uma análise casuística e manual.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

De forma a mitigar o risco de cut-off incorreto no reconhecimento do rédit resultante das vendas efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Identificação e testes aos controlos chave existentes no ciclo de vendas.
- Acompanhamento dos inventários realizados no final do ano e análise dos ajustes de inventários efetuados.
- Testes de detalhe ao corte de operações através da verificação dos termos de entrega.
- Teste dos ajustamentos manuais na rubrica de vendas.
- Procedimentos analíticos sobre a rubrica de vendas (Análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).

MATERIAS RELEVANTES DE AUDITORIA**Valorização de viaturas usadas**

Divulgações relacionadas com os inventários nas notas 2.3.e) e 11 das demonstrações financeiras.

A Empresa apresenta na demonstração da posição financeira, inventários no valor de 61 milhões de Euros, representando cerca de 22% do ativo. Deste montante 45 milhões de Euros dizem respeito a mercadorias, as quais são valorizadas ao mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor recuperável.

Os inventários de mercadorias incluem 7,4 milhões de Euros relativos a viaturas usadas, não havendo qualquer imparidade reconhecida para efeitos de cobertura do seu risco de desvalorização.

De acordo com o IAS 2 as mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante tendo em conta o valor dos inventários de viaturas usadas e o julgamento associado ao apuramento de perdas por imparidade, existindo o risco da imparidade registada não refletir totalmente a perda do valor do ativo e do diferencial ser materialmente relevante.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

De forma a mitigar o risco de o valor dos inventários de viaturas usadas poder ser superior ao valor de realização efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Teste de detalhe sobre a valorização de veículos usados a 31 de dezembro de 2017.
- Validação dos pressupostos, incluindo, entre outros, considerações do histórico comercial das viaturas usadas e comparação das expectativas da Empresa relativamente ao valor de realização das viaturas usadas com as expectativas dos analistas do mercado.
- Avaliação dos controlos instituídos pela Empresa no sentido de minimizar a detenção de veículos usados com elevada antiguidade.
- Revisão analítica das margens nas vendas de viaturas usadas e revisão analítica do tempo médio de rotação das viaturas usadas.
- Análise de vendas de viaturas ocorridas após 31 de dezembro de 2017 de modo a identificar situações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor registado em existências a 31 de dezembro de 2017.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições

que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2010 para o exercício de 2010 mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação / eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 21 de março de 2018.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

21 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por:
José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 298.480.671 Euros e um total de capital próprio de 132.099.653 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.338.305 Euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA**Especialização do rédito**

Divulgações relacionadas com o rédito nas notas 2.3.o), 28 e 29 das demonstrações financeiras consolidadas.

O volume de negócios do Grupo ascende a 390 milhões de Euros. Deste montante 37,9 milhões dizem respeito a vendas ocorridas em dezembro.

De acordo com o IAS 18, o rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O reconhecimento automático do rédito da venda é efetuado no momento da faturação, sendo posteriormente efetuado um ajustamento manual para as viaturas que, na data do reporte das Demonstrações Financeiras, estejam pendentes de entrega aos clientes.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante uma vez que existe um desfasamento temporal entre o momento da faturação e o momento da transferência de todos os riscos e benefícios para o cliente, assim como o fato deste ajustamento resultar de uma análise casuística e manual.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

De forma a mitigar o risco de cut-off incorreto no reconhecimento do rédito resultante das vendas efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Identificação e testes aos controlos chave existentes no ciclo de vendas.
- Acompanhamento dos inventários realizados no final do ano e análise dos ajustes de inventários efetuados.
- Testes de detalhe ao corte de operações através da verificação dos termos de entrega.
- Teste dos ajustamentos manuais na rubrica de vendas.
- Procedimentos analíticos sobre a rubrica de vendas (Análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).

MATERIAS RELEVANTES DE AUDITORIA**Valorização de viaturas usadas**

Divulgações relacionadas com os inventários nas notas 2.3.e) e 10 das demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo apresenta na demonstração da posição financeira consolidada, inventários no valor de 96 milhões de Euros, representando cerca de 32% do ativo. Deste montante 81 milhões de Euros dizem respeito a mercadorias, as quais são valorizadas ao mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor recuperável.

Os inventários de mercadorias incluem 35,8 milhões de Euros relativos a viaturas usadas, ascendendo as imparidades para cobertura do seu risco de desvalorização a 1,1 milhões de Euros. De acordo com o IAS 2 as mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante tendo em conta o valor dos inventários de viaturas usadas e o julgamento associado ao apuramento de perdas por imparidade, existindo o risco da imparidade registada não refletir totalmente a perda do valor do ativo e do diferencial ser materialmente relevante.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

De forma a mitigar o risco de o valor dos inventários de viaturas usadas poder ser superior ao valor de realização efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Teste de detalhe sobre a valorização de veículos usados a 31 de dezembro de 2017.
- Validação dos pressupostos, incluindo, entre outros, considerações do histórico comercial das viaturas usadas e comparação das expectativas do Grupo relativamente ao valor de realização das viaturas usadas com as expectativas dos analistas do mercado.
- Avaliação dos controlos instituídos pelo Grupo no sentido de minimizar a detenção de veículos usados com elevada antiguidade.
- Revisão analítica das margens nas vendas de viaturas usadas e revisão analítica do tempo médio de rotação das viaturas usadas.
- Análise de vendas de viaturas ocorridas após 31 de dezembro de 2017 de modo a identificar situações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor registado em existências a 31 de dezembro de 2017.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2010 para o exercício de 2010 mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação / eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 21 de março de 2018.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 21 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por:
José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2017:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que ocorreu alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2017, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 21 de abril de 2017.

b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2018:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2018, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais que mantenham funções executivas devem acompanhar na essência as deliberações do próprio Conselho de Administração sobre a política salarial a ser aplicada aos restantes Colaboradores, ou seja, deverão sofrer em 2018 uma atualização num intervalo de 1,5% a 3%.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2017, ao ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2018, sendo que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração no seu conjunto não deve exceder os 3% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2017.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

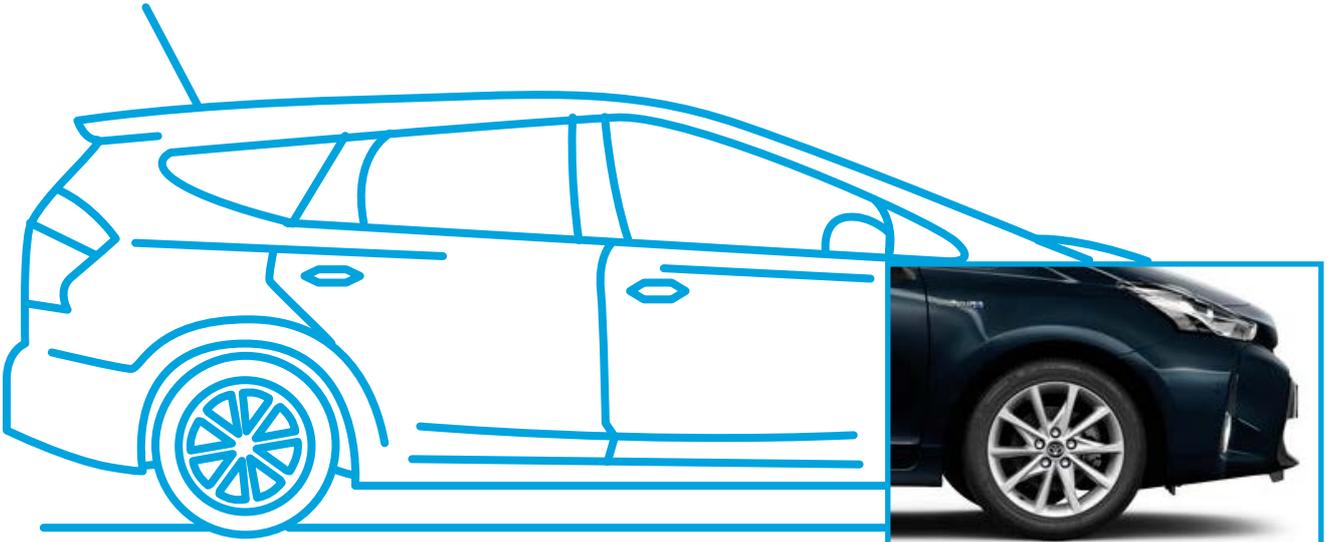
Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, compreendemos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério. A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça



6

GOVERNO DA
SOCIEDADE

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DO CAPITAL

1. ESTRUTURA DO CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE AÇÕES

A Sociedade não adota quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Não aplicável.

4. ACORDOS SIGNIFICATIVOS COM CLÁUSULAS DE MUDANÇA DE CONTROLO

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 6 da Parte I.

5. RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA

Não aplicável.

6. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Esta sociedade não tem conhecimento da existência de qualquer acordo parassocial entre acionistas.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL, FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO
Salvador Caetano Auto (S.G.P.S.), S.A.	22 777 241	65,078%
Toyota Motor Europe NV/SA diretamente	9 450 000	27,000%

8. NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detêm ações nem obrigações da Empresa.

	Nº DE AÇÕES	Nº DE OBRIGAÇÕES
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
José Reis da Silva Ramos	0	0
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	0	0
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0
Nobuaki Fujii	0	0
Yoicho Sato	0	0
CONSELHO FISCAL		
José Domingos da Silva Fernandes	0	0
Alberto Luis Lema Mandim	0	0
Daniel Broekhuizen	0	0
Maria Lívia Fernandes Alves	0	0
Kenichiro Makino	0	0

9. PODERES ESPECIAIS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A DELIBERAÇÕES DE AUMENTO DO CAPITAL

Dentro das competências do Conselho de Administração descrita no ponto 21 da Parte I não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

10. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A SOCIEDADE

Durante o exercício de 2017, não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias gerais.

11. IDENTIFICAÇÃO, CARGO E MANDATO (INÍCIO E FIM) DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente

Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 30 abril 2015 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro 2018.

A informação infra abrange os pontos 12 a 14 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da Assembleia Geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto exceto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;

- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição a declaração de voto têm de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

COMPOSIÇÃO

15. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE REQUISITOS PROCEDIMENTAIS E MATERIAIS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

Substituição de membro cessante

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

Novo membro

- d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.
A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral.

17. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração eleito em 2015, por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2018, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros e um membro suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO		INDEPENDÊNCIA	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	29/01/2010
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Matthew Peter Harrison	Vogal	Não Executivo	Não	27/08/2015
Nobuaki Fujii	Vogal	Não Executivo	Não	01/04/2016
Yoicho Sato	Vogal Suplente	Não Executivo	Não	23/01/2014

18. DISTINÇÃO DOS MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E, RELATIVAMENTE AOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS, IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS QUE PODEM SER CONSIDERADOS INDEPENDENTES

No ponto 17 da Parte I, encontram-se discriminados os administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que a nomeação de todos eles corresponde a proposta por parte do principal acionista sendo os seus interesses alinhados com o mesmo.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais.

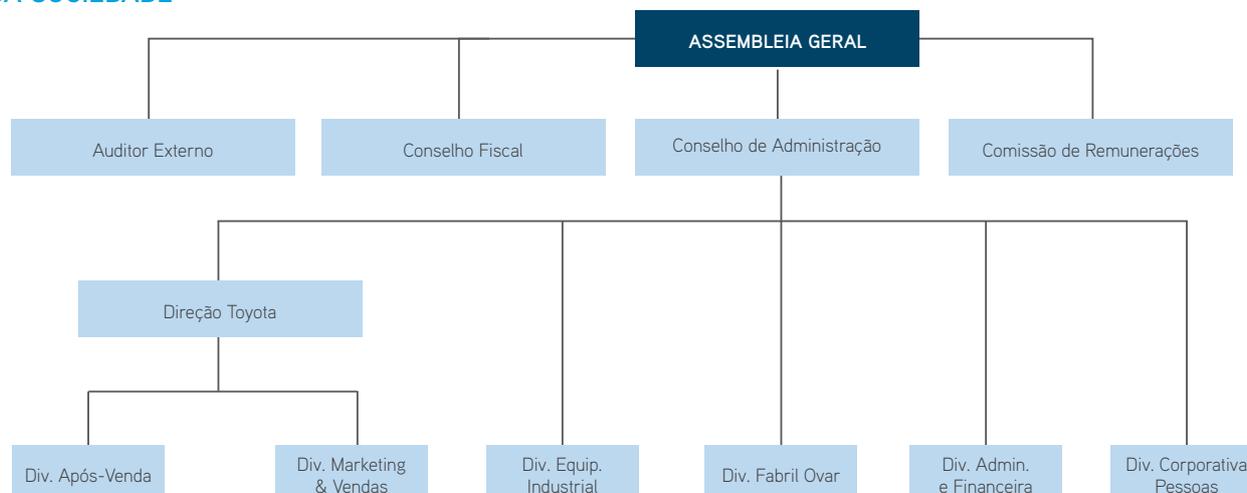
19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E OUTROS ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS, HABITUAIS E SIGNIFICATIVAS, DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACIONISTAS A QUEM SEJA IMPUTÁVEL PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA SUPERIOR A 2% DOS DIREITOS DE VOTO

Nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa.

21. ORGANOGRAMA RELATIVO À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, EM PARTICULAR NO QUE SE REFERE À DELEGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUOTIDIANA DA SOCIEDADE



FUNCIONAMENTO

Conselho de Administração

O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organograma acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual, o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal, quer no estrangeiro;
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- Constituir mandatários da Sociedade;
- Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e dois suplentes, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registros contábilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização o Conselho Fiscal supervisiona o processo de auditoria interna tendo acesso a todos os relatórios preparados os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com prestação de contas.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

22. REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

23. NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE DE CADA MEMBRO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2017, o Conselho de Administração reuniu sete vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração, tendo estado presente todos os seus membros.

24. INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE COMPETENTES PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar, bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

25. CRITÉRIOS PRÉ-DETERMINADOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bônus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, estas têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

26. DISPONIBILIDADE DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM INDICAÇÃO DOS CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELES ÓRGÃOS NO DECURSO DO EXERCÍCIO

Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus - Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra - Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (S.G.P.S.), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.	Gerente
	Movicargo - Serviços Aduaneiros, Lda.	Gerente
Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	Maq̃in - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispaiwa – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. e Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardenha, Lda.	Gerente
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Engº Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Globalwatt, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Drive Angola, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lidera Soluciones, S.L.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Barcelona Premium, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Guerin - Rent - a - Car (Dois) Lda.	Gerente
	Robert Hudson, Limitada	Gerente
Simba Caetano Fórmula, Limited	Gerente	
Caetsu Publicidade - Comércio e Serviços (SU), Lda.	Gerente	
Caetano Renting Angola, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.

Cumpra informar que os administradores executivos apenas exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e participadas, direta ou indiretamente pelo que a sua disponibilidade é total.

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A informação prevista nos pontos 27 a 29 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade. Considerando a composição do órgão de administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da empresa, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas.

III. FISCALIZAÇÃO

COMPOSIÇÃO

30. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 2015 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2018, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO	INDEPENDÊNCIA	Nº AÇÕES	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	28/04/2011
Alberto Luis Lema Mandim	Vogal	Sim	0	27/04/2012
Daniel Broekhuizen	Vogal	Sim	0	28/04/2016
Maria Livia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	27/04/2012
Kenichiro Makino	Suplente	Sim	0	28/04/2016

32. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SE CONSIDEREM INDEPENDENTES, NOS TERMOS DO ART. 414.º, N.º 5 CSC

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no nº1 do art.º 414-A e nº 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho Fiscal procede a respetiva autoavaliação.

33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

FUNIONAMENTO

34. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO FISCAL

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do órgão de administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

35. NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE ÀS REUNIÕES REALIZADAS DE CADA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal reuniu cinco vezes durante o ano 2017, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, tendo estado presente todos os seus membros.

36. DISPONIBILIDADE DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL COM INDICAÇÃO DOS CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELE ÓRGÃO

Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas sociedades

Multiponto, S.A.

Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, S.G.P.S., S.A.

ONIRAM – Sociedade Construtora de Máquinas Industriais, Lda.

Alberto Luis Lema Mandim

Vogal do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano Auto S.A.

Presidente do Conselho Fiscal na sociedade

Fundação Salvador Caetano

Daniel Broekhuizen: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

Maria Livia Fernandes Alves

Vogal do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano Auto S.A.

Kenichiro Makino: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO

É competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o primeiro destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa, a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

38. OUTRAS FUNÇÕES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 da Parte I.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. IDENTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Miguel Dantas Maio Marques em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. inscrita sob o nº 9077 na CMVM.

40. NÚMERO DE ANOS EM QUE O REVISOR OFICIAL DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU GRUPO

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

41. OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS À SOCIEDADE

Os outros serviços prestados pelo revisor oficial compreendem a verificação dos valores comunicados nos relatórios de faturação no âmbito do cumprimento das obrigações contratuais decorrentes do contrato celebrado ao abrigo do Acordo Quadro- Veículos Automóveis e Motociclos no âmbito da competência da Agência de Compras Públicas e certificação da declaração anual relativo aos pneus introduzidos no território português referente ao exercício de 2016.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam por em causa a sua independência.

V. AUDITOR EXTERNO

42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DESIGNADO PARA OS EFEITOS DO ART. 8.º E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES, BEM COMO O RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTO NA CMVM

A Empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. é o auditor externo da sociedade e o sócio Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Miguel Dantas Maio Marques em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. registo na CMVM nº 9077.

43. NÚMERO DE ANOS EM QUE O AUDITOR EXTERNO E O RESPECTIVO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES EXERCEM FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU DO GRUPO

O auditor externo exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

44. POLÍTICA E PERIODICIDADE DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DO RESPECTIVO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

45. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E PERIODICIDADE COM QUE ESSA AVALIAÇÃO É FEITA

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

46. IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHOS, DISTINTOS DOS DE AUDITORIA, REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO PARA A SOCIEDADE E/OU PARA SOCIEDADES QUE COM ELA SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO, BEM COMO INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE TAIS SERVIÇOS E INDICAÇÃO DAS RAZÕES PARA A SUA CONTRATAÇÃO

Os trabalhos, que não revisão de contas, prestados pelo auditor externo à Empresa foram essencialmente serviços de garantia de fiabilidade.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

47. MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA PELA SOCIEDADE E/OU POR PESSOAS COLETIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO AO AUDITOR E A OUTRAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE E DISCRIMINAÇÃO DA PERCENTAGEM RESPEITANTE A CADA TIPO DE SERVIÇOS

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 60.575 Euros, distribuídas da seguinte forma:

	€	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	28 000	45%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	1 000	2%
Por entidades que integrem o grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	31 575	52%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado (Ponto 57 Parte I). Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de fatos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. PESSOAS, ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E/OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

51. EXPLICITAÇÃO, AINDA QUE POR INCLUSÃO DE ORGANOGRAMA, DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E/OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS OU COMISSÕES DA SOCIEDADE

A Empresa produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos. O Conselho de Administração da Empresa delega competências nos diretores responsáveis por cada uma das divisões da empresa com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Organograma contido no ponto 21 da parte I.

52. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

Não existem outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos além das referidas em III.50.

53. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

No desenvolvimento das suas atividades, a Toyota Caetano está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

54. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

Créditos sobre clientes

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Toyota Caetano têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

Risco de Taxa de Juro

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano compreende os seguintes aspetos:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

55. PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA SOCIEDADE RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. M))

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- Análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- Alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- Mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- Mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. SERVIÇO RESPONSÁVEL PELO APOIO AO INVESTIDOR, COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES, INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA POR ESSES SERVIÇOS E ELEMENTOS PARA CONTACTO

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, fatos enquadráveis como fatos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

57. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Telefone: 227867203

E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

58. SERVIÇO RESPONSÁVEL PELO APOIO AO INVESTIDOR, COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES, INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA POR ESSES SERVIÇOS E ELEMENTOS PARA CONTACTO

O representante para as relações com o mercado recebe chamadas diariamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato, quando a informação é pública.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. ENDEREÇO

A página da Internet da Empresa, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

60. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A FIRMA, A QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA, A SEDE E DEMAIS ELEMENTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 171.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

61. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E/OU COMISSÕES

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação relativo a “Estatutos”.

62. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA INFORMAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO, DO GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR OU ESTRUTURA EQUIVALENTE, RESPECTIVAS FUNÇÕES E MEIOS DE ACESSO

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a composição dos Órgãos Sociais.

Também na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores” existe um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações como o mercado, com os investidores, bem como os contactos.

63. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZAM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, QUE DEVEM ESTAR ACESSÍVEIS PELO MENOS DURANTE CINCO ANOS, BEM COMO O CALENDÁRIO SEMESTRAL DE EVENTOS SOCIETÁRIOS, DIVULGADO NO INÍCIO DE CADA SEMESTRE, INCLUINDO, ENTRE OUTROS, REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL, DIVULGAÇÃO DE CONTAS ANUAIS, SEMESTRAIS E, CASO APLICÁVEL, TRIMESTRAIS

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontra divulgado os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante cinco anos.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Calendários e Eventos” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários.

64. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos a divulgação da convocatória, propostas de deliberação e ata da assembleia geral.

65. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 7 anos anteriores.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES, INCLUINDO IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS CONTRATADAS PARA LHE PRESTAR APOIO E DECLARAÇÃO SOBRE A INDEPENDÊNCIA DE CADA UM DOS MEMBROS E ASSESSORES

A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luis Lema Mandim
- Francelim Costa da Silva Graça
- Maria Conceição Monteiro Silva

68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

A Comissão de Remunerações não contratou para a apoiar no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado neste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

70. INFORMAÇÃO SOBRE O MODO COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA DE FORMA A PERMITIR O ALINHAMENTO DOS INTERESSES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM OS INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, BEM COMO SOBRE O MODO COMO É BASEADA NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E DESINCENTIVA A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS

Conforme declaração da Comissão de Remunerações anexa (Anexo II), existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da sociedade

71. REFERÊNCIA, SE APLICÁVEL, À EXISTÊNCIA DE UMA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE EVENTUAL IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NESTA COMPONENTE

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

72. DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO, COM MENÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO

Não houve diferimento do pagamento da componente variável.

73. CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações os membros do órgão de administração da empresa não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração para a atribuição de remuneração variável em ações.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração que tenha por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que for fixada pela sociedade.

74. CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES

Não há atribuição de remuneração variável em opções.

75. PRINCIPAIS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DE QUALQUER SISTEMA DE PRÉMIOS ANUAIS E DE QUAISQUER OUTROS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bônus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

76. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA PARA OS ADMINISTRADORES

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído prévia, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- Manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma (65 anos) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;
- Um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A informação infra abrange os pontos 77 a 81 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2017, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
José Reis da Silva Ramos	155 013	0	0	0	155 013
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	113 941	290 200	0	0	404 141
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	83 655	0	0	0	83 655
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0	0	0	0
Nobuaki Fujii	0	0	0	0	0
Yoicho Sato	0	0	0	0	0
CONSELHO FISCAL					
José Domingos da Silva Fernandes	4 900	0	0	0	4 900
Alberto Luis Lema Mandim	3 500	0	0	0	3 500
Daniel Broekhuizen	0	0	0	0	0
Maria Livia Fernandes Alves	0	0	0	0	0
Kenichiro Makino	0	0	0	0	0
Total	361 009	290 200	0	0	651 209

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreu cessação de funções de nenhum administrador executivo pelo que não houve lugar a qualquer pagamento ou é devido qualquer pagamento de indemnizações.

82. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2017. Em 2017, o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

A informação prevista nos pontos 83 e 84 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

A informação prevista nos pontos 85 a 87 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade, uma vez que a Sociedade não adotou quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (PARA O EFEITO REMETE-SE PARA O CONCEITO RESULTANTE DA IAS 24)

Durante o exercício de 2017, não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

90. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

Dado que todas as transações realizadas, entre sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizadas nas condições normais de mercado não houve transações sujeitas a controlo.

91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO VM

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2017.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1) Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 de 18 julho.

O Relatório encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.

2) Análise do cumprimento do Código de governo das sociedades adotado

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Sim	Ponto 12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	Ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	Ponto 12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Ponto 12
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Ponto 12
II.1. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ponto 21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Ponto 21
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	
II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não aplicável	

II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Sim	Ponto 50
II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	Ponto 17
II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de fato ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Não	Ponto 18
II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	Ponto 21
II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	Ponto 21
II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não	Ponto 18
II.2. FISCALIZAÇÃO		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	Ponto 32
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Sim	Ponto 21
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	Ponto 45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	Ponto 21

<p>II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.</p>	Sim	Ponto 21
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
<p>II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	Não	Ponto 68
<p>II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Sim	Ponto 68
<p>II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	Não	Ponto 69
<p>II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.</p>	Não aplicável	
<p>II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.</p>	Sim	Ponto 76
III. REMUNERAÇÕES		
<p>III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.</p>	Sim	Ponto 70
<p>III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.</p>	Sim	Ponto 77
<p>III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p>	Não	Ponto 69
<p>III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p>	Não	Ponto 72
<p>III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p>	Não aplicável	Ponto 73

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	Ponto 34
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	Ponto 47
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	Ponto 44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	Ponto 89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	Ponto 89
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	Pontos 59 a 65
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contato permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	Ponto 56

Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

I.2. Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito nos pontos 12 a 14 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

I.4. Como referido nos pontos 12 a 14 a cada grupo de cem ações corresponde um voto, não estando contemplado nos estatutos da Empresa o dever de sujeitar de cinco em cinco anos à alteração da norma estatutária em Assembleia Geral.

II.1.4. O Conselho de Administração não viu necessidade de criação comissões específicas para avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global e refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

II.1.6. O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros e um membro suplente, dos quais três são não executivos (ver ponto 17 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.

II.1.7. Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.10. O presidente do conselho de administração exerce funções executivas e como referido no ponto 18 nenhum membro não executivo é independente.

II.3.1. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente não podem ser considerados independentes dada a antiguidade no exercício das suas funções.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela Comissão de Remunerações tal como descrita no ponto 69 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

III.3. Não estão fixados limites máximos para as componentes fixa e variável da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

III.4. Conforme descrito no Ponto 72 a remuneração variável não depende de uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

III.8. A sociedade não dispõe dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

V.2. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Matthew Peter Harrison

Nobuaki Fujii

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

ANEXO I

CURRICULUM VITAE

Nome: **José Reis da Silva Ramos**

Data e local de nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova De Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Maria Angelina Martins Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Salvador Acácio Martins Caetano**

Data e local de nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Miguel Pedro Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 P04 B, Torremolinos – Malaga - Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Rui Manuel Machado de Noronha Mendes**

Data e local de nascimento: 8 de agosto de 1954, Em Leça da Palmeira - Matosinhos.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq. - Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **José Domingos da Silva Fernandes**

Data e local de nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.

Estado civil: Casado

Domicílio profissional: Rua Cunha Júnior, 41 – B, 1º Sala 4 4250-186 Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto

- 1975 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

Experiência profissional:

- 1975 – 1993 Técnico da Inspeção Geral de Finanças

- 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Desde 1982, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.

- 2001 – 2005 Presidente do Conselho disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Exerceu as funções de Presidente do Conselho Fiscal LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Atualmente:

1) exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras Entidades:

CAETANO - BAVIERA - Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

2) exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades

MULTIPONTO, S.A.

SUMMERTIME - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.

CONVEMAIA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.

BDS, S.G.P.S., S.A.

POLIEDRO, S.G.P.S., S.A.

ONIRAM - SOCIEDADE CONSTRUTORA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA.

Nome: **Maria Lúvia Fernandes Alves**

Data e local de nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine – Vila Nova de Famalicão.

Estado civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio

Nome: **Alberto Luís Lema Mandim**

Data e local de nascimento: 5 de julho de 1939, em Ermesinde-Valongo.

Estado civil: Casado

Residência: Rua da Boavista Nº 53, 4445-349 Ermesinde

Habilitações:

- 1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1966 Técnico Oficial de Contas; Membro nº 3927 da OTOC
- 1968 Programação em Fortran (EDP)
- 1981 Programação em RPG (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência profissional:

- 1961 – 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 – 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal MOTO MECA RL
- 1966 – 1979 Dir. Administ. e Financeiro SOC. CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.
- 1979 – 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

- 2000 – 2005 Adjunto da Administração e Administrador

RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.

- 2005 – 2007 Administrador INFORAUTO - CONSULTORIA E INFORMÁTICA DE GESTÃO, S.A.
- 2003 – 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração SALVADOR CAETANO CAPITAL S.G.P.S., S.A.
- 2005 – 2011 Vogal Conselho de Administração CAETSU PUBLICIDADE S.A.
- 2006 Vogal do Conselho Fiscal CAETANO AUTO, S.A.
- 2010 Vogal do Conselho Fiscal FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2016:

Analizados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2016, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 28 de abril de 2016.

b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2017:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2017, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais que mantenham funções executivas devem acompanhar na essência as deliberações do próprio Conselho de Administração sobre a política salarial a ser aplicada aos restantes Colaboradores, ou seja deverão sofrer em 2017 uma atualização num intervalo de 1% a 2%.

Para os elementos não executivos, é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2016, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2017, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2016.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo, portanto, de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça

Toyota Caetano Portugal, S.A.